ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA
Independente e mais perto de você

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 15 de Julho de 2020.
Edição 3261 | Páginas: 28

8ª LEGISLATURA | 59º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

JÂNIO XINGÚ
1º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
2º VICE-PRESIDENTE

ODILON FILHO
3º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
1º SECRETÁRIO

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

CATARINA GUERRA
3ª SECRETÁRIA

LENIR RODRIGUES
4ª SECRETÁRIA

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

BETÂNIA ALMEIDA
OUVIDORA GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputado Jeferson Alves;
b) Deputado Renan Filho;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Coronel Chagas;
e) Deputada Yonny Pedroso;
f) Deputado Jorge Everton; e
g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente
b) Deputado Jorge Everton
c) Deputado Marlon da Mirage;
d) Deputado Gabriel Picanço; e
e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Nilton Sindpol –– Presidente
b) Deputado Coronel Chagas
c) Deputado Marlon da Mirage;
d) Deputado Dhiego Coelho; e
e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Evangelista Siqueira;
b) Deputada Lenir Rodrigues;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputada Tayla Peres; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Cultura e Juventude:
a) Deputado Renan Filho;
b) Deputado Neto Loureiro;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Dhiego Coelho; e
e) Deputado Evangelista Siqueira.

Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Neto Loureiro;
b) Deputada Yonny Pedroso;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Dhiego Coelho;
e) Deputado Gabriel Picanço;
f) Deputado Nilton Sindpol; e
g) Deputado Renato Silva.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva;
b) Deputada Betânia Almeida;
e) Deputado Jorge Everton;
c) Deputado Neto Loureiro; e
d) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Betânia Almeida;
b) Deputada Catarina Guerra;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Gabriel Picanço;
b) Deputado Renato Silva;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Jânio Xingu; e
e) Deputado Renan Filho.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres;
b) Deputado Chico Mozart;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputado Odilon Filho; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputada Aurelina Medeiros;
b) Deputado Eder Lourinho;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputado Gabriel Picanço; e
e) Deputado Marcelo Cabral;

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon Filho;
b) Deputado Marcelo Cabral;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Betânia Almeida; e
e) Deputado Eder Lourinho.

Comissão de Políticas Indigenistas:
a) Deputada Lenir Rodrigues;
b) Deputado Marcelo Cabral;
c) Deputado Jânio Xingu;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Renan Filho.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente.
b) Deputado Evangelista Siqueira
c) Deputado Marlon da Mirage;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:
a) Deputado Jorge Everton;
b) Deputada Tayla Peres;
c) Deputada Catarina Guerra;
d) Deputado Gabriel Picanço; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:
a) Deputada Yonny Pedroso;
b) Deputado Dhiego Coelho;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Jânio Xingu;
e) Deputado Jeferson Alves;
f) Deputado Renan Filho; e
g) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente
b) Deputado Coronel Chagas
c) Deputado Marcelo Cabral;
d) Deputado Jânio Xingu;
e) Deputada Yonny Pedroso;
f) Deputado Lenir Rodrigues; e
g) Deputado Nilton Sindpol.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
b) Deputado Evangelista Siqueira;
c) Deputada Betânia Almeida;
d) Deputada Yonny Pedroso; e
e) Deputado Marlon da Mirage.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Aurelina Medeiros;
b) Deputado Chico Mozart;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputada Angela Águida Portella.

Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Coronel Chagas;
b) Deputado Odilon Filho;
c) Deputada Yonny Pedroso;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputada Angela Águida Portella.
Suplentes:
1º - Deputada Catarina Guerra
2º - Deputada Betânia Almeida

DIÁRIO
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa
- Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 012/2020 02
- Autógrafo do Projeto de Lei nº 069/2020 02
- Ata da 2830ª Sessão Ordinária - Íntegra 03
- Ata da 2831ª Sessão Ordinária - Íntegra 12
- Comissão Especial Externa - Resol. nº 028/2019 - Edital de Convocação nº 001/2020 25

Superintendência Administrativa
- Extrato de Acordo de Cooperação Técnica nº 055/2020 25
- Extrato do 3º Termo Aditivo - Processo nº 695/2017 25

Superintendência de Gestão de Pessoas
- Resoluções nº 3521 a 3540/2020 25

Superintendência de Compras e Serviços
- Pregão Presencial nº 002/2020 - Síntese da Ata de Registro de Preços 28

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: http://www.al.rr.leg.br
E-mail: docgeralale@gmail.com
DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral
CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
THIAGO DE SOUZA PADILHA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015,* respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2020

Revoga a Lei Complementar nº 288, de 4 de março de 2020.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 288, de 04 de março de 2020.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 07 de julho de 2020.
Deputado Estadual **JALSER RENIER**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual **CHICO MOZART**
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual **MARCELO CABRAL**
2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

AUTÓGRAFOS - PROJETO DE LEI

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 069/2020

Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima – FESP-RR, Crédito Especial no valor global de R$ 20.758.682,00 (vinte milhões setecentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado – Lei nº 1.371, de 15 de janeiro de 2020, que Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2020 em favor do Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima – FESP – RR, Crédito Especial no valor global de R$ 20.758.682,00 (vinte milhões setecentos e cinquenta e oito mil seiscentos e oitenta e dois reais), de acordo com a Lei nº 1.355, de 25 de novembro de 2019, que "Instituiu o Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima- FESP-RR e dá outras providências", para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Transferência do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, conforme Anexos I e II desta Lei, nos termos do Inciso II, Art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 7 de julho de 2020.
Deputado Estadual JALSER RENIER
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual CHICO MOZART
1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Deputado Estadual MARCELO CABRAL
2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 069/2020
ANEXO I

19	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
19.604	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA – FESP/RR
FONTE:	185 – RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP)

R$ 1,00

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO – (SUPLEMENTAÇÃO)					CRÉDITO ESPECIAL
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**FTE**	**PROJETO**	**ATIVIDADE**	**TOTAL**
	SEGURANÇA PÚBLICA		-	**16.266.097,00**	**16.266.097,00**
	POLICIAMENTO		-	**16.266.097,00**	**16.266.097,00**
	SEGURANÇA E DEFESA DO CIDADÃO		-	**16.266.097,00**	**16.266.097,00**
	PROMOVER A DEFESA DO CIDADÃO, APRIMORANDO A CAPACIDADE GERENCIAL E OPERACIONAL DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
	ENFRENTEAMENTO À CRIMINALIDADE VIOLENTA				
06.181.037.2385	DESPESAS DECORRENTES		**0,00**	**4.879.830,00**	**4.879.830,00**
	3190.13	185	0	40.000,00	40.000,00
	3190.16	185	0	160.000,00	160.000,00
	3190.17	185	0	160.000,00	160.000,00
	3390.14	185	0	100.000,00	100.000,00
	3390.15	185	0	100.000,00	100.000,00
	3390.30	185	0	636.613,00	636.613,00
	3390.32	185	0	40.000,00	40.000,00
	3390.33	185	0	400.000,00	400.000,00
	3390.34	185	0	1.000.000,00	1.000.000,00
	3390.35	185	0	30.000,00	30.000,00
	3390.36	185	0	13.217,00	13.217,00
	3390.39	185	0	2.000.000,00	2.000.000,00
	3390.40	185	0	200.000,00	200.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL		**0,00**	**11.386.267,00**	**11.386.267,00**
	4490.51	185	0	5.386.267,00	5.386.267,00
	4490.52	185	0	6.000.000,00	6.000.000,00
	SEGURANÇA PÚBLICA		-	**4.492.585,00**	**4.492.585,00**
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		-	**4.492.585,00**	**4.492.585,00**
	SEGURANÇA E DEFESA DO CIDADÃO		-	**4.492.585,00**	**4.492.585,00**
	PROMOVER A DEFESA DO CIDADÃO, APRIMORANDO A CAPACIDADE GERENCIAL E OPERACIONAL DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
06.181.037.2386	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA				
	DEPESAS CORRENTES		**0,00**	**1.347.775,00**	**1.347.775,00**
	3190.13	185	0	20.000,00	20.000,00
	3190.16	185	0	100.000,00	100.000,00
	3190.17	185	0	100.000,00	100.000,00
	3390.14	185	0	40.000,00	40.000,00
	3390.15	185	0	40.000,00	40.000,00
	3390.30	185	0	300.000,00	300.000,00
	3390.32	185	0	40.000,00	40.000,00
	3390.33	185	0	60.000,00	60.000,00
	3390.34	185	0	60.000,00	60.000,00
	3390.35	185	0	35.000,00	35.000,00
	3390.36	185	0	18.622,00	18.622,00
	3390.39	185	0	334.153,00	334.153,00
	3390.40	185	0	200.000,00	200.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL		**0,00**	**3.144.810,00**	**3.144.810,00**
	4490.51			1.750.000,00	1.750.000,00
	4490.52			1.394.810,00	1.394.810,00
TOTAL			-	**20.758.682,00**	**20.758.682,00**

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 069/2020
ANEXO II

ANEXO II	QUADRO DE RECEITA	CRÉDITO ESPECIAL
FONTE: 185 – RECURSOS REPASSADOS PELO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP)		
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**VALOR (R$ 1,00)**
1.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Corretes	20.758.682,00
1.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades	16.266.097,00
1.7.8.0.00.0.0.00	Transferências da União – Específicas de Estados, DF e Municípios	20.758.682,00
	TOTAL	**20.758.682,00**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2830ª SESSÃO, EM 26 DE MAIO DE 2020
59º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA
= ORDINÁRIA =
REMOTA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às quinze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octingentésima trigésima Sessão Ordinária do quinquagésimo nono Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura da Ata da Sessão Anterior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos senhores deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 21, de 20/05/2020, encaminhando o Projeto de Lei nº 090/2020, de 20 de maio de 2020, que "dispõe sobre alteração da Lei nº 1.370, de 15 de janeiro de 2020, sobre o Plano Plurianual-PPA, para o quadriênio 2020-2023"; Mensagem Governamental nº 22, de 20/05/2020, encaminhando o Projeto de Lei nº 089/2020, de 20 de maio de 2020, que "dispõe sobre a alteração da Lei nº 1.370, de 15 de janeiro de 2020, sobre o Plano Plurianual-PPA, para o quadriênio 2020-2023"; Mensagem Governamental nº 23, de 20/05/2020, encaminhando o Projeto de Lei nº 091/2020, de 20 de maio de 2020, que "abre ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Estadual do Trabalho de Roraima-FET-RR, Credito Especial no valor global de R$ 101.079,83 (cento e um mil setenta e nove reais e oitenta e três centavos), para os fins que especifica". **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Decreto Legislativo nº 006/2020, de 22/05/2020, de autoria do Deputado Jalser Renier, que "declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Programa Amor Incondicional – P.A.I – Casa do PAI"; Projeto de Lei nº 086/2020, de 20/05/2020, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, que "dispõe sobre a contratação emergencial temporária de psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, para oferecer atendimento às vítimas de depressão e tendências suicidas em decorrência da Covid-19"; Projeto de Lei nº 087/2020, de 21/05/2020, de autoria do Deputado Jalser Renier, que "estabelece procedimento especial aos funcionários públicos que auxiliam no combate à Covid-19 no atendimento à população no Estado de Roraima"; Projeto de Lei nº 088/2020, de 22/05/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro, que "institui no calendário de eventos do Estado de Roraima o 'Dia Estadual de Prevenção a Pré-Eclâmpsia'"; Projeto de Lei nº 092/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida, que "dispõe sobre a transparência nas ações, serviços e contratos emergenciais firmados pela administração pública estadual durante a pandemia do novo Coronavírus e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 093/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida, que "suspende os prazos de garantia, troca, devolução e reembolso decorrentes da aquisição de produtos ou serviços, no âmbito do Estado de Roraima, enquanto durarem as medidas restritivas adotadas em razão da pandemia da Covid-19"; Projeto de Lei nº 094/2020, de 25/05/2020, de autoria do Deputado Renan Filho, que "institui diretrizes para o incentivo ao setor cultural do Estado de Roraima durante a pandemia do novo Coronavírus-Covid-19 e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 095/2020, de 27/04/2020, de autoria do Deputado Renan Filho, que "dispõe sobre a visita virtual, por meio de videochamadas, de familiares a pacientes internados no Estado de Roraima em decorrência do novo Coronavírus (Covid-19)"; Projeto de Lei nº 096/2020, de 04/05/2020, de autoria do Deputado Eder Lourinho, que "institui a Política sobre Drogas do Estado de Roraima, o Fundo Estadual Antidrogas e dá outras providências"; Requerimento de Pedido de Informação nº 018/2020, de 21/05/2020, de

autoria da Deputada Yonny Pedroso, requerendo que o Governo do Estado de Roraima apresente o Plano Detalhado de Execução dos valores a serem recebidos do Governo Federal para o combate a Pandemia da Covid-19; Requerimento de Pedido de Informação nº 019/2020, de 26/05/2020, de autoria da Deputada Yonny Pedroso, requerendo que sejam solicitadas informações e documentos da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-FEMARH, sobre a utilização dos recursos oriundos da repatriação de valores da Operação Lava Jato; Requerimento de Pedido de Informação nº 020/2020, de 26/05/2020, de autoria da Deputada Yonny Pedroso, requerendo que sejam solicitadas informações e documentos do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima-ITERAIMA, sobre compras, vendas, doações, cessões e/ ou transferências de terras realizadas no período de dezembro de 2018 até a presente data; Requerimento nº 050/2020, de 19/05/2020, de autoria da Deputada Yonny Pedroso, requerendo que o Governo do Estado de Roraima providencie um estudo de impacto financeiro para a realização de Processo Seletivo para a categoria de Condutor de Ambulância; Requerimento nº 051/2020, de 21/05/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 082/2020, de sua autoria; Requerimento nº 052/2020, de 26/05/2020, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, requerendo que seja convocado, em caráter de urgência, o senhor Olivan Pereira Melo Júnior, Secretário de Saúde do Estado de Roraima, para que se apresente formalmente o protocolo de ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde do Estado para o combate à Covid-19; Moção de Pesar nº 029/2020, de 12/05/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, aos familiares da Professora Marniza Barbosa de Souza, pelo seu falecimento ocorrido no dia 11 de maio de 2020, nesta cidade de Boa Vista; Moção de Pesar nº 030/2020, de 21/05/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, aos familiares da Professora Bernita Miguel, pelo seu falecimento ocorrido no dia 21 de maio de 2020, no Município de Pacaraima; Moção de Pesar nº 031/2020, de 22/05/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, aos familiares da jornalista e radialista Marcia Melo Seixas, pelo seu falecimento ocorrido no dia 22 de maio de 2020, em São Paulo; Moção de Pesar nº 032/2020, de 26/05/2020, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, ao Senhor Antônio Terêncio de Lima Filho e familiares pelo falecimento de sua mãe, a Senhora Ceci Barreto de Lima; Indicação nº 412/2020, de 18/05/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Indicação nº 413/2020, de 20/05/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 415/2020, de 13/05/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 428/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 429/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 430/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 414/2020, de 21/05/2020, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira; Indicação nº 416/2020, de 22/05/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 431/2020, de 26/05/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 432/2020, de 26/05/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 417/2020, de 22/05/2020, de autoria da Deputada Yonny Pedroso; Indicação nº 418/2020, de 22/05/2020, de autoria da Deputada Tayla Peres; Indicação nº 419/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Tayla Peres; Indicação nº 420/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Tayla Peres; Indicação nº 421/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Tayla Peres; Indicação nº 422/2020, de 19/05/2020, de autoria do Deputado Nilton Sindpol; Indicação nº 423/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida; Indicação nº 424/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida; Indicação nº 425/2020, de 25/05/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida; Indicação nº 426/2020, de 25/05/2020, de autoria do Deputado Renan Filho; Indicação nº 427/2020, de 25/05/2020, de autoria do Deputado Renan Filho; Memorando nº 030/2020, de 22/05/2020, de autoria do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à Sessão Ordinária Virtual do dia 12 de maio do corrente ano; Memorando n**º 054/2020, de 20/05/2020, de autoria do Deputado Renato Silva, justificando que se ausentou da Sessão Ordinária Remota do dia 19 de maio do corrente ano. DIVERSOS:** Ofício nº 75/2020, de 20/05/2020, de autoria da Secretaria Estadual de Infraestrutura de Roraima, encaminhando resposta ao Ofício nº 040/2020-SL/ALERR.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart**– Senhor Presidente, temos quatro oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Boa tarde, Presidente Jalser, boa tarde a todos os demais parlamentares. Hoje uso a Tribuna para, mais uma vez, enfatizar a necessidade da presença do Secretário de Saúde para que ele possa prestar esclarecimentos formais a todos nós parlamentares, representantes do povo, porque chegam diariamente a mim, e certamente a vocês também, denúncias quanto à qualidade dos EPIs, à falta de medicamentos e a gente não sabe exatamente qual o protocolo adotado no tratamento dos pacientes com a Covid-19. Por outro lado, também recebemos muitas denúncias por falta de medicamentos, ou seja, a população está em um verdadeiro desespero, além da falta de leitos e respiradores para que possa acomodar os acometidos por esse vírus. Nós somos surpreendidos a cada dia, praticamente como foi com o documento do secretário Olivan, onde ele descreveu, relatou as condições que ele encontrou a SESAU e a gente começa a fazer os paralelos, como estamos fazendo as oitivas na CPI da Saúde. Então, está claro que qualquer um que assuma aquela pasta está fadado ao fracasso, porque na nossa leitura, como disse o primeiro secretário de saúde, o Dr. Aílton Wanderley, que não há condições de fazer uma gestão, uma vez que existem quadrilhas organizadas ali para saquear o erário ou o cofre da SESAU e isso preocupa demais a gente porque as pessoas estão perdendo a vida. Essas pessoas que faleceram não voltarão mais e, nós estamos acompanhando, a cada dia, essa questão piorando. O próprio secretário pediu a intervenção federal, que foi discutida aqui na última Sessão Virtual de terça-feira da semana passada, dia 19 de maio, onde teve os prós e os contras, mas, enfim, nós precisamos saber o que realmente está sendo feito dentro da Secretaria de Saúde. Fiquei surpreso aqui com uma notícia de que teriam trocado o diretor-geral do HGR, que era uma médica, e trocaram por um militar do Corpo de Bombeiros sem formação na área. Então, tudo isso nos preocupa porque a gente está vendo que está existindo um bate cabeça e que as pessoas não estão se articulando para poder, realmente, tirar a saúde dessa situação precária em que se encontra e podermos dar uma resposta para a sociedade. Nós temos que juntar forças e buscar juntos, tentar ferramentas para que possamos ter dias melhores com relação à saúde. Nós já atingimos mais de 2.500 casos de pessoas infectadas, confirmados, e, já ultrapassamos a casa de 100 óbitos e toda hora somos surpreendidos com o falecimento de um conhecido nosso ou pessoas até da família da gente, como já aconteceu com alguns de nós. Então, pessoal, a situação realmente exige que nós todos possamos, de uma forma direta, contribuir para que a sociedade tenha uma saúde de qualidade. Quando a gente assumiu em 2019, a saúde já estava na UTI e agora o que a gente vê é que a saúde teve uma morte cerebral, baseado nas informações e atos que não conseguem realmente fazer com que a saúde venha aos trilhos, e isso nos preocupa porque a curva é crescente e o que vai ser do Estado de Roraima? Estava lendo, há pouco, no G1, que o Brasil vai ter cerca de 125 mil mortes pela COVID-19. Então, estamos vendo a pandemia avançar e todos nós sem termos realmente uma coisa concreta de como combater esse vírus. O que é preciso? É preciso que haja medicamentos, esse protocolo bem definido, pois estamos vendo os profissionais tanto da saúde quanto da segurança sendo infectados. São servidores que, por conta da doença, estão dando baixa do serviço. Então, o Estado está tendo prejuízo de todas as formas, pelas vidas humanas que estão sendo ceifadas, os profissionais que estão se contaminando por conta dessa questão da qualidade duvidosa dos EPIs, por esses processos mal elaborados que a gente na CPI está analisando e nos mostra de forma clarividente que as pessoas estão fazendo tão mal feito que salta aos olhos e a gente deduz que não adianta trocar o secretário. Na nossa avaliação, a SESAU tinha que ser trocada 100%, porque estamos vendo pessoas que já foram acusadas, em tese, de participação em desvio de recursos públicos, serem exoneradas e daqui a pouco sendo nomeadas novamente e fica aí esse samba do crioulo doido onde as pessoas não se entendem e nós desembocamos em situações como essa dos respiradores por preços exorbitantes, onde o estado ficou tanto sem o dinheiro quanto sem os aparelhos nessa calamidade pública. O hospital de campanha que foi prometido e ainda não funciona. No HGR, quando alguém dá entrada lá com suspeita de Covid, os familiares passam a não ter mais informações, então, fica aquele desespero lá dentro. Os profissionais ficam sem poder usar o banheiro porque, se forem fazer isso, terão que trocar os EPIs e não há uma quantidade suficiente para isso. Eu mesmo já doei equipamentos para lá, tipo máscaras, não só essas de pano, mas também daquelas de acrílico porque os profissionais estão reclamando. A gente recebeu um vídeo de uma profissional de saúde que mostrou, provou que o avental, a qualidade do avental não é capaz de impedir a contaminação, então, por conta disso, ela se recusou a assumir o plantão. Então, estamos vendo os profissionais adoecendo não só pela Covid, mas, também, pelo stress, pela pressão e por todas essas variáveis que estão se somando aos ombros desses pais e mães de família que estão ali para fazer o seu melhor. Então, cabe a nós também, os parlamentares, nos juntarmos para que possamos também fazer o nosso melhor e contribuir de forma direta, porque somente o secretário não vai fazer frente a esse vírus, que é pior do que a Covid, que é o vírus da corrupção que está instalado na SESAU e nós precisamos, realmente, eliminá-lo. Não tem, gente, não tem outro cenário que não esse.

O que o primeiro secretário de saúde descreveu em sua carta foi perfeito e a gente vê que continuam atuando essas quadrilhas dentro da SESAU. Por isso que a gente entende que a intervenção federal seria uma das alternativas e não a alternativa, mas a gente vê que a contaminação é generalizada, tanto dos comissionados quanto dos efetivos. Eu insisto que uma solução seria tirar todos, 100%, porque desse jeito o secretário está lá rodeado de pessoas que, com certeza, vão trabalhar pelas suas costas. Então, esse apelo que a gente faz aqui aos senhores e senhoras deputadas é para que a gente possa buscar juntos, nesse momento tão difícil que a gente está vivendo, uma solução urgente para ontem, porque a saúde pública, a SESAU sempre foi a pasta que mais recursos financeiros teve, e a gente levantou que 75% dos recursos financeiros do exercício financeiro de 2020 já foram empenhados, então, tudo isso precisa ser revisto. O secretário Olivan, quando assumiu, disse que cancelou todos os contratos porque estavam todos eivados, na avaliação dele, de vícios, de ilegalidade. Então, não podemos simplesmente assistir às pessoas morrerem sem contribuir de forma direta, porque é certo, é matemático que muitas e muitas pessoas irão perder suas vidas por conta dessa Covid. Nós não sabemos quando é que essa curva vai achatar. Do jeito que a gente está vendo as pessoas circulando em vários ambientes, estão contaminando umas às outras. Não tem como não haver uma contaminação maior, em massa, com as pessoas circulando no dia a dia praticamente como se não tivesse acontecendo nada. Então, o Poder Legislativo, esta Casa de Leis, esta egrégia Casa, precisamos, realmente, com o apoio total e irrestrito, acredito eu, de todos os parlamentares, somados ao presidente desta Casa, para que a gente possa, realmente, definir e juntamente com o secretário, deixar claro para a população o que está sendo feito, quais são os remédios que temos para combater essa Covid-19, porque é tudo obscuro. Acredito que a gente convidando o secretário para que ele venha, juntamente com sua equipe, nos dar esclarecimentos para todos nós deputados e para a sociedade, para que a gente possa ter, pelo menos, uma luz no fim do túnel, saber o que se precisa de imediato, porque, quando começamos lá no início de 2019, era um cenário: os centros cirúrgicos interditados porque estavam infectados, por que não tinha material para cirurgias, os pacientes sendo mandados para casa, e etc, etc, e hoje nem se fala mais em cirurgia eletiva, a gente só está tratando da Covid-19, que está matando as pessoas adoidado aí. A pessoa entra no hospital em um dia e no dia seguinte a família recebe a notícia de que está morto. Então, esse é o apelo que faço aos pares, deputados e deputadas desta Casa e, com certeza, com o apoio de todos vocês e do Presidente, a gente consiga se unir ao novo secretário de saúde para buscarmos uma alternativa, pois, como relatei ainda há pouco, trocar uma médica diretora do HGR, por um coronel do Corpo de Bombeiros sem formação na área, simplesmente fico me perguntando: e a legislação? A legislação não requer que seja um profissional da saúde que tenha experiência e competência para isso tudo? A gente ver que está todo mundo perdido, batendo cabeça sem saber o que fazer, e no estado de Roraima, este ano, será um ano perdido. Então, vamos lá, pessoal, faço esse apelo encarecidamente para que, em nome de toda a população do Estado de Roraima, a gente se junte e possa, a quatro mãos, buscar ressuscitar a saúde do Estado de Roraima, pois não podemos só assistir. Dói ver um amigo ou até mesmo uma pessoa que a gente nem conhecia perder a vida de um dia para o outro por causa dessa Covid, que não tem remédio. Então, era esse o meu apelo e quero finalizar conclamando todos, e deixo aqui meu muito obrigado a todos vocês, colegas, e ao nosso Presidente. Obrigado!

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Com a palavra a Senhora Deputada Yonny Pedroso, com o tempo de quinze minutos.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso –** Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, meu muito boa-tarde. Em primeiro lugar, eu quero me solidarizar com as 102 famílias roraimenses que perderam pessoas queridas para esta pandemia. Quero prestar as minhas condolências e ainda dizer que é possível salvar vidas, evitar que mais famílias chorem sem poder velar pelos seus entes queridos. Não é preciso mágica nem planos mirabolantes, apenas gestão na saúde do nosso Estado. Quem nos assiste sabe da luta que tenho travado nos últimos dias para que o governo dê resposta a nós, cidadãos roraimenses. Tenho 55 projetos de lei, entre indicações, projetos, requerimentos e propostas para auxiliar no enfrentamento da crise. Diante da inercia do governo e do avanço da pandemia propus a intervenção federal na saúde, matéria trazida aqui neste Plenário para votação e que foi rejeitada, mas que voltou à discussão o pedido do Secretário de Estado da Saúde Coronel Olivan. O ofício foi enviado ao governador Antônio Denarium há 9 dias e a resposta que temos do chefe do Executivo Estadual é simplesmente o silêncio, enquanto o Hospital Geral está colapsado, com os corredores lotados, sem medicamentos, sem leitos de UTI, sem respiradores e o número de mortes só dobrando a cada dia. Liguei para o Ministro da Saúde, General Pazuello, pedindo socorro para o nosso Estado. Muito preocupado com a situação de Roraima, ele disse que o Ministério vem prestando todo o suporte necessário, e descartou completamente a possibilidade de haver uma intervenção federal na saúde pois no diagnóstico de Brasília é sabido por todos a falta de gestão do Governo do Estado na Secretaria de Saúde. Roraima é o único estado onde o Exército montou um hospital de campanha com praticamente mil leitos, e não funciona e o governo não é capaz de fornecer insumos nem pessoal. A área de proteção e cuidados está pronta, há mais de um mês, e ainda não se iniciaram os atendimentos por pura incompetência do governo. Enquanto isso, o número de mortes e pessoas contaminadas só aumenta. Pasmem, dia 24 de abril, Roraima registrou 3 óbitos por Covid-19! Em apenas um mês já são 102 mortes, conforme dados divulgados ontem! Sei que o governo não tem tomado nenhuma medida para enfrentar essa pandemia. Não faltam recursos na saúde como por diversos meses vinha sendo questionado. Somente este ano o Ministério da Saúde repassou para o Fundo Estadual de Saúde 104 milhões de reais, dos quais 35 milhões para serem utilizados no combate ao Coronavírus. Cadê esse dinheiro? Por que não utilizá-lo para comprar medicamentos e contratar profissionais diante das diversas denúncias que venho recebendo de que estão subcontratando profissionais para que possam ganhar diárias e o hospital de campanha ainda não está em funcionamento. Solicitamos o funcionamento de imediato. O governo não recebeu só o dinheiro para combater o Coronavírus, o Ministério da Saúde enviou para Roraima mais 207 mil em equipamentos de proteção individual para os profissionais da saúde, mais de 60 mil testes, 10 mil kits de testes rápidos e mais de 60 mil comprimidos de cloroquina e tamiflu, remédios utilizados para o tratamento da Covid-19. Essas são informações disponíveis no site do Ministério da Saúde para quem quiser ver e isso só evidencia a incapacidade do governo de gerir a saúde. O descaso do governo com a saúde também obriga muitas famílias a passar fome, continuar sem emprego e sem renda, pois os hospitais colapsados impedem a reabertura do comércio do nosso Estado para que faça a economia crescer. Se o comércio voltar a funcionar hoje, a velocidade do contágio e de mortes será muito maior. O governador Antônio Denarium precisa fazer valer o voto que recebeu do povo de Roraima, quando disse que iria governar para todos. A intervenção não vai acontecer, tem dinheiro, tem pessoas capacitadas e conhecedores do sistema de saúde para fazer a saúde acontecer. Aqui no nosso Estado o povo está sofrendo com a precarização da saúde há anos, que vem se arrastando. Denarium foi eleito com o discurso de que havia dinheiro, o que faltava era gestão. Todos nós recordamos disso. Mas, ao sentar-se na cadeira, demonstrou sua inaptidão para o cargo. Ele governa há 18 meses e não conseguiu resolver nenhum dos pequenos problemas imaginem os maiores na saúde do nosso estado, ao contrário, agravou a situação dos pacientes que aguardam por cirurgias oncológicas e ortopédicas com a suspensão desses procedimentos. Os hospitais de Boa Vista e do interior padecem com a falta de itens básicos como uma simples medicação: a dipirona, remédios para diabéticos, que devem custar em torno de quatro reais e cinquenta centavos na farmácia. Roraima espera mais que o silêncio do governador e quero, Presidente, propor que esta Casa faça uma comissão em conjunto com os representantes, pois nós somos um dos 3 Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Que façamos uma comissão junto com o Judiciário, Legislativo e Executivo para que possamos, juntos, buscar uma solução eficaz para a saúde do Estado. O momento é de união. Está sendo mostrada a fragilidade do governo nesse momento que estamos passando. Quero também deixar essa indicação e reforçar meu apoio para que o Presidente Jalser monte esta comissão para que possamos avançar e traçar planos e colocarmos à frente dessa problemática da saúde profissionais capacitados para que a gente possa, talvez não resolver, mas amenizar porque agora não temos mais que esperar por Brasília, a solução tem que ocorrer aqui no Estado e nós estamos calados e omissos. Muito obrigada!

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart -** Com a palavra a Senhora Deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**– Excelentíssimo Senhor Presidente Jalser Renier, demais pares, boa tarde. (trecho inaudível). Então, a pergunta é: o que os deputados estaduais de Roraima estão fazendo para trabalharem contra essa crise na saúde do estado de Roraima? Desde setembro, Vossa Excelência, Presidente, Deputado Jalser Renier, autorizou a instalação da CPI e, sob a presidência do Deputado Coronel Chagas, com a relatoria do Deputado Jorge Everton, eu Lenir Rodrigues, Deputado Soldado Sampaio, Deputado Evangelista Siqueira, Deputado Renato Silva e Deputado Nilton Sindpol estamos acompanhando, trabalhando e analisando autos de processos da SESAU. Veio a pandemia e hoje de manhã nós tivemos uma reunião da CPI e eu fiz um requerimento para Vossa Excelência, Deputado Coronel Chagas, mesmo nós estando todos preocupados com a questão da pandemia, para agilizar os gargalos da SESAU, pois temos relatórios de atos que, em tese, são de corrupção e que precisamos ir aprovando e encaminhando para a CGU, TCU, Ministério Público Estadual, Federal, Ministério da Justiça e para quem for de direito

os relatórios preliminares para dar andamento nos atos da CPI da Saúde. E, retomando, acredito assim, se nós estamos trabalhando nesses autos de processos da SESAU, nós queremos que o Governo do Estado, o Poder Executivo, possa agilizar o mais rápido possível a higienização do hospital; a questão da alimentação regular do hospital, pois, hoje, inclusive, vi o sindicato reclamando que não chegou, que está com dois dias que chega atrasada e regularizar o pagamento das terceirizadas. Na minha opinião, acredito que deveríamos verificar mais atentamente essa questão da cooperativa e voltar à reflexão inicial. Será que em Roraima nós não temos ninguém capaz de gerir a SESAU! Nós precisamos sempre que estar pedindo ao Governo Federal uma intervenção. Parece menino buchudo ou uma mãe incompetente que não dá conta da sua casa! Então, acredito que nós temos pessoas em Roraima, gestores de boa índole, gestores que conhecem a SESAU como a palma da sua mão e que são capazes de gerir a SESAU sem interferência. Intervenção Federal vai resolver? Não é assim. Nós vamos resolver o problema da saúde e daquelas pessoas que estão morrendo e não é só de Covid, estão morrendo por uma simples vesícula também. Nós vamos resolver na medida que as pessoas puderem estar acreditando, realmente, que a saúde vai melhorar se os gestores derem conta da administração. Estou recebendo informações de que os médicos estão sem receber. Nós precisamos dos médicos, precisamos do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem, dos enfermeiros, da pessoa da limpeza. Hoje, pode deixar o ladrão de galinha roubar, mas nós não podemos mais deixar a corrupção na saúde, por que é a minha vida, a vida dos meus filhos, dos teus filhos, da população que está em risco. Então, a CPI está trabalhando muito nisso, estamos dando provas de que somos capazes sim de reverter uma situação. Queremos que o Governo do Estado tome uma posição, o que não queremos é politicagem. Ah! O setor tal é o bonzinho, a prefeitura tal é a boazinha e o governo é o cão. Não é assim não, não é assim que vamos resolver essa situação. Nós temos nesse momento que enfrentar a situação e dizer que nós somos fiscalizadores da política pública, porque está, constitucionalmente lá, escrito na nossa Constituição Estadual que nosso dever é fiscalizar a execução do orçamento do Estado, portanto, da política pública, e, quando esses milhões caem na conta do Estado, eles já se transformam em recursos estaduais que nós devemos acompanhar a execução. Excelentíssima Deputada Yonny Pedroso, guardo o maior carinho por Vossa Excelência, costumo defender vossos projetos e sei da sua competência e capacidade, mas gostaria de discordar em um ponto que seria o seguinte: tenho visto o trabalho do eminente Deputado Neto Loureiro, como presidente da Comissão de Saúde, então eu não concordo que tenha mais uma comissão. Já temos a CP, temos uma Comissão Permanente de Saúde. Vamos apoiar a Comissão Permanente de Saúde todos nós. Quando essa Comissão fizer uma reunião, vamos estará todos online, vamos trabalhar. Vamos receber os autos e vamos dar força para a Comissão de Saúde Permanente desta Casa, para que ela possa realizar o trabalho. Não precisamos criar um novo fato jurídico aqui na Assembleia, precisamos sim apoiar quem está trabalhando, quem sabe trabalhar. Então, eu gostaria, que nós, nesse momento, nos uníssemos com a população em busca de soluções concretas. Eu tenho visto a Deputada Aurelina, ela tem filhos médicos, ela tem experiência nessa área, é médica veterinária. Ela pode dar muitas sugestões ao Governo, e quem está na base aliada, que eu soube que o Deputado Marcelo está adoentado, mas eu acho assim, quem está mais próximo do governador, que faça o governador ouvir o clamor da população, ouvir o que nós queremos dessa gestão, que os recursos já chegaram. É preciso fazer um limpa. Cancela os autos de processos que têm corrupção, começa do zero. Começa com acompanhamento. Chama a Comissão Permanente de Saúde junto para trabalhar, que nós vamos dar conta. Nós sabemos, eu fui gestora pública por duas vezes na Secretaria de Estado de Educação, que era na época o orçamento do Estado. Já fui defensora pública-geral gerindo o orçamento. Nós temos pessoa em Roraima que entendem dessa área. Eu não entendo de saúde, mas eu entendo de morte e não posso aceitar 102 mortes por Covid em Roraima. Não posso aceitar. Não posso me calar porque eu já estou de olho preto de tanto chorar a morte dos amigos, dos conhecidos do nosso Estado. Portanto, Excelências, vamos cuidar, vamos nos dar as mãos. Deputado Neto Loureiro, Vossa Excelência tem o meu apoio total e irrestrito. Se precisar, nós estamos aqui para analisar juridicamente os autos desses processos, cancelar, fazer parecer. Eu faço de próprio cunho, porque eu tenho amor pelo meu Estado. Eu tenho amor a cada pessoa que está sofrendo, e eu tenho certeza que somos capazes, como representantes do povo, de dar um freio e administrar bem os recursos de Roraima. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Boa tarde a todos. Estou aqui também para falar da saúde pública. A gente pode observar que essa falta de gestão, que o próprio governador citou na época de campanha, vem continuando até os dias de hoje. A gente consegue observar isso diariamente e nesses dias passados, nós conseguimos confirmar e reafirmar isso mais uma vez, onde o próprio secretário atual de saúde pede uma intervenção federal na saúde. Então, nós chegamos ao fundo do poço da saúde pública do Estado de Roraima. Já passamos de 100 óbitos no Estado. Temos mais de 2000 casos dentro do Estado de Roraima. Isso casos confirmados, fora aqueles que a gente não tem a certeza, fora aquelas pessoas que não foram testadas. Chegamos ao momento muito crítico dentro da saúde do Estado de Roraima. Precisamos unir as forças, os deputados da base, Prefeitura, Governo, todos, fazendo um trabalho a quatro mãos para tentar amenizar o sofrimento da população.

Aqui, eu vou citar alguns pontos, rapidamente, de alguns problemas que a gente vem enfrentando no atual governo, na atual gestão da saúde. Logo no início dessa crise, em março, quando forma diagnosticados os primeiros casos, nós fizemos, relutantes, várias vezes, várias indicações ao governo e volto a repetir, mais uma vez o Governo de Roraima vem demonstrando não sei se falta de vontade, mas não quer nos ouvir. Não falo como presidente da Comissão de Saúde, mas como deputado, como membro desta Casa Legislativa. Fizemos várias indicações ao Governo, desde o início da pandemia, que poderiam ter ajudado a evitar esses problemas os quais estamos passando hoje.

Fizemos indicação, por exemplo, para ser instalada uma barreira sanitária na Vila Novo Paraíso, no Quinhentos, e nunca tivemos resposta. Fizemos indicação também, após a aprovação daquela renda cidadã aqui pela Assembleia, de um projeto para o governo beneficiar com aquela renda de 200 reais as famílias do Baixo Rio Branco, as comunidades de Caicumbi, Cachoeirinha, Canoanim, Santa Maria, Taia Preta, Lago Grande, Sacari, toda essa região que está bem próxima ali, também, do Amazonas. Naquele momento que avisamos que fizemos a indicação, o Amazonas já estava em colapso. Já eram vários óbitos, vários casos confirmados. Pedimos que fosse feita a distribuição de alguns quites de higiene e alimentação para essas comunidades, porém mais uma vez não fomos ouvidos, não fomos atendidos. Fizemos indicação ao Governo para fazer parcerias, no início da pandemia, para distribuição de álcool em gel e sabão líquido para as comunidades mais carentes. Também não fomos ouvidos. Fizemos reuniões com a enfermagem, e eles trouxeram para a gente vários problemas que estão passando. Falta de EPIs, falta de condições de trabalho. Os profissionais estão desesperados. Hoje estamos vivendo uma situação, onde a linha de frente não tem condição para trabalhar e, como foi muito bem dito aqui pelos colegas anteriormente, os médicos estão sem receber. As pessoas que estão aí para nos ajudar a combater esse mal, ajudar a salvar vidas, não têm salários. Então, é um momento que estamos vivendo que não pode permanecer dessa forma.

Fizemos no início do mês, a Comissão da Saúde, uma reunião com as vítimas epidemiológicos do próprio Governo do Estado, a própria vigilância demonstrou o caos que iria se instalar aqui. No início de maio, se não me engano, no dia da reunião, nós tínhamos 400 casos confirmados e foi avisado naquela reunião que até o final deste mês, mais de 2000 casos estariam confirmados. Mais de 60 leitos de UTI estariam faltando e o que o governo fez para amenizar esses problemas? Nada! Temos aí o Hospital de Campanha, que, pela terceira vez, foi adiada a sua abertura. Falta o governo cumprir com sua parte, com material de consumo e a equipe médica.

O Hospital do Canarinho, como foi dito anteriormente, se não me engano a Deputada Lenir, foi feito o Hospital do Canarinho e hoje foi desmontado. Não sei por que levaram para o Hospital das Clínicas. Então, é o dinheiro que não está sendo usado de uma forma correta. Faz um Hospital de Campanha ali no Canarinho, passa um, dois meses para ficar pronto, passam 20 dias de funcionamento, tira de lá, passa para o Hospital das Clínicas. Então, a gente tem que utilizar também esse recurso que está vindo, quase 400 milhões vindo para o Estado, para a saúde, para a gente, talvez, deixá-lo aqui como um legado, a gente utilizar esse recurso para construir estruturas, construir hospitais realmente. Utilizar esse dinheiro para construir coisas que vão ficar para o futuro, e nós podemos utilizar hoje nesse momento de pandemia e no futuro próximo. Temos aí o bloco novo do HGR, que nunca foi finalizado e nós temos mais recursos vindo e não estamos aplicando esses recursos nessas situações. Temos o caso dos sobrepreços. Hoje realmente nós vivemos um momento de caos instalado total. Então, quero pedir o apoio aqui pela Comissão de Saúde, dos colegas, deputados da base, dos demais deputados para que todos nós nos unirmos e irmos à luta em busca dessas melhorias. Façamos o Governo nos ouvir. Diariamente eu também recebo denúncias da saúde, vocês recebem, eu como presidente da Comissão de Saúde também recebo diariamente denúncias. Ontem, quase meia noite, uma amiga nossa de Rorainópolis me telefonou por vídeo chamada. Ela teve uma crise de apendicite e foi ser atendida no hospital de Rorainópolis. Eu tenho aqui o vídeo, não sei se vocês vão conseguir ver, eu passei para a equipe legislativa da Assembleia, mas como a gente está com essa Sessão online, virtual, eu não sei se vai poder conseguir passar. Mas vou passar aqui no meu telefone, para vocês

verem o que as pessoas estão passando. As pessoas estão sendo atendidas no meio da rua, em barracas, tremenda chuva, molhando equipamentos, médicos correndo, tirando EPIs para cobrir equipamento, sem estrutura nenhuma. Vou passar o vídeo.

(Apresentação de vídeo)

Esse é apenas um dos casos que a gente recebe diariamente. Então, venho aqui, mais uma vez, pedir o apoio de todos os parlamentares, principalmente daqueles que têm uma maior proximidade com o Governo para que nos ouça, porque indicações, cobranças, nós fazemos isso diariamente, mas muitas vezes não somos atendidos e nem ouvidos. Então, nós fazemos essas indicações numa forma de tentar amenizar essa crise e tomar algumas atitudes para que o Governo veja, por outro lado, algumas situações que a gente, por algumas vezes, recebe e ajudar o Governo também dessa forma, mas, infelizmente, ele não vem demonstrando, talvez, interesse em resolver essa situação.

Então, quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente pela oportunidade, e conclamar os nobres pares que nos ajude nessa árdua missão, que é, mais uma vez, tentar ajudar a amenizar a crise instalada na saúde pública do Estado de Roraima. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Deputado Neto. Obrigado a todos os senhores deputados que se manifestaram. Reconheço desde os que fizeram críticas à saúde estadual, como aqueles que defenderam o Governo, pelo esforço realizado até esse momento para solucionar a crise que estamos vivendo. Chegamos a um ponto em que é preciso tomar decisões, decisões acertadas. É por isso que eu venho aqui pedir ao senhor governador Antônio Denarium que aceite a união de esforços apresentadas pelo Deputado Neto e muitos outros deputados no tocante a esse momento que estamos vivendo e coordene essas ações, o mais rapidamente possível, para que a gente possa salvar vidas e dar tranquilidade ao povo de Roraima. Nosso Estado não pode passar por momentos ainda piores do que este que estamos vivendo. É uma situação extremamente delicada. Faço esse pedido, não só ao governador, mas ao Denarium pai, aquele cidadão pai, que é um ser humano, que eu tenho certeza que sabe o valor da vida humana, principalmente a vida de um filho de uma família, e eu quero que você pense nas famílias que estão perdendo seus entes queridos. Pense nas pessoas que estão sofrendo nas filas do único hospital de referência que nós temos aqui em Roraima. Pense como se fosse você no lugar dessas pessoas que estão sem acesso ao atendimento de saúde. Não dá mais para continuar do jeito que está. Realmente, é uma situação que nós precisamos, urgentemente, de uma solução.

Fiquei muito surpreso com a carta do atual secretário da saúde, senhor Olivan Melo, por quem tenho profundo respeito, revelada no final dessa semana, que descreve a dura realidade da saúde pública do Estado. É o sexto secretário de saúde que assume para fazer diagnóstico e apresentar os problemas que todos nós já conhecemos. Então, quero dizer que quando estamos precisando mais do que nunca da saúde, precisando mais do que nunca que alguém se apresente e apresente soluções práticas. O que precisamos da saúde são soluções práticas, eficazes, no sentido de resolver os problemas que estamos vivendo atualmente. Eu acho que há humildade e competência para discutir essa situação com todos os atores envolvidos, principalmente SUS e muitos outros, muitas outras instituições, a sociedade civil organizada, os trabalhadores da saúde. É necessário discutir isso com o parlamento, com os demais poderes para alinhavar uma estratégia capaz de minimizar e até resolver o problema que estamos vivendo. Como disse o Deputado Neto Loureiro, a Deputada Lenir, e como disse no início do seu pronunciamento a Deputada Yonny, o problema da saúde de Roraima não é apenas o Coronavírus. Esse não é o problema principal, também é. Temos um caos no nosso sistema de saúde. Desde o problema de abastecimento de medicamentos, prestação de serviço, qualidade de profissionais, e, também, na sua lotação, na realização de cirurgia, na oferta de especialidades e que nos deixou numa condição desastrosa aqui no nosso Estado.

Portanto, quero dizer aqui que o Governo precisa se pronunciar. O senhor precisa se pronunciar, senhor governador, inclusive sobre essa carta de demissão do secretário. O que o senhor secretário quis dizer com essa carta? É mais um secretário que está pedindo demissão? Eu entendo que, ao pedir uma intervenção federal, ele pede para alguém que ocupar o lugar dele, hoje, ser a solução de um problema? Eu não estou entendendo, vamos para o sétimo secretário de saúde com essa mesma filosofia? Com essa mesma ideologia? Na lei orçamentária de 2020, a Assembleia Legislativa aprovou, na íntegra, toda proposta que o Governo enviou para a saúde, a Assembleia não se furtou em aprovar nenhuma proposta. Então, nós entendemos que a Secretaria de Estado da Saúde não tem problemas para usar o orçamento que foi garantido a ela. Então, é obrigação, realmente, do Estado apontar uma solução.

Quero aqui dizer que eu estou aqui para pedir ao senhor governador, mais uma vez, que se pronuncie, tome uma atitude, já que não há, aos meus olhos, nenhuma condição que justifique uma intervenção federal no Estado. Temos o financeiro, orçamento, estrutura física e de pessoal, todos dispostos a resolver essa falta de gestão que nós estamos vivendo. Portanto, nós precisamos, agora, da sua atitude e do seu comando para que possamos ter uma saúde equilibrada e um Estado melhor. Eu acho que isso são forças que temos que ter juntos na direção de soluções práticas que o Estado está vivendo hoje.

Não havendo mais oradores inscritos, passaremos à Ordem do dia. (Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, da Moção de Pesar nº 034/2020, de autoria do Deputado Jalser Renier, aos familiares do Senhor Jandir Salvadori pelo seu falecimento ocorrido nesta cidade de Boa Vista; Moção de Pesar nº 033/2020, de autoria do Deputado Renan Filho, pelo falecimento da Senhora Flávia Pinto de Azevedo, vítima do Covid-19; Requerimento nº 052/20, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, requerendo que seja convocado, em caráter de urgência, o Senhor Olivan Pereira Melo Júnior, Secretário de Saúde do Estado de Roraima, para que apresente, formalmente, o protocolo de ações desenvolvidas pela Secretaria de Saúde do Estado para o combate à Covid-19; Requerimento de Pedido de Informação nº 019/20, de autoria da Deputada Yonny Pedroso, solicitando que sejam enviadas a esta Casa Legislativa, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-FEMARH, com maior brevidade possível, as informações e documentos que indica; Requerimento de Pedido de Informação nº 020/20, de autoria da Deputada Yonny Pedroso, solicitando que sejam enviadas as esta Casa Legislativa, pelo Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA, informações e documentos que indica).

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 034/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lida a Moção de Pesar nº 034/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão a Moção. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 033/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lida a Moção de Pesar nº 033/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão a Moção. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovada por unanimidade.

Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura do Requerimento nº 052/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 052/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Presidente, tendo em vista a transparência que tem que ser levada à saúde pública, quero fazer um apelo a toda base do Governo, que aprove esse requerimento e que o secretário possa vir até a Assembleia Legislativa mostrar o que tem sido feito nesses dias que ele está à frente da pasta e também explicar esse pedido da intervenção que foi publicado, e que a gente soube pelas redes sociais e jornais. Para garantir a lisura e transparência que o Governo tem sempre tratado em fazer, eu quero pedir à base que acompanhe e aprove esse requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu queria, Deputado Jalser, fazer minhas as palavras do Deputado Jeferson. Como base, eu gostaria, acho que é necessária a vinda do Secretário à Assembleia, inclusive, em uma sessão presencial na qual eu gostaria de estar. Há algumas coisas que precisam ser informadas. Hoje eu ouvi a Prefeitura dizendo que chegaram dezessete mil testes e não foram repassados para a Prefeitura. Hoje ouvi a Assembleia dizer que chegaram 64 mil testes. Nós precisamos saber onde comprar testes, onde comprar respiradores, onde é que tem medicamentos para cura da Covid. O que é que está sendo feito, o protocolo. Acho que o pedido é oportuno. Quando eu fui contra aquele requerimento, eu queria que o Governo Federal fizesse o que fez no Estado do Amazonas: trouxe uma equipe de médicos do Exército, de enfermeiros, aviões cheios de respiradores, equiparam o Estado do Amazonas e ajudaram. Nós precisamos de uma intervenção nesse sentido, de uma intervenção para nos ajudar. Eu apoio a vinda do secretário e gostaria de participar...

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A conexão do computador da Deputada Aurelina caiu. Passo a palavra ao Deputado Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para dizer que apoiamos a convocação do secretário. Dizer que

também a CPI da Saúde aprovou hoje a vinda do secretário. Na agenda da CPI, que tem diversas oitivas, a vinda do secretário estava prevista só na semana que vem. É bastante oportuno esse requerimento do Deputado Nilton, que também foi autor na CPI, de convocar o secretário, em Plenário, para que todos os deputados vejam apresentação do diagnóstico do secretário de saúde. Quero parabenizar os colegas deputados pelas suas manifestações em momento bastante crítico da saúde em nosso Estado. Já é uma questão endêmica que já tem muito tempo e queremos parabenizar todos por trazerem essa discussão ao Plenário e principalmente a sua manifestação, Presidente, que conclama a união de todos os agentes políticos, todas lideranças, neste momento, para que a gente possa dar uma solução para a questão da saúde. Parabéns e desde já nos manifestamos favoráveis ao requerimento de convocação do secretário de saúde.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Senhor Presidente, quero manifestar meu apoio ao Requerimento, e, como mencionando pelo Coronel Chagas, Presidente da CPI, que informou da vinda do secretário para tratar de assuntos relacionados à CPI, creio que não haja prejuízos, uma vez que esse requerimento está se tratando da situação da pandemia da Covid-19. Infelizmente, a nossa saúde está um caos, independente da pandemia existente, mas precisamos tratar e ser mais ágeis nessas questões que estão envolvendo aí o Hospital de Campanha, a questão dos testes, como a Deputada Aurelina mencionou. Há informações soltas que não conseguimos a confirmação delas. Acredito que vai ser muito saudável e transparente a vinda do secretário para nos esclarecer, transparecer e, de certa forma, nos dar a segurança, e, através da Sessão transmitida para população, a gente vai conseguir levar essas informações, pois as pessoas acabam absolvendo coisas que não são verídicas e acabam ficando doentes, prejudicando a transparência da informação. A vinda do secretário vai nos trazer informações e nos tranquilizar também.

O Senhor Presidente **Jalser Renier -** Obrigado Deputada Catarina. Continua em discussão.

O Senhor Deputado **Renan Filho** – Senhor Presidente, quero aproveitar a oportunidade e parabenizar o requerimento do Deputado Nilton, parabenizar a CPI da Saúde, parabenizar o senhor também, pela forma que vem conduzindo a Assembleia Legislativa e mostrar para a sociedade que aqui na Assembleia a gente fica de mãos atadas por falta de informações dos gestores. A gente tentou várias vezes contato com o secretário de saúde, e, infelizmente, a gente não consegue e a gente não consegue dar uma informação a população sobre a saúde que hoje, além de não ter medicamentos, respiradores, não tem uma gestão. Se tivesse gestão, o então secretário não teria pedido intervenção federal. O requerimento do Deputado Nilton é de suma importância para termos oportunidade de conversar com o secretário. Que o secretário possa sair da sua bolha e esclarecer aos deputados o porquê de, em poucos dias que está lá na pasta, descobriu que o problema da saúde só será resolvido com uma intervenção federal. Acho que é uma boa oportunidade para passar para a gente como foi feita essa mágica de, em tão pouco tempo, ele colocar na cabeça dele que o Estado precisa de uma intervenção. Ao invés de uma gestão, ele prefere uma intervenção. Parabéns, Deputado Nilton, parabéns, Deputado Chagas e todos membros da CPI. Nós confiamos no trabalho da CPI, Deputada Lenir Rodrigues, o Estado está bem representado por esta Assembleia. Às vezes, a gente não tem conexão em casa e tem que sair para trabalhar. O Deputado Renato Silva contraiu a Covid indo para os hospitais, visitando. Então, a gente não consegue ficar em casa. O Senhor está aí, Presidente, que tem filhos e familiares. Eu tenho um filho que tem a Covid. Então, a gente como parlamentar, também estamos dentro de uma pandemia na qual ninguém está seguro. A gente sai de casa, se expõe, defende os interesses da população, e o mínimo que a gente tem que ter é respeito por parte de quem está gerenciando a gestão pública. Parabéns, mais uma vez, pela forma que o senhor vem conduzindo os trabalhos, de forma imparcial, sem questão de oposição ou situação. A gente está defendendo como vai gerenciar esses recursos que estão vindo não só para combater a Covid, como Vossa Excelência falou, e sim para a saúde do nosso Estado, porque as outras doenças continuam. Temos aí o caso do Deputado Neto, que colocou o vídeo de uma senhora que precisava fazer uma cirurgia de apêndice e infelizmente não está conseguindo. Parabéns pelo requerimento do Deputado Nilton. Esperamos que, assim, o secretário possa esclarecer a brilhante ideia que teve de pedir intervenção federal.

O Senhor Presidente **Jalser Renier -** Continua em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, quero me juntar às palavras dos colegas que me antecederam e principalmente da colega Lenir. Eu não posso concordar com a intervenção federal se em Roraima tem pessoas capazes e condições de tocar a saúde pública do nosso Estado. Quero manifestar o meu apoio a esse Requerimento, porque a saúde pública do nosso Estado não está boa, está ruim e nós é que temos que gritar, Presidente. Nós é que temos que pressionar o governo, pedir às autoridades, aos órgãos públicos, para que se unam nesse momento. Então, quero me juntar a todos os colegas para que o secretário venha se explicar dessa intervenção que ele pediu na saúde. Se ele não está dando conta, que peça para ser substituído, mas nós não podemos militarizar o Estado de Roraima se temos aqui pessoas capacitadas para gerenciar a saúde do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, eu também sou favorável ao pedido de convocação do secretário. Já tinha, inclusive, me manifestado no grupo da CPI. Infelizmente, não pude estar presente na reunião hoje, também estou gripado. Não estou com Coronavírus, o exame deu negativo, mas estou gripado. Estamos em um momento em que a mudança climática traz essas doenças virais e nem tudo é Coronavírus. Realmente, eu fiquei preocupado com esse pedido de intervenção federal que o Olivan fez. Olivan tem uma história, tem um currículo muito bom à frente da segurança pública, um Coronel do Exército. Para ele identificar a necessidade intervenção federal, acho que faltou a ele ouvir a Assembleia Legislativa, faltou diálogo, porque nós, semana passada, discutimos esse assunto e a maioria foi contra, por entender que o próprio Governo Federal não está dando conta de resolver os problemas dele. O próprio Governo Federal já está no terceiro ou quarto Ministro de Saúde e não se entende. O próprio Presidente da República pratica atos divergentes dos que orientados pela OMS, pelo próprio Ministério da Saúde. Então, estamos vendo uma realidade no Brasil onde precisamos unir esforços, precisamos de recursos e condições para trabalhar. Nós precisamos de pessoas que saibam o que estão fazendo, afinal de contas, Presidente, nós temos aí profissional da saúde que estão adoecendo e morrendo em virtude de falta de condições de trabalho. Temos empresas superfaturando insumos com objetivos de lucrar com a morte das pessoas. Isso é um caso sério. A CPI tem sido atuante e forte nesse sentido e nós não podemos aceitar de maneira nenhuma. Então, é hora de reflexão. Eu já falei isso no início da contaminação. Se for necessário, presidente, mexer no orçamento de todos os poderes, isso sim. Se for necessário, que a gente dê uma colaboração tirando uma parte do orçamento da Assembleia, tirando uma parte do TJ, tirando uma parte do Ministério Público, Senhor Presidente, porque as pessoas estão morrendo. A morte está batendo à porta dos nossos amigos e de nossos parentes. A sociedade pobre e miserável que não está tendo condições de ser bem atendida, ela não pode ser abandonada. Eu volto a reafirmar, nós não podemos ser incoerentes, nós temos que nos preocupar com a população, afinal de contas foi para isso que nos colocamos na condição de político, para representar a sociedade. Essa é a hora de união. Sou a favor dessa convocação e espero que seja o quanto antes. Que o secretário Olivan possa apresentar um plano de trabalho, possa apresentar quais as soluções para resolver o problema, e, com todo o carinho que tenho por ele, se ele acha que não tem condição de tocar a pasta, que ele abra espaço e retorne para a segurança pública que estava fazendo um grande trabalho e que alguém capacitado possa tocar a saúde pública, porque os nossos profissionais de saúde estão na ponta e não têm tempo para esperar a intervenção federal de um Governo Federal que está mais perdido do que tudo no Brasil. Obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Deputada Aurelina, após a fala do Deputado Soldado Sampaio, a senhora retorna a falar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero cumprimentar todos os deputados na Sessão virtual e cumprimentar todos os telespectadores que estão nos acompanhado através da TV Assembleia. Quero me somar às falas que me antecederam, em especial, a do Deputado Jorge Everton, que foi categórica. Falei por telefone com o Deputado Marcelo Cabral, que é o líder do Governo, e está aqui o Deputado Jeferson, que é o vice-líder, e eu também que faço parte da base do Governo, vou ligar para o Olivan, após a Sessão, e espero que venha o quanto antes perante a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima trazer essas informações. Agora, eu não quero ouvir, até porque sou membro da CPI e tenho acompanhado o trabalho do Tribunal de Contas, tenho acompanho o trabalho do Ministério Público e da Polícia Civil, acredito que a Polícia Federal esteja investigando, não quero ouvir do Secretário Olivan e nem de outro secretário que já existe corrupção dentro da saúde. Isso nós já estamos apurando com os indícios fortíssimos que há, e vamos chegar aos responsáveis em um curto prazo. O que temos que ouvir, neste momento, do secretário e do governador, e aí eu só estou aguardando o governador passar o período de quarentena dele, que eu quero cobrar e reitero a fala do Presidente Jalser, pois acho que é hora do governador vir a público dar uma satisfação, apontar os rumos para sairmos dessa crise. Nós não podemos aceitar que pessoas continuem morrendo, que o Hospital de Campanha não seja inaugurado, que seja desativado o Hospital do Canarinho. Nós estamos iguais baratas tontas nesse processo todo e não podemos aceitar. Então, nós vamos lutar pelo povo, estamos aqui para cobrar e tomar as medidas

necessárias. Acho válida a ideia do Deputado Jorge de conter orçamento. Temos que fazer mais neste momento com os recursos provenientes dos poderes, do excesso de arrecadação, remanejar o orçamento e se, for falta de recurso, que acho que não é, se for, vamos fazer a nossa parte, autorizar o Governo a remanejar o recurso necessário para atender essas pessoas. A vida não tem preço, seja do cidadão de classe alta, classe média e baixa. Nós não podemos aceitar isso. Então, quero pedir ao Deputado Jeferson e a todos os deputados da base que, ao terminar a Sessão, possamos ligar para o Secretário Olivan e pedirmos dele, do governador, que traga um plano de ação para que seja mostrado à sociedade para tranquilizar o nosso povo, a nossa gente. O povo está angustiado, querendo uma fala, uma orientação, um plano de ação da liderança e, neste momento, a palavra está com o secretário de saúde, Coronel Olivan, e com o próprio governador. Então, é nesse sentido que eu quero conclamar aqui aos deputados da base, aos deputados da Casa que tiverem acesso ao Governador, que vale à pena fazer esse movimento para cobrar a clareza, que ele possa dizer: olha, vamos trazer tantos respiradores, medicamentos, EPIs, vou inaugurar o Hospital de Campanha, vou inaugurar o Bloco do HGR. É isso que queremos ouvir, que vai haver mais médicos, mais enfermeiros, mais fisioterapeutas. É isso que queremos ouvir para podermos repassar para nossos familiares, amigos, eleitores e para a sociedade roraimense de uma forma geral. Então, é isso. Senhor Presidente, parabéns! Parabéns, Deputado Nilton, pela iniciativa! Já tinha votado favorável na convocação do secretário pela manhã, na CPI, mas, o Plenário é mais soberano e, com certeza, teremos melhores condições de ouvir com clareza o Secretário de Saúde, Coronel Olivan. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jaser Renier –** Obrigado, Deputado Sampaio. Acrescentando à fala do deputado, temos aqui um decreto de abertura de crédito extraordinário que está publicado agora, no Diário Oficial, para a Secretaria de Saúde, um crédito de 219 milhões de reais para ação de enfrentamento ao Coronavírus. Está dentro do Diário Oficial datado de 25/05/2020. Então, é aquilo que todos já falaram. Sobre a questão de recursos, o próprio governador um dia me disse que recursos a Secretaria de Saúde tem, o que falta, realmente, é achar alguém que faça esse recurso virar uma ação de governo.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu queria dizer que, na semana passada, nós tivemos uma discussão muito intensa que custou muitas críticas nos meios de comunicação com relação à questão do pedido de intervenção federal. Eu falei, porque a intervenção federal tem suas condições descritas no artigo 34 da Constituição Federal e no artigo 18 da Constituição Estadual. Cheguei a dizer, no auge da discussão, que não se tem uma intervenção para comprar água no hospital. O que eu quis dizer, naquele momento, é que a Assembleia está fazendo o seu papel e a CPI também. Existe um comitê de crise no Estado criado para os três poderes onde a Assembleia tem os seus representantes lá e foi criado por decreto governamental em março. Já existe uma comissão. Nós temos uma CPI. Nós temos uma Comissão de Saúde, nós temos a obrigação de fiscalizar, que é nossa função e, hoje, eu queria dizer, Deputada Lenir, que quando eu crescer profissionalmente, eu quero ser igual a você. Você foi perfeita em tudo o que foi dito aqui e que eu gostaria que tivesse sido entendido na semana passada. Nós vivemos, Presidente, um problema seríssimo. A nossa reunião com o secretário não pode ser virtual, ela tem que ser para discutir, para conversar. A população ainda não entendeu que não é o respirador que salva. Embora isso seja extremamente necessário, não dá para entender que ele não exista. Até hoje se discute que medicamento comprar, porque a cloroquina é até proibida. É muita complexa a situação que o Estado de Roraima está vivendo. Isso foi dito para a gente, como o Deputado Neto Loureiro falou. Deputado Neto, no dia que a Vigilância Sanitária chegou aí com suas estimativas, ela já disse: semana que vem vamos estar com mais de duas mil pessoas positivadas e sem UTIs. Nós já esperávamos isso, mas a população ainda não entendeu, Deputada Lenir. Eu sei que o Governo precisa fazer a sua parte, mas eu vejo o desespero para se comprar um respirador neste país e um teste rápido e não tem. Nós estamos falhando? Não sei, vamos chamar o secretário. Ontem, me assustou quando eu vi o pedido de intervenção porque aquilo é o que nos dizem todos os dias e ele foi para lá para descobrir isso? Não. Eu vou voltar para o Nordeste: quem não pode com o pote não pega na rodilha. Se não é para enfrentar a crise que o Brasil inteiro está sendo incompetente para enfrentar, então, meu irmão, não fale o que não deve. Vamos unir esforços. E eu lhe parabenizo, Jalser, por essa iniciativa e a todos os deputados. Ninguém aqui vai dizer: não vou para a reunião por medo de pegar Coronavírus. Vamos lá, vamos fazer a nossa parte, precisamos. Não é com um respirador, com uma cloroquina e nem com a UTI que vamos salvar a vida que queremos salvar. Eu não sei como é, se eu soubesse, estava dizendo aqui, mas vamos empenhar todos os esforços possíveis, Deputado Jalser, para conseguir minimizar essa situação. Obrigada!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum deputado que deseje discutir o requerimento, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Informo que a data está marcada para o próximo dia 29.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, eu queria falar. O senhor passou tão rápido pelo outro requerimento. Queria pedir que na audiência de sexta-feira tivesse a possibilidade para aqueles que não querem estar de forma presencial. Eu não quero ir presencial. Estou participando das reuniões da CPI via online, sou do grupo de risco, tenho problemas respiratórios desde criança e não posso me arriscar com essa Covid.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Lenir, a Sessão vai ser virtual, como essa, só com a presença do secretário. Os deputados terão o tempo necessário para poder falar, usar da palavra, fazer os questionamentos, e o tempo vai ficar de acordo com os senhores deputados e com o próprio secretário.

Temos outro Requerimento aqui...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só queria dizer, que como é um assunto muito amplo, que a gente tivesse bastante tempo para tirar essas dúvidas, porque nós precisamos elucidar a dúvida da população. Eu estou vendo essa reunião como uma responsabilidade para que a gente possa convencer a população de que eles também têm uma parte a cumprir nesse processo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Tudo bem, deputada. Os deputados terão o tempo necessário, mesmo na sessão virtual, sem nenhum problema. Se houver problema de conexão, a gente volta, teremos toda a paciência do mundo para tratar esse tema, porque é um tema em que nós temos que ter muito tempo e coerência nas perguntas e respostas, enfim, em tudo.

Requerimento apresentado pela Deputada Yonny.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação n º 020/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart – (**Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 020/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Coloco em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só queria saber se o Requerimento está pedindo informações sobre as terras que estão em transferência, é isso?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Relação de todos os processos de transferência de terras de dezembro...

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – O que é transferência de terras, eu não sei. É emissão de títulos ou é transferência da União para o Estado?

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Transferência, emissão, tudo o que se tratar de movimentação do processo. Nós aprovamos uma lei.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Aqui fala em transferência em qualquer circunstância.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu só queria explicar que o Iteraima não tem as informações das vendas das terras. Só o Cartório de Imóveis para lhe dar essas informações. Porque o Iteraima emite apenas o primeiro título. Depois que ocorre uma venda dessa terra, é o Cartório de Imóveis que sabe para onde foi.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Mas eu quero saber das terras novas. A Lei de Terras foi aprovada na Assembleia há seis meses e eu lembro muito bem, inclusive, acho que apresentei uma emenda para que o governo enviasse para a Assembleia todas as informações e, até agora, pelo o que sei, não chegou nada desse processo de regularização fundiária na Assembleia.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Porque não foi transferido mais nada, deputada.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Então, eu gostaria que o Iteraima fornecesse essas informações dessas terras e essa ação é para, justamente, a gente saber, de forma detalhada, como está sendo conduzido esse processo de legalização. E mais, recebi várias denúncias de pequenos agricultores de que está havendo muita dificuldade para essa legalização e que estão vindo vários produtores, vários agricultores de fora que estão tendo benefícios na regularização de suas terras. Por isso que eu peço aos nobres pares a aprovação desse Requerimento.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Continua em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Só continuando, Deputado Jalser. Quero dizer que não sou contra ao que a Deputada Yonny quer saber, eu só quero saber se vão entender o que ela quer, porque, na verdade, a Lei de Terras tem quinze dias de aprovada, a transferência de

terras no Congresso Nacional e não sei nem se já foi sancionada. Então, ainda não houve essa transferência que pudesse facilitar a regularização fundiária. Não sei se é isso. Eu só entrei nessa discussão para favorecer o pedido dela para esclarecer sobre o que ela quer. É interessante o requerimento dela, não estou contestando, apenas estava tentando ajudar. Mas, não tenham nenhuma dúvida do valor do requerimento dela.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Continua em discussão. Não havendo mais nenhum deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim", os senhores deputados aprovarão a matéria; votando "não", rejeitam-na.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** pede Justificativa de Voto. – Presidente, voto contra porque eu não consegui entender o ponto de, como é que vão pegar uma informação do Iteraima, tendo em vista o que a Deputada Yonny quer levantar, que eu também acho justo e válido, mas essa informação nós podemos ter através do cartório. Então nós temos que incluir o cartório, também, nesse requerimento.

O Senhor Presidente Deputado **Jalser Renier** – Deputado Jeferson, favorável ao requerimento. Deputado Jorge Everton?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto. – Presidente, eu queria, antes de votar, esclarecimento da Deputada Yonny Pedroso, que falou que existe uma lei que determina que essas informações sejam enviadas. É isso, Deputada Yonny Pedroso?

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Não. Foi uma emenda que foi feita no projeto quando foi aprovado.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto. – Então, faz parte da lei que foi aprovada. É isso?

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Sim, mas até agora nada.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto. – Se existe na lei, presidente, não há o que se discutir. Sou favorável.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Justificativa de Voto. – Presidente, eu entendi em parte o requerimento da Deputada Yonny Pedroso. Concordo com a Deputada Aurelina Medeiros, precisamos de maior clareza no que nós estamos requerendo. Inclusive, Deputada Aurelina Medeiros, me parece que foi sancionada a lei agora à tarde, a lei de terras, que foi aprovada no Congresso com o aval da bancada federal. Em especial, em nome do Deputado Jhonatam de Jesus, quero parabenizar a bancada federal pela grande conquista, assim como a Assembleia pois aprovamos a lei no final do ano passado, que ajudou muito. E quero parabenizar a gestão do Iteraima. Eu acompanho, de perto, essa questão de terras em Roraima. E a gente não tem visto nenhum conflito, nenhuma sobreposição, diferente de governos passados. O Iteraima passou às imobiliárias públicas as terras públicas, e hoje temos essa tranquilidade. Inclusive, tive hoje com o presidente do Iteraima, pedindo dele que informatize o Iteraima, que dê ao Iteraima publicidade na gestão. Então, Deputada Yonny Pedroso, as informações que a senhora está pedindo, a senhora encontra no Iteraima na maior facilidade, com requerimento direto. Então, por não ter clareza, eu acho que tem que envolver o cartório. Eu acompanho aí a colocação da Deputada Aurelina Medeiros. Eu sou contra o requerimento.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** pede Justificativa de Voto. – Eu voto contra, Senhor Presidente, tendo em vista que essas informações, todos nós deputados temos direito de saber, mandando requerimento para o Iteraima. Eu tenho certeza que eles irão responder.

O Senhor Presidente Deputado **Jalser Renier** – Dou por aprovado o Requerimento de Pedido de Informação nº 020/20, por 09 votos favoráveis, 08 contrários e nenhuma abstenção. Requerimento aprovado, será enviado ao presidente do Iteraima.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Informação n º 019/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart – (**Lido o Requerimento de Pedido de Informação n º 019/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Coloco em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Esses recursos de repatriação da Lava Jato foram pagos no valor de trinta e quatro milhões de reais, destinados para a FEMARH, para o combate às queimadas e desmatamento ilegal. Foi uma ordem que o Ministro do STF fez, Alexandre de Morais, para todos os estados. E até agora, nós não tivemos nenhuma informação sobre a utilização desse recurso e pagamentos efetuados. E concomitante a isso, eu apresentei uma indicação para que use esse recurso no combate à COVID-19, para que use esse recurso comprando medicamentos, enfim, fazer todo o auxílio, pois a pandemia está à mercê, e precisa dessa capitação, desse recurso que foi enviado ao Estado. E, também, aconteceu que nos estados do Acre, Maranhão, Tocantins, foram destinaram esses recursos da repatriação. Eles fizeram uma solicitação ao STF, que foi deferido, e esse recurso foi transferido para o combate à COVID. Por isso, eu peço aprovação dos nobres pares.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, eu voto no pedido da Deputada Yonny Pedroso, no sentido de dar transparência à aplicação desse recurso. Eu tenho acompanhado de perto. Boa parte desses recursos não chegou, de fato, ainda, está em processo de tramitação. Boa parte será aplicada em partes, por exemplo, tem o CAR. A previsão é de quatorze mil famílias que façam o CAR familiar, logo em seguida haverá novas etapas. Que primeiro fariam o CAR, depois fariam uma outra etapa de zoneamento, ou seja, tudo em recurso de florestal. Então, são etapas que têm que ser cumpridas com a aplicação desses recursos. E só libera a segunda etapa, quando liberar a primeira etapa. Mas não tiro a razão da Deputada Yonny Pedroso em querer. Eu tenho essas informações, Deputada Yonny Pedroso, mas elas têm que ser de acesso de todos, inclusive da sociedade Roraimense. O recurso que está sendo... esse recurso, ele tem que ser feito por pregão eletrônico. Inclusive, se não me engano, foi uma empresa de Minas Gerais que ganhou no tocante à questão do Cadastramento Ambiental Rural- CAR. Então, eu acho que tem que dar transparência. De antemão, lhe parabenizo pelo requerimento e voto favorável, mas tenho, só para esclarecer à sociedade, que esses recursos estão sendo monitorados pelo TCU. Eu tenho acompanhado o Deputado Eder, na Comissão do Meio Ambiente, e os deputados têm acompanhado a boa aplicação, pois é fundamental esse recurso no desenvolvimento do setor primário. Mas para dar transparência na aplicação, de antemão, antecipo meu voto e voto favorável ao requerimento.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deixa eu dizer aqui. Da mesma forma, a gente diz assim: tem muito dinheiro na saúde. Mas, a gente não pode usar na pandemia o que veio para o Hospital do Amor. Dinheiro federal é complexo. O dinheiro da Lava Jato tem aplicação específica. É recurso federal com plano de aplicação acompanhado pelo TCU, por todo mundo. E nós, mortais, aqui, pobrezinhos, que só levamos a culpa, nem temos obrigação de fiscalizar. Esses recursos são do próprio Governo Federal, TCU e tal. Nós não podemos mudar de forma nenhuma o plano de aplicação desse recurso, a não ser que a gente negocie em Brasília esse novo plano de aplicação. Que venha de lá a autorização para que se mude, para aplicar em outra coisa. São recursos importantes para o nosso Estado e nós temos que acompanhar a execução. Aquele recurso que a gente chama de carimbado, vem especificamente com cronograma de liberação dizendo onde ele deve ser aplicado, quanto deve ser gasto, como tem que ser licitado e, feito isso, acompanhado e fiscalizado pelo TCU e companhia limitada, o que não impede que Assembleia acompanhe, porque é um projeto importante para o Estado. Por isso, eu não posso votar favorável. O conteúdo que diz: tira esse recurso e coloca na Covid, porque precisa o Governo Federal fazer isso. Obrigada!

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Só para esclarecimento. Realmente, o que a Deputada Aurelina Medeiros falou é importante, é bom mencionar isso, é realmente um recurso carimbado. Só que também trago aqui, já que se há essa dificuldade também de dinheiro para combater a COVID, de trazer mais recursos, mais equipamentos, pagar profissional, se há necessidade de utilizar esse recurso, por que não? Nos estados do Acre, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso eles citaram o STF e foi autorizado. Que o Estado utilize esse recurso no combate à COVID. Só para esclarecer.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Presidente, eu quero ser bem breve aqui. Eu sou favorável ao requerimento. Eu acho que a transparência e a lisura da máquina pública tem que prevalecer. E nada mais do que justo, que nós, deputados, que fiscalizamos o Executivo, termos acesso a essa situação, porque um recurso federal, como bem disse a Deputada Aurelina Medeiros, que vem carimbado, nós precisamos saber como está sendo utilizado e de que maneira ele vai ser utilizado. Como bem diz o Deputado Soldado Sampaio aí, o CAR – Cadastro Ambiental Rural, ele vai beneficiar aproximadamente quatorze mil famílias, é uma coisa que se arrasta desde os governos passados. Quero aqui ressaltar o empenho e dedicação do Senador Telmário Mota, no qual teve várias reuniões no BNDS para poder garantir a vinda desses recursos para o Estado de Roraima, ainda, no governo Suely Campos. E se passaram quatro anos de Suely, um ano e meio de Denarium, e a gente ainda não conseguiu concretizar esse sonho que é o Cadastro Ambiental Rural para quatorze mil famílias. Então, a Deputada Yonny Pedroso está de parabéns. Eu sou favorável.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero também, Presidente Jalser, parabenizar a Deputada Yonny Pedroso. Dizer que eu sou favorável, vou votar sim, mas desde que a gente vote, retirando a rubrica de transferência para a Covid-19, porque o povo do CAR, Presidente Jalser, está precisando. As quatorze mil famílias estão esperando esse momento de que as terras serão identificadas, serão legalizadas, para receberem o título, o tão esperado título definitivo. Queria pedir à Deputada Yonny, que Vossa Excelência retirasse a rubrica de transferência para a Covid-19. Vamos deixar esse dinheiro para ficar e desenvolver o Estado de Roraima. Vai permitir que o povo do campo possa ter os seus documentos tão almejados,

tão esperado da sua vida. Está bom. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente Deputado **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim", os senhores deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** pede Justificativa de Voto. – Só para esclarecer, não necessariamente, deputado, o governador é obrigado a pegar o valor total e fazer esse investimento. É isso. Uma sugestão para, se porventura faltar dinheiro ou for uma complementação de verba, que use o recurso para que possa melhorar a condição de nossa saúde.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Justificativa de Voto. – Presidente, desculpe lhe interromper, mas, só para esclarecer, eu acho que está tendo uma confusão. A gente está voltando aqui o requerimento da Deputada Yonny Pedroso de pedido de informação. Não é pedindo para remanejar o recurso, não é?

O Senhor Presidente Deputado **Jalser Renier** – Não. É só o pedido de informação.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Ah, sim, porque eu não estava mais entendo nada.

O Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier** – Dou por aprovado o Requerimento de Pedido de Informação nº 19/2020, por 13 votos favoráveis, 03 contrários e nenhuma abstenção. Requerimento aprovado. Senhores deputados, não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Eu quero aqui, Presidente Jalser Renier, parabenizar todos os parlamentares e me solidarizar com o Deputado Marcelo Cabral, que foi diagnosticado ontem com Covid, assim como o Deputado Jânio Xingú e o Deputado Renato Silva, que já está com seu tratamento domiciliar, em seu isolamento. Para nossa surpresa, hoje, os meus pais foram confirmados com Covid. Isso, infelizmente, é uma realidade que está atingindo todas as famílias. Mas fica aqui meu apreço e minha solidariedade ao Deputado Marcelo Cabral.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu tentei desfazer uma impressão. Eu votei contra transferir do recurso da Lava Jato para a Covid, mas quanto ao pedido de informação eu não sou contra. Agora me parece que, além do pedido de informação, tem que esse recurso fosse usado na Covid.

O Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier** – Não, era só um pedido de informação.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Então, ao pedido de informação eu sou a favor também.

O Senhor Presidente Deputado **Jalser Renier** – Tudo bem.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Porque a minha discussão foi em torno de não transferir para a Covid. Não foi? Não foi essa a discussão?

O Senhor Presidente Deputado **Jalser Renier** – A discussão era pautada somente no pedido de informação, mas eu não tenho mais como considerar o seu voto.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Tudo bem, mas, de qualquer forma, eu gostaria de deixar minha expressão. Se for só o pedido de informação dos recursos, está ok, não tem problema, ela está certíssima. Obrigada!

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Boa tarde, boa noite a todos os meus amigos parlamentares e presidente. Também quero deixar minha solidariedade ao Deputado Renato Silva, Deputado Jânio Xingú e agora ao Deputado Marcelo Cabral e filho do Deputado Renan Filho, que contraíram essa doença terrível que têm realmente assolado, não só o nosso Estado, mas o mundo todo. Eu quero, presidente, em minha fala, dizer que a situação da saúde do Estado é caótica. Todo mundo já deu amplo conhecimento disso, mas a saúde da nossa amada Roraima está em colapso. A gente sabe, nosso povo está completamente abandonado, por isso dessa questão de intervenção federal ou não, mas a gente resolve aqui, haja vista que o que nós deputados sabemos é que também está na cara do Judiciário, Tribunal de Contas do nosso Estado, do Ministério Público. É necessário que nós venhamos unir esforços para tentar solucionar essa questão tão grave. Nessa segunda feira, no Estado de Roraima, foi apresentado mais de dois mil e quinhentos casos confirmado de Covid-19, com oitenta e sete mortos. Hoje o número dos mortos já passa dos cem. Aí, desses casos de óbitos confirmados, setenta ocorreram só em Boa Vista, Senhor Presidente. Foram confirmados mil oitocentos e quarenta e dois casos e setenta óbitos em Boa Vista. Sabemos que os postos de saúde que deveriam fazer o atendimento básico desses pacientes em Boa Vista não funcionam, Senhor Presidente e nobres deputados. Então, nós não fazemos, a Prefeitura de Boa Vista não faz o serviço essencial na educação, na saúde básica, na atenção básica. E o que acontece? Estamos superlotando o Hospital Geral. Já no início dessa doença, muitas vezes se foi declarado, se foi constatado, que se começar o tratamento no início da doença, há várias chances, as chances aumentam de serem curados. Prova disso, são imagens e relatos que têm circulado nos meios de comunicação. Então, nós estamos cobrando do Governo, quando, na verdade, o município não está fazendo a sua parte, não está cumprindo com o seu papel. Está faltando tudo nas atenções básicas de saúde. Então, a gente está cobrando do governo e nós já sabemos a situação dos municípios do nosso Estado, a situação que se encontra a saúde. Agora, as trinta e seis unidades básica de saúde não cumprem o seu papel. Então, toda culpa está no Governo do Estado. Não estou aqui defendendo o Governo do Estado, Senhor Presidente, estou defendendo o povo, o povo que muitas das vezes está iludido com campanhas, com propagandas, com redes sociais repletas de fake news. E o que nós temos feito? Temos cruzado aos braços, falado apenas do Governo do Estado. É por isso que nós devemos, caros colegas, também abrir os nossos olhos. Nós estamos aí em um ano de eleição, em um ano em que a Prefeita Teresa Surita tem uma aceitação enorme, porque nós não estamos falando da atenção básica dos municípios, em especial, falo da nossa atenção básica de Boa Vista que tem, em ruas, flores plantadas dia sim, dia não, porém a atenção básica deixa a desejar. Não tem equipamento de proteção individual, não tem medicamento, muito menos profissionais de saúde em quantidade que possam atender a população deste município. Eu peço a cada um dos deputados que nós possamos também voltar os nossos olhos também para a gestão municipal, para que juntos nós possamos saber de onde está vindo tanta inércia, porque dinheiro tem, falta gestão. Nós estamos vendo, presenciando, vivendo, Deputada Aurelina, que falta gestão também no município, principalmente, na nossa capital, que é onde se concentra o maior número de cidadãos roraimenses. Então, eu convoco cada um de vocês para sermos justos e colocarmos nossos olhos também na gestão da prefeita Teresa Surita, a toda poderosa. Se nós nos juntarmos, veremos que o problema não é só do Governo do Estado, e sim, principalmente, da Prefeitura da capital, de Boa Vista, onde falta tudo, Senhor Presidente, porém o nosso foco até agora tem sido o Governo do Estado. Vamos chamar também o secretário municipal de saúde, pois o que importa é que venhamos tirar a população do Estado de Roraima da situação em que se encontra. Ficamos tão desesperados, assim como o secretário de saúde estadual, que chegamos ao ponto de pedirmos intervenção federal, porém temos relatos de vereadores dizendo que está faltando tudo nos postos de saúde e sobrecarregando o Hospital Geral de Roraima. Era só isso, Senhor Presidente, que gostaria de falar, além de pedir que os nobres pares, juntamente comigo, fiscalizem também os municípios do Estado, principalmente, a capital, porque é aqui que se concentra o maior número de pessoas e é onde a gente está sendo negligente. Obrigada! Fiquem com Deus.

O Senhor Deputado **Renan Filho** – Gostaria de parabenizar a Deputada Betânia pelas palavras. Ela resumiu bem que a prefeita está tão preocupada em ser governadora que ela se esquece de ser prefeita. Então, o que acontece? Toda pessoa que precisa da unidade básica de saúde, dos postos de saúde... conforme relato de um rapaz no facebook que chegou lá, já eram 18 horas e o responsável falou que só poderia atender aquelas sete pessoas que já estavam lá e ele entrou e viu que, na realidade, não havia sete pessoas, tinha três e as outras pessoas que estavam lá eram acompanhantes. Esse é só um caso. E o que acontece? Essa pessoa que não consegue ser atendida, ela vai para o HGR. Estamos tendo muitas mortes e me parece que a prefeita e sua assessoria têm achado isso um ponto positivo para ela. Então, assim, enquanto a prefeita está pensando em ser governadora, ela deixa a Prefeitura de mão e quem sofre com isso é a população. Tudo o que acontece hoje de negativo, claro, o Estado tem a sua parcela, mas a Prefeitura não tem parcela nenhuma, ela simplesmente ficou ausente com relação a cuidar da saúde básica do município. Hoje não existe saúde básica. Tudo o que acontece de negativo a Prefeitura joga para cima do Governo. Se a pessoa não for atendida nos postos de saúde, você tem que ir para o HGR e ao chegar lá, está lotado. Então, é muito fácil governar fazendo recapeamento de ruas que já estavam asfaltas, sendo que na periferia, o asfalto é sonrisal, está todo quebrado. Ela comprou 30 mil reais em grama, sendo que nós precisamos é de respiradores, de equipamentos, entendeu? Tem vinte anos que não vejo a prefeita Surita, é uma prefeita que fica dentro de uma bolha, em uma fazenda, que eu acho que deve ter uma unidade sanitária li na frente para você poder ter contato com ela, para que ninguém tenha acesso a ela. Ela deve ser testada diariamente. Você falou que ela pouco se pronuncia e, quando se pronuncia, é dentro de uma sala confortável, dentro do seu gabinete ou da sua fazenda. Então, fica muito fácil jogar tudo para cima do Estado, comprando grama enquanto precisamos de remédio, de teste e outra. Não só grama, ela também está comprando caixões, entendeu? Olhem o respeito que a prefeita tem com quem está vivo. Parece que quanto mais gente morre, que quanto mais notícia negativa acontece, automaticamente ela vai construindo o seu plano bem maligno

de transformar um sonho dela em um pesadelo para o povo de Roraima. Imaginem se hoje ela já compra caixões para o município de Boa Vista, imaginem se... Acredito que para ser candidata ela tenha que estar elegível, e a gente sabe que isso não é capaz. Então, prefeita, vamos trabalhar com união com vereadores, governador e com esta Casa, pois uma prefeita que não atende a vereador é simplesmente blindada. Os vereadores estão aí com a palavra dizendo que não são tratados com respeito pela prefeita. Acho que dois ou três vereadores têm acesso a toda poderosa prefeita Surita. Parabéns pelo poder! A senhora vem sendo reeleita com plantas, agora, talvez com caixões, mas esperamos que a senhora tenha um pingo de bondade com a população que lhe deu uns duzentos mandatos de prefeita e a cidade de Boa Vista continua cheia de buracos, mas com uma ornamentação bem bonita, o que a cidade não precisa, pois precisa de saúde, educação de qualidade e infraestrutura para os bairros e não somente para as principais avenidas. Quando chegamos a Boa Vista, parece que chegamos a uma cidade modelo, mas quando passamos do Pricumã para lá, automaticamente, a paisagem muda. É uma maquiagem bem elaborada que ela vem fazendo há muito tempo. Mas, hoje, faço um apelo, independente das críticas: prefeita, estão morrendo pessoas. Ao invés da senhora estar preocupada em jogar toda a culpa em cima do Governo do Estado, ou atacar a Assembleia Legislativa e alguns vereadores que fazem oposição a sua pessoa, que a senhora tenha a bondade, a consciência e o respeito daquelas pessoas que a elegeram. Se a senhora tem a intenção política de um dia ser governadora, que a senhora possa aproveitar a oportunidade de, nessa crise que o mundo todo vive, dar uma saúde de qualidade para os munícipes de Boa Vista, que são os que mais sofrem com isso. Obrigado, Presidente!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço –** Senhor Presidente, também quero me juntar ao discurso da eminente Deputada Betânia, muito bem lembrado, e chamar a atenção da Prefeitura de Boa Vista para que ajude o Governo do Estado, ajude a saúde pública de Roraima a sair e enfrentar esse vírus tão devastador, o Coronavírus. A assistência básica de saúde está nos postos médicos. Durante os primeiros sintomas, as pessoas têm que ir ao posto médico e não encher, lotar o HGR, que é para atender pacientes com média e alta complexidade. O posto médico é feito para atender aqueles primeiros sintomas. Pedimos à prefeita que ajude a Governo do Estado a enfrentar essa pandemia. Obrigado, Presidente!

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Presidente, quero complementar a observação dos nobres pares. Quero dizer que, realmente, a prefeita está deixando a desejar na atenção básica. Para vocês terem uma ideia, em consulta feita por deputados a outros estados referente aos procedimentos que vêm sendo tomados para, em conjunto, salvar vidas, no estado do Amapá, em Macapá, o prefeito faz um protocolo de atendimento na atenção básica para quando o paciente chegar com sintomas, pois, às vezes, não tem o teste e não dá tempo de esperar, ele já entra com a medicação. Geralmente, no segundo dia, ele já entra com a ivermectina, azitromicina e todos os procedimentos. Lá há mais de três mil infectados e só tem mais ou menos 86 mortes. Então, segundo o relato, diminuiu muito o número de óbitos e a Prefeitura tem feito a sua parte e isso desafoga o sistema de emergência. Se isso fosse utilizado aqui no Estado, ajudaria. Deixo aqui, também, o meu apelo para que a Prefeitura de Boa Vista também faça a sua parte, saia das redes sociais, porque é um mundo fantasioso, mas quando partirmos para a prática, sabemos que não há atendimento. Tive servidores que tiveram nos postos de saúde e não conseguiram atendimento por conta da falta de material, da sobrecarga, falta de equipamentos, falta de suporte para que os profissionais também deem uma atenção de qualidade. Então, não quero eximir aqui a responsabilidade do Governo do Estado, mas quero abrir esse parêntese e deixar essa observação também para que Prefeitura de Boa Vista também faça a sua parte. Muito obrigada!

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Quero desejar um bom fim de tarde a todos e me solidarizar a todos os nossos amigos que contraíram esse vírus, à população que está passando por essa dificuldade. Quero parabenizar a Deputada Betânia por suas palavras. Faço das suas as minhas palavras. É preocupante o que estamos vivenciando na saúde do nosso Estado, é hora de união, é hora de dar as mãos, é hora de trazer opiniões para que isso seja solucionado o quanto antes. Só o governo que está carregando o fardo de tudo o que está acontecendo hoje na saúde e não posso deixar de comentar sobre a responsabilidade da nossa prefeita de Boa Vista. Sou uma pessoa que mora ao lado do Posto de Saúde Olenca e vejo todos os dias as pessoas saindo chateadas, com falta de remédio, com falta de atendimento e é triste isso. A prefeita tem que colaborar mais com a nossa saúde pois, se tivermos esse atendimento nos postos de saúde, o HGR vai se tranquilizar mais, terá menos pessoas, pois há quem vá para lá com uma simples dor de cabeça, para tomar uma dipirona, coisa que deveria ser feito nos postos de saúde e que hoje não acontece isso. Queria deixar a minha preocupação. A gente vê muito a prefeita nas redes sociais só jogando a culpa para o Governo, dizendo que a Prefeitura está ótima, que tá tudo lindo. Gente, não é hora de culpar o outro, é hora de união, de deixar de lado as bandeiras políticas e haver união para que o povo ganhe com isso, pois é o povo que nos coloca no poder, que vota. Então, nessa hora temos que pensar em algo melhor para o povo. Sabemos que o Brasil todo está passando por isso, mas se tiver união, vamos minimizar ainda mais essa dor que muitas famílias estão sentindo. Obrigada e boa noite a todos!

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Já foram feitas várias falas reflexivas. Só quero pontuar e pedir que nenhuma questão política ultrapasse a importância da vida das pessoas, de nenhum de nós. E, também, me solidarizar com os deputados Renato, Marcelo, Xingú e Renan, que está com familiar, o Deputado Jeferson, com todos os roraimenses e roraimados que estão aí acometidos com essa Covid. Que tenham todos uma boa recuperação e saúde. Em meio a tudo isso que vivenciamos, ainda existe coisas boas, ainda existem atos que devem ser tidos como exemplo. Quero deixar aqui a minha homenagem ao Secretário de Justiça e Cidadania André, que desempenhou um belo trabalho junto às reeducandas, que confeccionaram máscaras para serem distribuídas à população, puderam ser levadas a alguns interiores, porque é real o fato de que algumas pessoas não podem comprar máscaras em nosso Estado, principalmente nos interiores. Então, quero aqui parabenizá-lo por essa ação, por essa atitude benéfica à nossa população, uma vez que o uso de máscaras é, hoje, um dos mais importantes mecanismos de prevenção da Covid-19. Então, ações como essa servem de exemplo em meio a tanta dificuldade. Quero só deixar a minha homenagem a ele. Que tenhamos todos uma boa semana e saúde a todos nós. Se precisar sair, por favor, use máscara, porque quando a gente cuida da gente, a gente está cuidando do outro. Obrigada!

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Não havendo mais nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão.

Participaram da Sessão Remota os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Eder Lourinho, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Soldado Sampaio, Tayla Peres** e **Yonny Pedroso.**

ATA DA 2831ª SESSÃO, EM 09 DE JUNHO DE 2020
59º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA
= ORDINÁRIA =
REMOTA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às quinze horas e quarenta minutos do dia nove de junho de dois mil e vinte, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octingentésima trigésima primeira Sessão Ordinária do quinquagésimo nono Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**- Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart**- Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**– Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a leitura da Ata da Sessão Anterior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart**- (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jalser Renier**- Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos senhores deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO**: Ofício nº 309/2020, de 29/05/2020, de autoria da Casa Civil, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 261/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Ofício nº 339/2020, de 02/06/2020, de autoria da Casa Civil, encaminhando resposta à Indicação Parlamentar nº 271/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro. **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS**: Ofício nº 144/2020, de 01/06/2020, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, encaminhando o Relatório de Atividades do 1º trimestre/2020. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Decreto Legislativo nº 007/2020, de 01/06/2020, de autoria do Deputado Jalser Renier, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima ao General Antônio Manoel de Barros"; Projeto de Lei nº 097/2020, de

29/05/2020, de autoria do Deputado Chico Mozart, que "dispõe sobre a identificação do intermediário na venda e compra de imóveis, a título oneroso, na respectiva escritura pública e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 098/2020, de 08/06/2020, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, que "dispõe sobre a obrigatoriedade para que todas as compras realizadas pelo Estado de Roraima no combate à Covid-19 sejam informadas ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas"; Projeto de Lei nº 099/2020, de 08/06/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida, que "dispõe sobre a prioridade de atendimento a profissionais de saúde em atendimentos públicos e privados no âmbito do Estado de Roraima durante a pandemia da Covid-19"; Projeto de Lei nº 100/2020, de 08/06/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida, que "proíbe durante a pandemia da Covid-19 a inscrição nos serviços de proteção ao crédito de consumidores inadimplentes com as empresas que determina e dá outras providências"; Projeto de Lei nº 101/2020, de 08/06/2020, de autoria do Deputado Renan Filho, que "dispõe sobe oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio presenciais ofertados por instituições de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino de Roraima"; Projeto de Lei nº 102/2020, de 08/06/2020, de autoria do Deputado Renan Filho, que " estabelece proibição de interrupção dos serviços de conexão à internet fixa durante o Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências"; Requerimento de Pedido de Informação nº 021/2020, de 01/06/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, que requer junto à Coordenadora-Geral representante da FUNAI no Estado de Roraima, bem como os representantes da Secretaria de Saúde do Índio do Estado de Roraima (SESAI-RR), do Distrito Sanitário Especial Indígena (DISEI) Leste Roraima, Distrito Sanitário Especial Yanomami, e Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Roraima (SESAU), explicações detalhadas sobre quais ações emergenciais estão sendo executadas na prevenção da disseminação da doença Covid-19 entre os povos indígenas do Estado de Roraima; Requerimento nº 053/2020, de 01/06/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 071/2019 e da Resolução nº 050/2019, requerendo, após ouvir o Plenário, prorrogação de prazo para seu funcionamento por mais 30(trinta) dias, a contar do da 06/06/2020; Requerimento nº 054/2020, de 03/06/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 002/2020, alterada pela Resolução nº 003/2020, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 055/2020, de 03/06/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 042/19, alterada pela Resolução nº 054/19, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 056/2020, de 03/06/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 004/2020, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 057/2020, de 03/06/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos da Resolução nº 041/18, alterada pela Resolução nº 044/19, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento por 30 dias, a contar do dia 15/06/2020; Requerimento nº 058/2020, de 03/06/2020, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo à Mesa Diretora o licenciamento (afastamento) para o exercício do cargo de Secretário-Chefe da Casa Civil do Estado de Roraima, conforme a referenciada garantia constitucional; Requerimento nº 059/2020, de 03/06/2020, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo à Mesa Diretora a opção pela remuneração do mandato de Deputado Estadual, amparado nas disposições constitucionais e regimentais vigentes; Requerimento nº 060/2020, de 08/06/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 019/2019, requerendo prorrogação de prazo por igual para seu funcionamento; Moção de Pesar nº 035/2020, de 26/05/2020, do Deputado Gabriel Picanço aos familiares do Advogado Criminalista Dr. Alcir da Rocha, pelo seu falecimento ocorrido no último domingo, dia 24 de maio de 2020, em Boa Vista-RR; Moção de Pesar nº 037/2020, de 08/06/2020, do Deputado Gabriel Picanço aos familiares do Senhor João Pereira da Silva, pelo seu falecimento ocorrido neste sábado, dia 06 de junho de 2020; Moção de Pesar nº 038/2020, de 08/06/2020, da Deputada Lenir Rodrigues aos familiares do Senhor Hélio Camilo dos Santos, pelo seu falecimento ocorrido no dia 1º de junho de 2020, no Estado de Roraima; Moção de Pesar nº 039/2020, de 08/06/2020, da Deputada Lenir Rodrigues aos familiares do Professor Paulo Alves Moreira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 29 de maio de 2020, no Rio de Janeiro, sua Cidade Natal; Moção de Pesar nº 040/2020, de 08/06/2020, da Deputada Lenir Rodrigues aos familiares do Professor Fausto da Silva Mandulão, pelo seu falecimento ocorrido no dia 03 de junho de 2020, nesta Cidade de Boa Vista; Moção de Pesar nº 041/2020, de 08/06/2020, da Deputada Lenir Rodrigues aos familiares do ex-jogador e treinador de futebol amador Madinho Paiva, pelo seu falecimento ocorrido no dia 03 de junho de 2020, nesta Cidade de Boa Vista; Moção de Pesar nº 042/2020, de 08/06/2020, da Deputada Lenir Rodrigues aos familiares da Professora Dulcirene Freitas de Lima Souza, pelo seu falecimento ocorrido no dia 30 de maio de 2020, no Estado de Roraima; Indicação nº 433/2020, de 25/05/2020, de autoria do Deputado Renan Filho; Indicação nº 434/2020, de 25/05/2020, de autoria do Deputado Renan Filho; Indicação nº 435/2020, de 25/05/2020, de autoria do Deputado Renan Filho; Indicação nº 436/2020, de 26/05/2020, de autoria da Deputada Yonny Pedroso; Indicação nº 440/2020, de 29/05/2020, de autoria da Deputada Yonny Pedroso; Indicação nº 437/2020, de 27/05/2020, de autoria do Deputado Chico Mozart; Indicação nº 438/2020, de 28/05/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 439/2020, de 28/05/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 452/2020, de 03/06/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 453/2020, de 03/06/2020, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Indicação nº 441/2020, de 29/05/2020, de autoria do Deputado Eder Lourinho; Indicação nº 442/2020, de 29/05/2020, de autoria do Deputado Eder Lourinho; Indicação nº 454/2020, de 03/06/2020, de autoria do Deputado Eder Lourinho; Indicação nº 443/2020 de 02/06/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida; Indicação nº 444/2020, de 02/06/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida; Indicação nº 445/202,0 de 02/06/2020, de autoria da Deputada Betânia Almeida; Indicação nº 446/2020 de 02/06/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 447/2020, de 02/06/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 448/2020, de 02/06/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 449/2020, de 02/06/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 450/2020, de 03/06/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 457/2020, de 08/06/2020, de autoria da Deputada Catarina Guerra; Indicação nº 451/2020, de 01/06/2020, de autoria da Deputada Tayla Peres; Indicação nº 455/2020, de 01/06/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Indicação nº 456/2020, de 01/06/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Indicação nº 458/2020, de 01/06/2020, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Memorando nº 056/2020, de 26/05/2020, de autoria do Deputado Renato Silva, justificando sua ausência à Sessão Ordinária Remota do dia 26 de maio do corrente ano; Memorando nº 028/2020, de 27/05/2020, de autoria do Deputado Jânio Xingú, justificando sua ausência às sessões plenárias relativas aos dias 14/04, 28/04, 12/05, 19/05 e 26/05 do corrente ano.

Era o que constava no Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Informo que há sete oradores inscritos. Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas. Realmente, eu quero dar as boas-vindas ao Deputado Marlon. Seja bem-vindo. Desejo-lhe sucesso nessa sua caminhada. É uma missão bastante dura substituir o Deputado Sampaio, que também vai ter uma missão árdua como Chefe da Casa Civil, mas eu tenho certeza que você tem competência, Marlon, estamos aqui para lhe ajudar e lhe apoiar no que for necessário.

Presidente, o motivo que me traz hoje aqui é para falar um pouco sobre o meu sentimento com relação à questão orçamentária e financeira do Estado. Há muito tempo que eu venho pedindo, cobrando um posicionamento da Casa, até mesmo o próprio Deputado Sampaio falou que teria um estudo para apresentar para que nós pudéssemos discutir a questão orçamentária, e eu não entendi porque nesse momento de crise, nesse momento onde mais de 160 pessoas morreram aqui no Estado, nesse momento onde não tem nem eletrodo para fazer cirurgias no HGR, o momento em que nós precisamos, acima de tudo, da união de esforços e de objetivos e aí vem uma abertura de crédito em favo do Ministério Público Estadual de, salvo engano, 36 milhões para construir novas instalações, um prédio novo. Olhem, tenho total respeito e carinho por todos os promotores e procuradores de justiça do Estado de Roraima, mas acho que o momento não é de estar preocupado em construir prédio bonito, arrumado, prédio novo não. O prédio que hoje o Ministério Público tem dá muito bem para atender às atividades. Este ano é um ano de crise, de mortes, de tragédias. Nós não podemos pensar em estar fazendo puxadinho e arrumadinho enquanto o HGR está precisando de estrutura. Então, Presidente, eu, sinceramente, quero lamentar essa ação, pedir que a gente não aceite que isso aconteça. Estava analisando a decisão do Ministro Marco Aurélio, na ADIN, foi até no governo da Suely onde foi apresentada essa Ação Direta de Inconstitucionalidade referente ao Fundo do Tribunal de Justiça. O ministro Marco Aurélio, no seu entendimento, deixa claro que as normas de direito financeiro são definidas no artigo 24, inciso I, da Constituição Federal, e lá ela estabelece os denominados superávits financeiros, que existe a necessidade de ter a restituição por

todos os órgãos que tem receita em duodécimo para a cota única do Estado. Olha só, Presidente, se qualquer órgão, a Assembleia, Defensoria, Tribunal de Contas, TJ, se sobra dinheiro no orçamento no final do ano, é porque ele não precisava desse orçamento, é porque o orçamento tinha que ser menor. Então, se criou uma estratégia de pegar essa sobra desse orçamento e jogar em um tal de fundo para poder utilizar depois e não devolver aos cofres públicos. Isso é uma afronta aberta ao Princípio da Separação dos Poderes, porque o Poder Executivo é responsável pela contabilidade das receitas, o Legislativo ele tem a competência para autorizar a abertura dos créditos adicionais e o gerenciamento do orçamento estadual. Então, enquanto se cria um fundo onde não se usou o orçamento e joga para esse fundo para utilizar depois, nós estamos ofendendo o princípio da separação dos poderes. Temos que lembrar que o inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Presidente, não dá para aceitar. Não podemos aceitar essa destinação automática dos recursos que sobram, porque isso, sinceramente, volto a falar, fere o Princípio da Separação dos Poderes, fere o Princípio da Anuidade, fere o Princípio da Universalidade, fere o Princípio da Não Vinculação de Receita, então nós temos diversos princípios que são ofendidos com esse fundo. Temos que acabar com todos esses fundos, ou melhor, o fundo pode até existir, mas não com sobra de orçamento dos poderes. Se está sobrando orçamento nos poderes, é porque esse Poder está com dinheiro demais no orçamento enquanto o Executivo está com dinheiro de menos e isso me faz lembrar das palavras da Deputada Aurelina, que sempre defende essa questão no Plenário e a gente sempre acaba deixando passar, às vezes, com medo de se indispor, não querendo colocar o dedo na ferida. Eu tenho um respeito muito grande pela Deputada Aurelina e as palavras dela são sempre contundentes, com coragem para falar isso, e isso tem me dado essa vontade de expressar para vocês esse meu sentimento. Então, Presidente, nós não podemos, de forma alguma, permitir, sabendo que existe uma decisão do Ministro Marco Aurélio de Melo, uma ADIN que foi impetrada pelo Governo da ex-governadora Suely Campos, e que essa decisão está vigente. Nós não podemos aceitar que, em um momento de pandemia, de morte, que faltam gazes, que faltam remédios, que faltam insumos, que os nossos servidores da saúde estão morrendo e adoecendo, a gente aprovou uma lei aqui dando 50% de gratificação para os servidores da Saúde e da Segurança Pública, e o governo não está conseguindo fazer, não está conseguindo pagar porque não tem dinheiro, não tem orçamento para isso. Então, se existe um fundo com recursos sobrando hoje para construir um prédio, então que esse fundo seja transferido para os cofres do Executivo e que esse recurso seja utilizado na saúde, na segurança pública, na educação. Que a gente aproveite, Presidente, e reveja os orçamentos da Assembleia, do TJ, do Tribunal de Contas, do Ministério Público de Contas, da Defensoria, porque a Defensoria mesmo, um dia desses, estava tendo dificuldade de pagar a folha de pagamento. Então está desproporcional, pois para o Ministério Público está sobrando ao ponto de ter um fundo e não adianta querer dizer que esse fundo, que esse recurso, que esse dinheiro pertence ao Ministério Público, esse dinheiro pertence ao orçamento, pertence ao Poder Executivo, pertence ao povo do Estado de Roraima. Quero fazer essa defesa, que a gente possa debater esse assunto, aprofundar esse assunto e buscar uma melhoria para a saúde pública do nosso Estado. Era o que eu tinha apara dizer. Quero, antes de encerrar as minhas palavras, já tinha dito isso no grupo do whatsapp, falar aqui, externar ao Doutor Júnior os meus sentimentos referente à morte do seu pai. Lamentamos profundamente e esperamos que o Grande Arquiteto do Universo possa estar iluminado e abençoando o teu pai, abraçando-o lá no céu. Obrigado a todos e uma boa Sessão.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde, nobres deputados. Presidente, o que eu quero também externar aqui é, justamente, complementando o que o Deputado Jorge Everton acabou de falar. No momento em que o Estado de Roraima, o Brasil e o mundo passam por uma crise dessas, uma pandemia, onde o nosso povo não tem leitos em hospitais, faltam insumos, falta o básico, falta, Senhor Presidente, nas unidades de saúde, nos hospitais, compressa. Temos cirurgias sendo canceladas, temos apenas um tomógrafo no hospital para suprir a demanda da população do Estado de Roraima. Faltam insumos. Todos temos acompanhado a luta diária dos representantes desta Assembleia Legislativa para equipar esses hospitais. Então, em um momento como esse em que a prioridade é a vida, o bem maior que nós temos é a vida, o Ministério Público quer uma liberação de mais de 37 milhões para construção da nova sede. Uma sede já não está sendo suficiente? Uma sede pomposa no valor de 37 milhões de reais com dinheiro público, enquanto no Estado faltam EPIs, medicamentos e isso tem trazido muito constrangimento para o nosso Estado, Senhor Presidente, pois são vidas sendo ceifadas. O Ministério Público é egoísta, Senhor Presidente, pensando apenas em si, querer construir em plena pandemia a nova sede. Roraima não precisa de sede nova, não, meus amigos. O povo de Roraima, nós não estamos precisando de sedes novas, estamos precisando das vidas salvas, de atendimento à nossa população. Que Ministério Público é esse? Um Poder que era para estar do nosso lado, vestindo a camisa do povo, deputados, quer um prédio novo em plena pandemia. Gente, parem de pensar apenas no umbigo de vocês. Não temos como viver chorando os nossos mortos, uma tragédia, e a nossa prioridade é salvar vidas. Em tempo de pandemia, a Constituição Federal proíbe o remanejamento de recursos para interesses distintos. Voto contra a liberação de mais de 37 milhões para a construção da nova sede do Ministério Público de Roraima. Reconheço o papel valoroso dessa instituição, mas, neste momento, a prioridade é o povo de Roraima, o povo que colocou os senhores e essa deputada aqui onde estamos, porque acreditam que somos a voz dele. Roraima não pode continuar como está, com o HGR superlotado. Trabalhando, como estávamos na semana passada, de mãos dadas com a Operação Acolhida, com o Governo do Estado para colocar essa saúde para funcionar e alguém vem, que era para estar ao nosso lado fazendo o papel de cuidar do povo, solicitar 37 milhões para fazer uma sede nova. Não ter ninguém para entrar nessa sede nova. Dá dó vermos os vídeos publicados no HGR. Oito pessoas mortas por dia, Senhor Presidente, onde não temos sequer o direito de velar os nossos mortos perdidos por essa doença cruel. Que o Ministério Público devolva aos cofres públicos para que a gente possa investir em equipamentos, insumos, alimentação para pacientes graves na UTI, alimentação enteral, investir na saúde, restaurar vidas, colocar esse povo de pé. Depois dessa pandemia, nós teremos uma grave crise econômica. Como é que vamos pensar, meu povo, em construir sede nova para alguma coisa se nem poder estarmos juntos nós temos o direito nesse período. Quero que cada um dos meus amigos reflita sobre isso, porque a pandemia, o Coronavírus tem tido cara, tem rosto e a gente não aguenta mais chorar, Senhor Presidente. Acredito que essa hora é a hora de usarmos todos os recursos possíveis para combater a pandemia da Covid-19, já que contaminou mais de seis mil pessoas só no Estado e Roraima. Até ontem, pelo menos, 168 pessoas tinham perdido a vida para a Covid-19. Então, Senhor Presidente, essa é a minha indignação e certamente a indignação do povo de Roraima. Um órgão criado para unir força com esta Casa quer construir uma sede nova! Nobre pares, não vamos admitir isso. Não podemos levar essa loucura à frente. Vamos salvar vidas. O nosso povo está clamando pela união dos poderes, do Governo, da Prefeitura, dos municípios para salvarmos vidas. O momento é de salvar vidas e não de construir sede nova. Tenham todos uma boa-tarde.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, senhores deputados, os que nos acompanham pelas redes sociais, boa tarde. É um pouco sobre esse tom que os deputados que me antecederam falaram. Já me senti contemplado na fala dos dois, mas gostaria só de acrescentar que na discussão que nós tivemos hoje, conversando com alguns deputados, na Comissão especial que foi criada para analisar esses projetos que vamos pautar hoje, e entre eles estava essa discussão do remanejamento, abertura de crédito para o Ministério Público. Pode até ser legal esse desejo, e aí vai o meu respeito a todos os que compõem aquela Casa, que tem um trabalho prestado ao Estado de Roraima, pode até ser legal essa abertura de crédito, esse anseio do Ministério Público, mas veio na hora errada, em uma hora completamente desconexa com o que vive a sociedade brasileira, com o que vive a sociedade roraimense diante de tantos casos, diante do sofrimento das cidadãs e dos cidadãos do nosso Estado que estão sendo dizimados, mortos sem assistência médica necessária, sem uma saúde de qualidade que possa salvar vidas. Fica muito estranho, fica muito desconexo nós permitirmos nesse momento o remanejamento de um montante tão alto como este para um Poder, diante da necessidade do povo de Roraima que está morrendo nos hospitais. Centenas de famílias desesperadas querendo que o Hospital de Campanha funcione, querendo insumos, querendo respiradores e não é certo não olharmos esse lado e aprovarmos esse remanejamento, essa abertura de crédito nesse momento. Não é só para o Ministério Público, acredito que para qualquer Poder. Se existe um desejo para abertura de crédito, de remanejamento de recursos do orçamento do Estado de Roraima, que seja para a saúde estadual, que seja urgente para que possa ser investido no salvamento de vidas, para que seja investido para a abertura do Hospital de Campanha, que é o que vai aliviar o sofrimento de milhares de pessoas em nosso estado, que estão acometidas com o vírus sem saber se sobrevivem até o fim da pandemia. Esse é um momento de austeridade de todos os poderes. Austeridade no sentido mais puro da palavra, de buscarmos uma saída para que essa situação da pandemia seja amenizada em Roraima. Como é que nós vamos conceder a abertura de crédito para outro Poder de um projeto vindo do Governo do Estado de Roraima, que ainda não conseguiu pagar o abono para aquelas pessoas que estão na linha de frente da Covid-19, correndo o risco de serem infectadas, correndo o risco de infectar suas famílias, vivendo no limite do estresse do trabalho. Então, esse não é o momento adequado. Queria aqui externar esse sentimento que

nós discutimos antes de iniciar a reunião hoje da Comissão Especial, onde foi aprovado, por maioria, o Decreto Legislativo que vai ser pautado aqui na Sessão. Os deputados que estavam na reunião, por unanimidade, votaram pelo impedimento dessa transferência, desse remanejamento, por entender que esse não é o momento adequado, por entender que qualquer ação que seja feita pela Assembleia, pelo Governo e demais poderes tem que ser no sentido de salvar vidas, de tirar as pessoas dos corredores do Hospital Geral, de enviar essas pessoas para o Hospital de Campanha, que precisa ser inaugurado urgentemente, para compra de insumos, de materiais, de EPIs para que os servidores não sejam infectados. Então, nessa linha, me congratulando também com as palavras do Deputado Jorge e da Deputada Betânia, que resumiram, de um modo geral, esse sentimento nosso. Pode até ser legal, e a gente pode até discutir isso, mas em um outro momento, não agora, Senhor Presidente. Aprovando esse projeto agora é como se tivéssemos fechando os olhos para centenas de pessoas que morreram e para as milhares de pessoas que estão infectadas no Estado de Roraima. Era isso.

O Senhor Deputado **Renan Filho –** Boa tarde, deputados. Primeiramente, eu queria, mais uma vez, dar as boas-vindas ao colega Marlon, meu parceiro de futebol e agora também de parlamento. Marlon, em nome desses deputados, parabenizo sua entrada nesta Casa. Não tenho dúvidas nenhuma que você irá fazer um brilhante trabalho pelo Estado de Roraima, assim como o Deputado Sampaio vinha fazendo aqui e agora à frente da Casa Civil. Eu queria parabenizar, também, o Governador Antônio Denarium e o Presidente desta Casa, Jalser Renier, e todos os deputados que se uniram pelo bem da saúde do nosso Estado, pelo nosso Estado todo. A gente sabe que essa crise, essa pandemia que nós estamos enfrentando, não está sendo fácil. Infelizmente, há uma semana, perdi uma tia muito querida, irmã da minha mãe, quase perco um tio e perdi um amigo, o Madinho, por conta dessa pandemia. Já tinha sido falado antes aqui, se a gente tivesse tomado as precauções certas, talvez esse número de mortes fosse bem menor, tendo em vista que hoje o Estado de Roraima não tem assistência básica de saúde, infelizmente. A gente tem uma prefeitura que, para ela, hoje, quanto mais mortes, é melhor, porque o intuito da Prefeitura não é salvar vidas, é estar à frente do Governo do Estado daqui a três anos e só quem perde com isso é a Prefeitura. A gente nota isso pelas redes sociais de um ex-senador ou até da própria Prefeita que, diante de qualquer problema que acontece, ela culpa o Governo do Estado ao invés de procurar incentivar a unidade básica de saúde para fazer testes rápido, que é o que precisa. Às vezes, você está com Covid e está tomando remédio para gripe porque você não sabe. Infelizmente, não tem teste rápido para todo mundo e a Prefeitura deixa bem claro isso que a Unidade Básica de Saúde é o HGR e, infelizmente, o Governo do Estado vem pagando essa conta sozinho, sendo atacado, sendo mal falado, claro, que pela população que quer atendimento. Nesse final de semana, agora, tinha uma senhora que tinha que ser entubada e ela ainda está entubada, está em uma enfermaria porque o hospital está muito cheio. Se a população tivesse acesso à Unidade Básica de Saúde, não tenho dúvida nenhuma que hoje o Estado de Roraima estaria em outro patamar. A gente nota a questão de um ex-senador ir para as redes sociais, ao invés de usar a sua televisão para arrecadar alimentos, para usar o seu prestígio, pois passou muito tempo em Brasília, para que pudesse somar, para que junto com esta Casa que vem fazendo o seu papel, junto com o Governo do Estado ou até mesmo com a Prefeitura, pudesse ajudar o Estado de Roraima a sair dessa crise, mas, pelo contrário, a gente sempre tem uma resposta negativa. Infelizmente, isso já é de praxe. Parece que para o senador, que ainda não aceitou que perdeu o mandato, isso ainda é campanha, mas não é, estamos falando de vidas e enquanto pessoas estão morrendo, o senador escolhe um filme para assistir à noite na sua bela casa em Brasília.

Não tenho dúvida da extrema capacidade do secretário Marcelo Lopes, que assumiu a pasta da Saúde, até porque foi um super secretário de Saúde na época da gestão da Prefeitura. Não sei por quais cargas d'água não é mais, mas a gente entende isso, que de certa forma lá é um palanque, e a gente pede que essa união que teve entre a Assembleia e o Governo passe também para essas pessoas que torcem contra o Estado. Não é torcer para lado A ou B, é vestir a camisa do Estado de Roraima. Usa teu meio de comunicação para ajudar a salvar vidas, não para denegrir a imagem de lado A ou B, porque a população não está interessada nisso, a população está interessada em chegar à Unidade básica de Saúde e ser atendida; em chegar no HGR e ser bem atendida; em chegar ao Hospital de Campanha e ser bem atendida. Está todo mundo assustado com essa pandemia, todo mundo com medo, seja o mais novo ou o mais velho, todo mundo tem medo desse vírus, pois ele ainda é desconhecido. Temos a questão da cloroquina, se ela faz bem ou não, e enquanto a OMS discute o que é bom para combater esse vírus, as pessoas estão morrendo. Então, eu peço para que o ex-senador aceite a derrota nas urnas, pois daqui a dois, três anos terá novas eleições e eu acho que usando a rede social dele para denegrir a imagem de um gestor que sempre serviu até mesmo a Prefeita, agora torce contra porque, infelizmente, não faz parte da base do Governo, não faz parte da base da Assembleia. É muito triste comemorar mortes e eu, como um parlamentar, não posso aceitar. Sempre aonde vou, nas entrevistas que eu dou, nos lugares que eu falo eu sempre costumo dizer que hoje eu sei da importância que todos os deputados estaduais dão para o Estado de Roraima e para os eleitores que nos colocaram aqui nesta Casa. A gente foi eleito para defender os interesses da população. Quando a população mais precisa, ela liga para o deputado para dizer que está sem respirador, para dizer que está sem remédios, para dizer que não consegue uma vaga na Unidade Básica de Saúde e a gente fica sem ter o que fazer. Eu vou fazer o que se a pessoa não consegue uma vaga no Posto de Saúde ou até mesmo no HGR? Infelizmente, não conseguimos falar nada. Mas, acredito no trabalho do Secretário Marcelo, acredito na parceria desta Casa com o Governo do Estado. Parabéns, Deputado Jalser, por colocar o Estado de Roraima como prioridade e deixar as discussões, as desavenças para depois, pois a população é quem não pode pagar. Hoje, eu tenho certeza que em pouco tempo nós iremos inaugurar o Hospital de Campanha e nós iremos dar uma resposta rápida para a população com relação a esse vírus.

Outro assunto, deputados. Tomei conhecimento por algumas redes sociais e aí faço um apelo às deputadas desta Casa. Se não me engano, a Deputada Betânia é Presidente da Comissão da Mulher. A gente teve uma barbaridade que aconteceu, que foi gravada e divulgada em rede social, a questão onde três garotos abusaram de uma jovem que supostamente estaria drogada. Supostamente, pois não sabemos o que aconteceu, e os três garotos abusaram dessa jovem e parece, se não me engano, só dois anos depois esse vídeo veio à tona. Vejo, pelo andar das coisas, nas redes sociais, que alguns doentes ficam pedindo para receberem o vídeo e a gente nota que as autoridades policiais pouco fizeram, aliás, nada fizeram, porque o vídeo foi divulgado de uma forma muito rápida, mas nenhuma providência foi tomada para defender os interesses dessa criança, que foi abusada por três vagabundos, independente se é filho de A, B ou C, mas poderia ser meu filho que iria ser penalizado da mesma forma. Três bandidos que tiraram essa criança para nada, literalmente para nada. O vídeo é muito pesado, conseguir ver só o começo, pois nós que somos pais, mães, não conseguimos ver o vídeo de tão forte que é e nenhuma providência foi tomada. Nós sabemos que são filhos de três pessoas conhecidas, mas isso não importa, entendeu? Se você cometeu o crime, principalmente esse aqui de estupro de incapaz, eles, no mínimo, deveriam estar no CSE e nada foi feito. Então, peço que esta Casa tome providências. Vou fazer também um documento aqui solicitando que a Secretaria da Defesa da Mulher, que a Secretaria da Infância e da Juventude possam tomar conhecimento e alguma providência com relação a esse crime bárbaro que nos chocou. Há muitos maníacos aí, nós vemos em redes sociais, há muitos colocando a culpa na garota, outros pedindo o vídeo, e nada está sendo feito. Isso é um absurdo. A gente tem o Deputado Jorge Everton aqui, que é delegado também, temos o Deputado Nilton, que é policial civil, então eu peço o apoio do Presidente desta Casa para que a gente possa cobrar das autoridades, do delegado-geral, uma solução para isso.

Outro caso que me causou também extrema revolta foi o caso de uma jovem que também teria sido abusada, está aqui o Boletim de Ocorrência. Esse caso aconteceu há alguns meses, mas tomei conhecimento na semana retrasada e o que me causa estranheza é que nada foi feito com relação a isso. Esse senhor que tomou conhecimento da situação, no caso, se tratava da neta dele, é o seu Eugênio Tomé, mas conhecido como o paladino da justiça, é o senhor da verdade, o dono da razão, uma pessoa conhecida por muitos, até mesmo respeitado por muitos. Aconteceu um caso dentro da própria chácara dele, com a própria neta e, infelizmente, ele ficou ao lado de quem cometeu o crime de abuso. O cara entrou na piscina, a menina estava com os lábios machucados porque tinha chupado limão com sal, e ele foi lá e meteu a boca na boca da criança de 12 anos de idade, por sinal, e, nesse momento, a criança saiu, se afastou perguntando se ele estava ficando louco. Ele se afastou, foi no carro e voltou para a piscina e foi na hora em que menina saiu e foi embora. Sabe o que aconteceu, senhores deputados, nobres deputados? Como prêmio, esse senhor que fez isso, que não passou aqui na sabatina desta Casa, Deus sabe o porquê, mas foi assumir um cargo lá em Brasília, é um dos homens do Ministério da Saúde, o senhor Aírton Cascavel, que muitos conhecem aqui.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Deputado Renan, o que Vossa Excelência traz aqui é muito grave. Eu preciso entender o discurso de Vossa Excelência. Vossa Excelência está se referindo a uma agressão, é um problema extremamente delicado, uma situação que envolve abuso sexual. Eu pergunto se Vossa Excelência tem alguma prova desse fato, se tem algum Boletim de Ocorrência, se tem os pais da garota que supostamente teria sido abusada, porque isso envolve uma questão muito... é muito

preocupante isso, porque envolve uma pessoa pública, envolve uma pessoa conhecida no meio político e social e que, de repente, traz esse problema. Inclusive, diante da sua fala, se realmente for uma fala verídica, eu já quero aqui invocar, urgentemente, a defesa, a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia, que é presidida pela Deputada Catarina Guerra. Quero que ela apresente um relatório disso o mais rapidamente possível. Esta Casa também enviará à Ordem dos Advogados do Brasil. Eu preciso que Vossa Excelência me afirme, confirme a sua fala diante dessa denúncia.

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Além de afirmar, eu vou ler aqui o boletim: Governo do Estado e Roraima – Polícia Civil - Delegacia de Proteção à Criança e Adolescentes – Boa Vista, Roraima – Boletim de Ocorrência: Relatório. Não vou falar o nome da criança e nem da mãe da criança, por respeito.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Qual a idade da criança?

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Doze anos. Diz: comunico que o comunicante, que é a genitora da vítima soube do fato somente agora, que, aproximadamente, é o primeiro dia após o corrido. Que a vítima relatou que estava na Chácara do Tomé, residência do avô paterno, e que ocorreu por volta das nove horas. Que foi para a piscina para fazer uso da internet. Que a piscina fica a 200 metros da casa. Que estava sozinha na área da piscina quando Aírton chegou e cumprimentou a vítima. Que a vítima estava com os lábios feridos de chupar limão com sal e Aírton passou os dedos nos lábios da vítima e, de repente, passou a língua. Que a vítima se assustou e se afastou. Que a vítima perguntou se o mesmo estava doido e aí Aírton voltou ao carro e pegou algumas coisas e voltou para perto da vítima. Que a vítima saiu correndo.

Está aqui o nome da Delegada, está aqui o nome da agente. Isso aqui...

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Como é o nome da delegada que está presidindo o caso, Deputado Renan?

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Delegada Ingrid Melo Delgado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Ingrid Melo Delgado. Quando foi feito esse Boletim de Ocorrência?

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Foi feito na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** E quando foi feito? Qual a data em que foi feito isso?

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – A data não está aqui.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Se for um BO, está em cima, nas primeiras informações.

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – A data não está aqui, mas eu vou me informar hoje sobre a data. Estou encaminhando para Vossa Excelência agora.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Encaminhe imediatamente para que irei encaminhar para que isso chegue à Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança e do Adolescente, que está sendo presidida pela Deputada Betânia.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Senhor Presidente, eu presido a Comissão de Direitos Humanos. Esse é um fato novo. Na verdade, o Deputado Renan mencionou aí vários atos, várias situações críticas apresentadas que, infelizmente, têm acontecido em nossa sociedade nos últimos tempos. Esse fato do qual relatou o Boletim de Ocorrência, eu ainda não havia tido conhecimento. Houve conhecimento do outro fato ocorrido contra uma adolescente, um vídeo que eu não tive condições de assistir e acreditei que as providências estavam sendo tomadas pelas pessoas competentes a esses atos. Acredito que, por se tratar de uma criança, deveria ser tratado pela Comissão de Defesa dos Diretos da Família, da Mulher, da Criança e Adolescente, mas em momento algum, me abstenho a fazer algum trabalho em conjunto e me coloco inteiramente à disposição para que a gente possa atuar conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos, mas creio que quem deveria tomar a frente deva ser a Comissão de Defesa da Criança e Adolescente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Eu gostaria de repassar essa responsabilidade para a senhora, Deputada Betânia. Que a senhora reúna todas as condições para que a nossa equipe técnica da Casa possa oferecer à sua Comissão o suporte necessário para que a senhora providencie a imediata chamada dessa delegada em comissão, para que ela possa nos dar as informações do que realmente está acontecendo e o que está sendo feito pela Polícia Civil do Estado. A senhora, como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social, Vossa Excelência tem todas as prerrogativas legais que possa ter uma presidente para poder nos colocar a par dessa situação. O Supremo Tribunal Federal diz que beijo lascivo, se insere em ato de estupro de vulnerável. Essa é uma decisão que foi publicada há algum tempo pelo Supremo Tribunal Federal. Então, isso é um fato que envolve uma atenção muito grande, a responsabilidade é sua e eu lhe dou o tempo de 48 horas para que a senhora passe um relatório a esta presidência sobre esse fato. Quero saber o que está sendo feito pela delegada, onde está o processo e quero que a senhora faça uma visita à família da jovem que foi supostamente agredida, conforme relato do Deputado Renan.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Senhor Presidente, o Deputado Jorge Everton está pedindo a fala. Por ser delegado, por ter um conhecimento maior de polícia, ele pode nos orientar, até mesmo auxiliar em como desempenhar esse papel que, de certa forma, não é de competência exclusiva da Assembleia, mas queremos atuar de maneira auxiliar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Desculpe, Deputada Catarina, mas é competência sim da Assembleia, porque nós temos uma comissão especificamente voltada para isso. Então, a Deputada Betânia, como presidente da Comissão, e esse Plenário tem todas as prerrogativas legais para que chame aqui a delegada que está atuando no caso e todas as pessoas que estão envolvidas direta e indiretamente, inclusive os senhores Aírton Cascavel, Eugênio Tomé e citados, para saber em que pé está essa investigação. A Assembleia tem toda prerrogativa para fazer isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Obrigado pelo aparte, Deputado Renan. Se Vossa Excelência permitir, gostaria que Vossa Excelência encaminhasse esse Boletim de Ocorrência para meu whatsapp. Não há nenhuma delegada por nome Ingrid. Acho que Vossa Excelência deve ter lido o nome da pessoa que registrou o Boletim de Ocorrência. Se você permitir, gostaria de olhar esse boletim para que eu possa colaborar. Eu me coloco à disposição da Deputada Betânia para o que for necessário, para que possamos colher o máximo de informações possíveis, mas lembrando que esse é um crime de corre em segredo se justiça. Nós não poderemos constranger a vítima, não podemos constranger o delegado ou delegada que fez o Boletim de Ocorrência. Ela não pode trazer essas informações sob pena de cometer crime. Então, nós temos que ter muita cautela nessa apuração, muito cuidado, pois estamos falando de uma criança. Esses fatos são gravíssimos. Entendo a preocupação do Presidente e também me coloco à disposição para participar do que for necessário, para somar, Presidente. Obrigado!

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Presidente, quero deixar claro que isso aqui não é uma questão pessoal com ninguém, isso é uma questão de justiça, pois a família dessa criança está profundamente abalada com isso. Parece que aqui já é normal, apesar de que nunca será normal, que não acreditem na criança. Eu tenho certeza que uma criança jamais iria inventar essa história, como já foi passado, pelo contrário, a criança sofre o abuso. Essa menina só tem 12 anos, é uma menina meiga, uma menina educada e eu, quando tomei conhecimento, procurei o delegado Herbert, que prontamente me atendeu de uma forma bem dinâmica, só que a demora é que me causa uma chateação pelo tempo que isso ocorreu. Não consta aqui o dia, mas vou colocar, vou passar o dia que foi feito esse boletim, para que a gente possa saber o porquê dessa demora, independente de quem tenha sido. Se fosse um pedreiro, um trabalhador autônomo, tenho certeza que o tratamento seria outro. Vemos, nas redes sociais, o avô chamando os deputados de vagabundos, ladrão, disso, daquilo, que o Governo se vendeu para deputado, inúmeras barbaridades e quando a maior barbaridade está ali diante dos olhos dele, com uma das pessoas que... para mim, uma neta é uma segunda filha, quem é avô sabe disso, quem é pai sabe disso. Eu jamais vou ficar contra um filho ou um neto para ficar do lado de alguém, seja ele quem for. O mundo está cansado desse tipo de pessoas. Uma criança, ainda mais ao lado do avô, ela pede segurança. O mínimo que ela tem que ter é segurança. Você está ali ao lado do teu avô, ao lado do teu pai, quando você toma conhecimento disso... Não estou inventando isso aqui. A minha revolta é tão grande que, talvez, pessoalmente, eu não teria essa reação, porque, para mim, isso é injustificável. Não sou eu quem está dizendo, foi feito um Boletim de Ocorrência e eu espero que a Polícia Civil tome as medidas, que a Assembleia Legislativa possa auxiliar a Polícia Civil e logo, logo, a gente possa ter uma solução quanto a isso. Muito obrigado, deputado, pelo tempo. Era isso o que eu tinha para falar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Obrigado, Deputado Renan. É atribuição da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. Só para deixar bem claro aos senhores, que há uma redação dada pela Resolução Legislativa nº 04/2017, que diz: A- ações voltadas à proteção da mulher, em especial, no que se refere ao combate de todas as formas de violência sob sua pessoa (uma redação nova pela própria Resolução criada em 2017, nesta Casa). B-proteção à família, à criança e ao adolescente. (Também foi uma redação dada pela Resolução nº 04/2017). C – Assistência oficial à família, à mulher, à criança e ao adolescente. D- temas voltados à família e ao menor. Isso está no Regimento Interno

desta Casa, no seu artigo 40, inciso XVII, alínea A. Está lá para quem tiver algum tipo de dúvida. Deputada Betânia, gostaria que a senhora tomasse as rédeas e me desse um relatório, obviamente que em segredo, como está a investigação, para que nós possamos ver de que maneira a Assembleia, através da Comissão, pode se manifestar.

Estou dando os parabéns ao Deputado Marlon, que ingressa nesta Casa. Que o senhor consiga fazer um trabalho voltado às causas sociais, que hoje é uma das ações mais importantes que esta Casa tem e, principalmente, para a questão da saúde, do agronegócio e para que o estado possa crescer e produzir. Passo a palavra ao senhor.

O Senhor Deputado **Marlon da Mirage** – Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos. Primeiramente, queria deixar o registro da receptividade que tenho tido dentro desta Casa. Todos os servidores têm sido muito gentis comigo e com minha esposa. Estamos vivendo uma nova experiência em nossa vida, carregando uma grande responsabilidade que nos foi dada pelo povo do nosso Estado. Quero aqui agradecer o carinho especial do Deputado Jorge Everton. Quero dizer que minha família tem um carinho muito grande pelo senhor. Ao Renan, também, que sempre foi meu parceiro, sempre jogamos futebol juntos, fico feliz por estar aqui na mesma Casa, discutindo coisas que podem tornar o nosso Estado melhor para se viver. Tenho, também, meu amigo Marcelo Cabral, contemporâneo de Belém. Falei isso no meu discurso de posso, assim como o Nilton do Sindpol, que morou comigo em Belém. Nossa, fomos três contemporâneos, talvez da última turma de roraimenses que foram estudar em Belém! Se não a última, creio que tenha sido uma das últimas turmas.

Eu não ia falar sobre o assunto que foi colocado, mas é muito sério esse assunto. Tenho uma filha de 17 anos e, realmente, como pai, você lidar com uma situação dessa é muito difícil, a gente não tem nem como imaginar o trauma que pode gerar em uma criança dessa. Só a Medicina poderá nos dizer isso. Então, confio que esta Casa tomará providências. Cabe a gente aqui ouvir e averiguar os fatos. É uma denúncia muito grave. Tenho certeza que nós vamos dar a resposta certa para a sociedade, pois vimos nesses últimos dias que isso teve uma repercussão muito grande na sociedade.

Queria fazer aqui algumas considerações com relação ao problema da pandemia. Eu estive agora, nesses últimos dias, conversando com tuxauas de algumas comunidades de Normandia, extremamente preocupados. Eles disseram que estão se isolando, impedindo a entrada de pessoas, mas disseram que o único material que eles têm lá é álcool em gel e máscaras. Então, particularmente, acho que fica difícil barrar esse vírus. A gente tem visto ao longo do mundo, do Brasil, sendo colocadas barreiras, mas a gente vê que ainda assim o vírus entra. Por isso estou muito preocupado. Poderia notificar algumas instituições com relação a conhecimento de medicamentos, porque eu acredito que a doença não pode esperar vários dias, é muito agressiva e a gente sabe que é muito importante ter profissionais nas unidades indígenas, pois, provavelmente, deve haver muitos com baixa imunidade. Então eu acho que hoje o vírus está muito forte dentro da capital, mas eu temo que esse vírus comece a descer para o interior, até acho que hoje, no Brasil inteiro, as grandes cidades do nosso Brasil já se sensibilizaram com relação à gravidade desse problema e eu acho que hoje o vírus já tem entrado pelo interior do Brasil. Então, temo muito com relação, especialmente, das comunidades indígenas. Todos sabemos do caos em que se encontra o HGR. Eu até digo que dificilmente conheçamos alguém que não tenha algum conhecido acometido com essa doença e, provavelmente, alguém que veio a óbito. Acho que nós temos que nos unir, independente da instituição, para tentarmos resolver esse problema. É como acabei de falar, é uma doença que requer muita importância, não podemos brincar, pois os números não param de crescer. Fica aqui o registro com relação à pandemia. Aproveito a oportunidade nessa minha primeira fala nesta Casa, para falar de um projeto conduzido pela Secretaria de Agricultura juntamente com produtores do Projeto Passarão, que se juntaram e fizeram uma barragem de contenção na cabeceira do canal do Passarão e vão fazer uma grande reserva de água. Qual é a ideia da Secretaria? É que a gente reduza em pelo menos dez meses o bombeamento de água do Rio Uraricoera para o canal. A gente quer mandar isso por gravidade, pois, para termos uma ideia do número, no ano de 2019, a Secretaria pagou 193 mil reais de energia para o bombeamento desta água. Então, a nossa ideia é que esse número reduza para algo em torno de cem mil reais. É uma obra em que os produtores do passarão estarão gastando algo em torno de onze mil reais e estão tão satisfeito com a assistência dada pela Secretaria de Agricultura dentro do assentamento que me falaram que vão se juntar à Secretaria e vão fazer a limpeza do canal que há anos não se faz. Então, quero deixar aqui para vocês que o sentimento hoje dentro do Assentamento Passarão, para a nossa Deputada Aurelina, o Deputado Gabriel Picanço, que conhecem mesmo o projeto, que deem uma volta lá para vocês verem que os nossos produtores estão acreditando que vivemos em um novo momento. Presidente, eram essas as minhas palavras. Agradeço a receptividade de todos. Obrigado!

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Então, boa tarde a todos. Eu gostaria de dar boas vindas ao Marlon, que está começando e dizer, Marlon, que eu fiquei com saudade agora. Já tem uns trinta anos que eu fui Secretária de Agricultura e fizemos aquele canal. Que bom que agora vão limpar e continuar aquele projeto. Você é bem mais novo, mas sabe que é um projeto muito importante para o Estado de Roraima. Seja bem-vindo à Assembleia. O setor agrícola precisa de pessoas fortes.

O Marcelo na saúde. Marcelo é uma pessoa que acredito muito nele, na competência técnica do Marcelo. Fiquei muito feliz quando ele foi para a Secretaria de Saúde. Esperamos ações. Tenho certeza que vão acontecer. Da mesma forma o Sampaio, que está no Gabinete Civil, naquele luta imensa. Quero desejar sorte para todos eles.

Mas eu queria hoje aqui, deputado, falar rapidamente sobre algumas coisas. Primeira coisa, eu vejo a ordem cronológica de fatos, estão falando no orçamento anual do Estado e nós devemos lembrar que nós aprovamos um orçamento com déficit. Um orçamento deficitário. E de lá para cá, a gente ainda não sentou para acompanhar, é a nossa função. Claro, nós acompanhamos, não é isso que eu quis dizer. Para analisar, não é sentar, como é que está sendo feita a execução desse orçamento que o Executivo mandou para a gente, com a despesa maior que é a receita. Como é que está se comportando isso? Então, eu queria sugerir, esse momento é difícil, isso seria uma reunião presencial, mas que a gente pudesse fazer uma análise. É necessário isso, inclusive com relação às nossas emendas que tiveram modificações e a gente tem que discutir essa questão. Outra coisa que eu queria pedir, nós temos aí, deputado, eu até pedi isso para o Dr. Júnior, o Projeto de Lei nº 073, que é uma abertura de crédito do recurso do IPEM, não é recurso do Estado, para terminar aquela construção do IPEM e alguns equipamentos que eles precisam comprar. Eu queria pedir ao Dr. Jardel para incluir na próxima pauta.

Hoje estava ouvindo, assistindo uma sessão na Câmara dos Deputados. Estava lá o Ministro da Saúde. Eu ouvi uma deputada do Amapá agradecendo ao ministro mais competente da história do Brasil, por ter ido ao Amapá e levado respiradores, ter levado EPI's, ter levado insumos, ter levado médicos, ter levado pessoal e ter instalado ali o Hospital de Campanha. E ouvi, sexta feira passada, o Presidente da República, sábado, se não me engano, inaugurando o primeiro Hospital de Campanha, e diga-se de passagem, Hospital de Campanha é hospital do Governo Federal, é ele que coordena, é ele que administra. Claro que tem as parcerias do Governo do Estado, da Prefeitura, do Einstein, tem um comitê gestor da crise do Coronavírus que apoia o Ministério da Saúde, que é composto pelo Einstein, pelo Bradesco, pelo Itaú, então tem um grupo gestor, a gente inclusive tem as fotos. E eu ouvi que eles fizeram, em Manaus, trouxeram para Manaus, no auge da crise, tudo o que Manaus precisava. Levaram para Goiás e não deu para fazer um hospital de 750 leitos, foi inaugurado pelo Presidente da República com 70 leitos e 20 leitos de UTI. Não precisou criar nem 800, nem 700. Eu fico muito triste porque, na semana passada, eu tinha certeza, inclusive cheguei a falar que viria aqui o Ministério da Saúde nos socorrer, porque o Hospital Geral não pode elastecer. Ele já vivia com os corredores cheios de gente, ele já tinha só 38 leitos de UTI antes e, com a pandemia, continua tudo isso. Não, Presidente, eu fiquei triste quando vi a deputada do Amapá elogiar tanto por tudo o que foi para lá na sexta e no sábado e que não chega até aqui. O que a gente tem ouvido aqui em Roraima é de quem é a culpa? A culpa é do A, a culpa é do B, a culpa é do Governo, a culpa é da Prefeitura, a culpa é do Exército. E eu queria saber de quem é a culpa? Eu hoje ouvi que os médicos que não têm CRM não podem ir para o Hospital de Campanha. O que está faltando? Aí existem os que dizem assim: o Hospital de Campanha custou não sei quanto ao Exército. Não, o Hospital de Campanha é aquele que era montado lá em Pacaraima para servir a Operação Acolhida na época da imigração. Ele apenas foi transportado para cá, para ser montado aqui. E tem muitas coisas dos equipamentos inclusive que a gente fez, que ainda é parte do Exército. Eu não sei, eu sei que precisa ser feito. Eu sei que agente precisa da ajuda do Ministério da Saúde do meu Brasil, que está ajudando os outros estados. Onde é que eu compro? Eu tenho batido muito e tenho sido criticada: Onde é? Qual a mercearia, a fábrica, a indústria que eu compro respiradores, medicamentos, insumos básicos? Então, a gente queria saber. Poderíamos convidar o nosso general para que pudesse conversar conosco. O que falta? Quem pode nos ajudar? O que está faltando do Estado? Porque, talvez até eu possa falar, mas eu não sou o Exército Brasileiro, coordenador do Hospital de Campanha do Estado de Roraima. A gente precisa saber para ajudar. Nós precisamos ouvir. Não é uma visita ao Hospital de Campanha. Eu não gostaria de fazer uma visita para chegar lá e ouvir que não vai abrir. Por que em Goiás que era para ser 750 leitos, o Presidente da República inaugurou com 70 e 20 leitos de UTI? Por que nós não podemos usar o que tem? Eu não sei o que tem, eu não sei quem é que deve levar esse material.

Se não tem, alguém tem que ajudar. Mas, hoje, eu fiquei triste em ouvir que o ministro da saúde, na Câmara dos Deputados, lá tinha, estavam presentes, também, deputados federais nossos. Eu não vi o apelo que eu estou fazendo aqui, porque esses apelos só quem faz é a Assembleia mesmo, somos nós que ficamos aqui e que a comunidade, a sociedade tem acesso a gente, encontra em todo canto, todo mundo sabe o nosso telefone e eles cobram da gente. Eu não ouvi uma veemência dizendo: O Hospital de Roraima já era desse jeito antes da pandemia e continua assim. Eu disse isso nesta Casa, ainda quando tinha sessão presencial. Nós já ouvimos antes que nos vamos ver as pessoas morrerem no meio do asfalto e não há o que fazer. Precisamos, deputado, que o general possa vir aqui com a gente, que a gente possa ter um esclarecimento melhor. Não é que amanhã vai chegar, depois da manhã chega, o governo não trouxe, a culpa é da Prefeitura, a culpa... Eu não sei de quem é a culpa, eu sei que a gente vive no Brasil e estou vendo o Ministério da Saúde do meu Brasil ajudando agora, inclusive em Manaus, que é o estado rico. Eles chegaram lá, o ministro passou dois dias com aviões, com pessoal do Exército, para curtir. E o que estamos esperando? Então, presidente, eu gostaria de lhe pedir a oportunidade da gente poder reunir com o coronel, se o general, ver quem quer ir, quem pode ir, chamá-lo presencialmente, saber e fazer uma força tarefa da Assembleia, porque sempre somos nós mesmos que fazemos, nós é que falamos a linguagem do povo. Nós é que temos as portas abertas, é no nosso ombro que as pessoas batem e nós é que somos criticados. Então, queria lhe pedir, que pudéssemos ter essa conversa. A semana passada as coisas chegariam, esta semana já vamos dar graças a Deus se chegar esse final de semana e eu fiquei triste hoje quando eu ouvi a deputada do Amapá elogiando. Inclusive, médicos e pessoal levaram para o Estado do Amapá e nós estamos aqui, já sofremos com a Operação Acolhida, a discriminação do Governo Federal que nós sofremos e não é possível, não é possível jogar na costa do Estado um problema que não é só nosso, como não é a imigração que até hoje nós arcamos, porque o doentes da COVID também são imigrantes. No domingo, peguei meu carro, domingo não, sábado, e andei a Avenida Venezuela, todas essas avenidas, e em todos os cruzamentos estão os venezuelanos vendendo pano de prato e bugigangas, transmitindo vírus. Então não é um problema só nosso. A impressão que me dá é que Roraima foi relegada a um pedaço de terra que tem que ser excluída do mapa, do Brasil. Então, eu queria lhe pedir para que a gente pudesse, realmente, cobrar através do general, saber de fato o que está acontecendo. Não é só dizer assim: Ah, o Governo não fez sua parte, e o Governo Brasileiro fez a dele? Eu quero saber se ele fez. O Ministério da Saúde fez a dele? Então, eu queria lhe pedir isso e agradecer pela oportunidade. Muito Obrigada!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Deputada Aurelina. Com a palavra, agora, o Deputado Renato Silva.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Boa tarde a todos meus pares parlamentares. Compartilhei aqui, ouvi atentamente todas as reivindicações dos colegas parlamentares: do Deputado Renan Filho, que trouxe denúncias graves; da Deputada Betânia Almeida, do Deputado Jorge Everton, da Deputada Aurelina Medeiros. Compartilho do mesmo sentimento dos senhores deputados. Recentemente, nós recebemos aqui no WhatsApp áudio do senhor Thomé, que foi secretario de estado, criticando a Assembleia Legislativa, criticando a união do Governo com a Assembleia, chamando alguns parlamentares de bandidos, de vagabundos e, por diversas vezes, no seu áudio, ele fala sobre Deus e família. Mas quem é o senhor Thomé para falar de Deus e família? O senhor Thomé tem três filhos e nenhum deles fala com ele, porque ele não criou nenhum dos três filhos. Aí ele vai para o Whatsapp, para uma rede social falar de Deus e família. Será que ele sabe o significado de família? Será que ele sabe, realmente, o significado de família? Às vezes eu vejo que as redes sociais que pode ser algo tão bom para a gente propagar o bem, para a gente usar para o trabalho, mas algumas pessoas usam para fazer maldade, para denegrir imagem e para pregar o que não é verdade, porque essa união da Assembleia com o Executivo não é para prejudicar a população. Eu participei de algumas conversas e não vi nenhum deputado aqui da Assembleia Legislativa tratar sobre algum interesse pessoal, a não ser o principal fato de nós estarmos vivendo hoje, que é a saúde pública, que é salvar a saúde pública. Eu quero lembrar aqui ao senhor Thomé que o contrato superfaturado de respiradores não foi feito na Assembleia Legislativa; foi feito na Secretaria de Saúde, coordenado por empresários que apoiam o governador Antônio Denarium. Eu tive uma reunião com o governador Antônio Denarium logo depois desses fatos. Foi a CPI que foi à Secretaria de Saúde e recolheu 21 processos superfaturados, 21 processos irregulares que não têm nenhum deputado envolvido. Quem estão envolvidos são os empresários que apoiaram eles. Por que ele não cita isso no seu áudio? Eu conversei com o governador e ele me falou do prejuízo moral que ele está tendo na sua imagem que seus próprios amigos estão causando a ele. Eu ouvi isso da própria boca do governador. Ele me falou que não apoiou nenhum pagamento antecipado de respiradores, que não apoiou e nem autorizou nenhum pagamento superfaturado de respiradores, mas ele sabe que aliados dele estão envolvidos nisso. O governador sabe disso. Então, o Governo está trabalhando há um ano e meio excluindo a Assembleia Legislativa e ainda querem culpar a Assembleia Legislativa pelos atos corruptos que houve no Governo. Não. Nós não podemos aceitar isso e eu, como corregedor desta Casa, não vou aceitar um delinquente como o Thomé citar qualquer deputado aqui e chamar de vagabundo. Olhe a sua história de vida, Thomé, antes de você citar qualquer paramentar desta Casa, olha a sua história de vida. Você quer chamar qualquer deputado de vagabundo, de corrupto, mas olha a sua história de vida. Você quer falar de família, de Deus, mas olha a história da sua família. Você tem filhos brilhantes, Thomé. Eu conheço seus filhos, conheço sua filha, que mora em Manaus. São exemplos de pessoas, mas não foram criados com você. E talvez por isso eles tenham um grande caráter. É muito fácil pegar em uma rede social e começar a atacar, denegrir a imagem. Presidente Jalser, o senhor tem que fazer um balanço de todas as ações da Assembleia Legislativa neste um ano e meio. Tem que fazer um balanço da época da pandemia. Quantos projetos nós aprovamos aqui na pandemia? Como a CPI está atuando aqui na pandemia? Foram quase 80 milhões de reais de contratos cancelados através de nós deputados estaduais, que fomos fiscalizar. Não fomos só nós da CPI da Saúde, foram mais de dez deputados que foram nessa operação em diligência à saúde pública. A Assembleia Legislativa não está se escondendo perante os problemas da sociedade. Nós estamos atuando, nós estamos fiscalizando. Muitas pessoas perguntam: o que a CPI está fazendo? Amigo, nós não temos o poder de prender. O que a CPI está fazendo? Nós cancelamos 80 milhões em contratos agora. Nós estamos fiscalizando o contrato da Cooperativa. Nós estamos fiscalizando o contrato da bucomaxilo, que desviou quase 10 milhões de reais do Estado. É isso que nós estamos fazendo aqui. Nós estamos em pandemia e vários deputados aqui pegaram Coronavírus. Nós não estamos nos escondendo. Talvez se nós pudéssemos nos dar ao luxo de ficarmos em casa, nós estaríamos em casa. Mas ontem, segunda-feira, nós estávamos reunidos para tratar da CPI da Saúde. Nós estamos aqui hoje, em sessão. Amanhã tem oitiva da CPI da saúde. Nós não paramos de trabalhar nenhum dia. Aí vem um cidadão, chamado Thomé, que não tem moral nem perante a família dele, criticar os atos da Assembleia Legislativa. Eu fiz um juramento quando assumi esse mandato, fiz um juramento aos meus colegas de não só proteger a Assembleia Legislativa por atos injustos, como também orientar, ajudar meus companheiros como corregedor da Assembleia Legislativa, como corregedor-geral. Nós não podemos aceitar esse tipo de ataque a nenhum colega parlamentar. Eu não vi nenhum dos 24 deputados estaduais se furtar, se esconder nesse momento de pandemia. Aqui estamos, sessão on-line, quase todos os deputados presentes, a grande maioria votando os projetos, discutindo os temas relevantes para a sociedade roraimense. Então, nós não podemos deixar isso acontecer com nenhum parlamentar da Assembleia. Outro fato que quero trazer aqui é sobre a questão do Ministério Público Estadual, pelo qual eu tenho apreço, tenho respeito ao seu trabalho, mas eu estava com Covid, estava em casa quando ouvi a notícia sobre a questão desse decreto, aprovando ou dando autoridade para a questão desse crédito suplementar para poder construir um prédio novo. Eu conheço o prédio do Ministério Público Estadual, é um prédio muito grande. Não é um prédio tão antigo, um prédio moderno. Eu acredito que não era momento para se tratar disso, não é o momento que a gente, precisa de prédio, de um prédio novo. Por que não faz como o Tribunal de Justiça? Nós destinamos emendas ao Tribunal de Justiça e ele fez a doação para combater a Covid no Estado de Roraima. Parabenizar, aqui o presidente do Tribunal de Justiça, Mozarildo Cavalcanti. Neste momento de crise, é muito fácil para nós, parlamentares, os promotores, desembargadores, juízes, que estamos recebendo nossos salários em dias e não estamos sofrendo crise financeira nenhuma, mas tem muito pequeno empresário que fechou as portas. Tem muito autônomo aí que não sabe o que vai comer amanhã. Ora, deputados, eu não tenho coragem de gravar um vídeo aqui e pedir para o pequeno empresário, ou autônomo ficar em casa. Eu não tenho coragem de pedir isso. Sabe por quê? Não é porque eu sou irresponsável para deixar todo mundo pegar a Covid, não, é porque eu já passei muita necessidade. Graças a Deus, eu nunca passei fome, porque meu avô e minha avó nunca deixaram faltar nada na mesa lá em casa. Mas eu quero dizer para vocês imaginarem um autônomo, um empresário, que depende do seu trabalho para levar a comida para casa, aí simplesmente as autoridades vão dizer: "fiquem em casa". "Você não vai poder trabalhar". "Nós vamos dar uma cesta básica". Em quanto tempo uma família de 4 pessoas come uma cesta básica? Vocês sabem? Então, é muito difícil e é uma falta de respeito com a população de Roraima a gente tratar de coisas vaidosas, de vaidade de egos. Quando estava com a Covid tentando fazer um exame, porque eu não consegui fazer meu exame no momento em que eu solicitei, pois passei 4 dias tentando. Aí eu vi notícia que o Ministério Público Estadual estava

querendo recurso para fazer um prédio novo. Pessoal, eu, como autoridade, como deputado estadual, tive dificuldade de fazer meu teste de Covid, você imagina o cidadão humilde lá da periferia! Como deve ser a dificuldade que ele deve estar tendo para fazer esse teste? Aí sai no jornal o Ministério Público Estadual querendo... Olha, se ele quer fazer um prédio novo, nós vamos tratar no orçamento agora, procura o Presidente Jalser, procura a Comissão de Orçamento, vamos tratar realmente se precisam desse prédio. Nós podemos destinar até nossas emendas para ajudar o Ministério Público Estadual a partir de 2021, mas esse não é o momento de tratar disso, esse não é o momento de construir prédios novos para nenhuma instituição. Esse não é o momento. É essa sensibilidade que eu peço ao Ministério Público Estadual de, neste momento, nós unirmos forças, de todas as instituições do Estado de Roraima, para a gente tentar combater a Covid. Todo mês nosso salário está caindo na conta, um bom salário. Por isso que na casa de casa um de vocês não está faltando nada e tenho certeza, vejo muitas ações de vocês deputados, doando cestas básicas, doando medicamentos. Vou lhe falar: esse mês passei muita dificuldade, porque neste mês o que eu doei de cesta básica, o tanto que dei de medicamento... É muita gente procurando a gente. Eu sempre falei: o deputado é o para-choque do governo, porque todas as reclamações vêm na gente. Toda demanda vem para a gente. A mesma coisa é no âmbito municipal, os vereadores são os para-choques do munícipio, o para-choque da prefeita. Toda a demanda cai em cima dos vereadores. E nós sabemos como é difícil atender tudo, porque a gente não tem recursos para atender tudo. Nós tiramos do nosso bolso para o cidadão comprar o remédio. Nós doamos cesta básica. Eu vejo o Deputado Renan Filho que doa aqui em Boa Vista, doa em Alto Alegre. Eu não consegui ainda doar em todos os municípios, mas aqui na capital, já dou todo mês uma cota de cesta básica. Tem mês que dou 80, 50, 60, entendeu? para poder ajudar da forma que eu posso. Nós sabemos a dificuldade que o nosso povo está passando. Não é momento de vaidade, não é momento de lado A, lado B, não é esse momento que nós temos que viver aqui em Roraima. É por isso que quero chegar aqui agora, falar da prefeita Teresa, da dificuldade de fazer política com a prefeita Teresa Jucá. Eu sempre votei na Teresa, sempre. E sempre votei no senador Romero Jucá. E tive um relacionamento pessoal com o senador Romero Jucá. Tenho respeito pelo senador Romero. Sempre votei nele. Ele sabe disso. Ele sabe do meu caráter. Agora o senador Romero ir na rádio, usar sua TV e a sua rádio para denegrir a imagem dos deputados, denegrir a imagem da CPI da Saúde, isso não posso aceitar, meus colegas, isso não posso aceitar. A CPI da Saúde está sendo tratada de forma muito séria. Os parlamentares trabalham arduamente. O Deputado Jorge Everton, inclusive, que é do partido do senador Romero Jucá, que é relator da CPI da Saúde e está fazendo um brilhante trabalho com a ajuda da Deputada Lenir Rodrigues, com ajuda do Deputado Nilton Sindpol, com a ajuda do Deputado Evangelista Siqueira, com a minha ajuda. Eu não vou aceitar nenhum cidadão criticar a CPI. Nós estamos fazendo um trabalho brilhante, estamos investigando mais de 50 processos que já trouxe resultado, já trouxe cancelamento de contrato, já trouxe prisão para empresários. Agora, a gente não tem o poder de prender. A gente solicita cancelamento do processo. Denunciamos, enviamos relatório para o Tribunal de Contas, enviamos relatório ao Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Polícia Federal e são eles que vão dar continuidade nesse processo, meus colegas. Aí o senador Romero Jucá ir para a rádio e colocar em xeque a nossa atuação na Assembleia Legislativa, eu também não posso aceitar. Eu respeito o senador Romero, mas isso eu não posso aceitar. O Senador Romero sabe como se faz política, ele deveria ensinar um pouco para a Teresa Jucá. A prefeita Teresa Jucá se sente imperadora de Roraima. Eu sempre votei na Teresa, sempre apoiei a Teresa Jucá, mas depois que entrei na política, não tem mais o meu voto. A Teresa não tem mais o meu voto. Ora, colegas, aquele meu projeto da microrregião, que trata sobre a Santa Cecília, para dar infraestrutura para Santa Cecília foi aprovado. Desde 2019, que eu venho tentando marcar uma reunião com a Teresa e não consigo. Por várias vezes a minha assessoria entrou em contato com a dela, aí ela pergunta de que se trata a reunião, e quando eu falo que é sobre o projeto da microrregião, do Cidade Santa Cecília, ela nunca teve um horário para me atender, para tratar de um projeto que beneficia a população. Como pode? Então, fica aqui a minha indignação. Política se faz com união, eu sempre falei. Eu estou na oposição do Governo desde que iniciou o meu mandato. Eu sempre falei que vai ser elogiado, quando tiver que ser elogiado. Como o governador me chamou agora aqui, para ir lá no bloco "E" do hospital. Tive lá com o governador, estive do lado dele acompanhando as obras que estão em andamento, que vão inaugurar em breve no HGR. Então, sempre falei para o governador e deixei bem claro que quando o governador acertar, eu vou ser o primeiro a elogiar e aplaudir o seu trabalho. Quando ele errar, eu sempre vou criticar. As pessoas ficam louquinhas: ah, mas você está criticando o governador e de manhã você estava lá com ele visitando a obra! Sim, fui para fiscalizar. Enquanto ele for governador e eu deputado, eu vou me encontrar com ele várias vezes. Eu não posso me furtar e fazer que nem a Teresa Jucá: porque eu não gosto do trabalho do Governo, votou em algo errado, eu não vou trabalhar com o governador porque ele quer inaugurar um hospital para beneficiar a população e eu não vou lá porque eu não gosto. Não, isso não é política. Se o governador me chamou para conversar, ele quer acertar, ele tirou as pessoas que estavam fazendo coisa errada em seu governo, chamou a Assembleia porque quer o apoio da Assembleia e vou dizer que não? Se eu fizer isso, eu estou sendo contra o povo de Roraima. Se eu me negar a trabalhar para a população do Estado de Roraima. Eu não posso dizer não ao governador se ele quiser inaugurar o hospital e precisar do apoio da Assembleia. Destinamos emenda de bancada de cinco milhões de reais para terminar o bloco "E", emendas de todos nós deputados. E como é que eu não vou com o governador fiscalizar essa obra? O governador já fez duas reuniões para tratar da Covid-19, chamou todos os prefeitos para poder dar o apoio e a Teresa Jucá foi a única que não participou da reunião, de nenhuma das duas reuniões. Cara, isso não é o momento de vaidade! Desce do palanque, desce do pedestal, aqui nós somos todos iguais, somos homens, somos seres humanos, somos mulheres. Desce daí, ninguém é melhor que ninguém. Vá lá no palácio, calça a sandália da humildade: governador, como é que é? Vamos combater a Covid-19? Agora não, se esconde, fica atrás do computador, só atacando, só atacando. O Governador teve a humildade, assim como o Presidente Jalser teve humildade de conversar e se unirem pelo bem de Roraima. Tem um Secretário de Saúde lá que era superintendente da Assembleia e eu acredito no trabalha dele, assim como acredito no trabalho do Olivan, que estava lá. Se o Marcelo Lopes não fizer um bom trabalho, a CPI vai entrar lá que nem entrou quando estava o outro secretário. Mas eu tenho certeza de que não vai precisar, porque eu confio e acredito no trabalho do senhor Marcelo Lopes. É um cara muito inteligente, ele sabe como conduzir a saúde pública. Eu estou apostando as fichas nele, e se ele errar eu vou ser o primeiro a ir lá. Então, esse momento é um momento de união. Senão, nós iremos ficar só aqui apontando o dedo um para o outro e a crise vai piorando, vai morrer gente e a gente vai continuar atrás de culpados e não vai sair dessa situação. Então, quero dizer aqui, Presidente Jalser, para finalizar minha fala, parabenizá-lo porque o senhor não tem vaidade política, não tem vaidade pessoal. O senhor tratou com o governador, nos reunimos com ele e não foi tratado nada de interesse pessoal a não ser o bem-estar de Roraima. Isso que o presidente do Ministério Público Estadual tinha que fazer, a prefeita Teresa Surita tem que fazer, todos os deputados federais têm que fazer. Nós precisamos esquecer de lados. Nós precisamos lembrar o juramento que nós fazemos toda vez que assumimos o mandato. Honrar o nosso mandato. Presidente, tem muitos políticos aqui que eu não concordo com a forma de trabalho, mas que eu respeito, que eu participo de reunião e escuto e eu debato política e essa humildade todos os políticos têm que ter, porque ninguém é melhor que ninguém. A Teresa tem que calçar a sandália da humildade e se juntar com o governador para tratar da Covid. Não existe lado A ou lado B. Ontem falei com o senador Mecias de Jesus, falei com ele por telefone. Falei com o senador Mecias de Jesus que esse é o momento de união: "é momento do senhor se unir com o Jalser Renier, se unir com o governador, com todo mundo, porque a Teresa não quer se unir com ninguém, o Romero não quer se unir com ninguém, porque quanto pior, melhor para eles. Eles estão só visando a eleição futura, visando o cargo de governo em 2022, visando o cargo de senador em 2022, e se vocês não se unirem aqui, vão engolir vocês todinhos". Quanto mais nos unirmos com o governo, com a Assembleia Legislativa vai ser melhor, porque para eles quanto mais gente morrer é melhor, para terem notícias na rádio deles, para terem notícias no jornal deles e diminuir a rejeição deles, porque eles têm muita rejeição. Parabéns, Presidente Jalser, porque deixaste toda a vaidade de lado e se uniu, chamou a todos nós deputados para participar disso, para nós tentarmos construir uma saúde melhor e um Roraima melhor. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Deputado Renato Silva e obrigado a todos os oradores. A inclusão do secretário Marcelo Lopes na Pasta da Saúde, obviamente que com o aval do próprio senhor governador, que entende que a saúde, realmente, precisa de alguém que realmente entenda de gestão, não que os outros não entendessem, mas alguém que realmente fale um pouco o linguajar dos médicos, dos profissionais da área de saúde, um crédito social na nossa população. Eu conversei pessoalmente com o Marcelo Lopes e pedi algumas questões, juntamente com o governador, que prontamente confirmou a conversa e considerou a conversa extremamente factível aos olhos da sociedade e também do seu governo, dando conta de algumas ações emergentes, como, por exemplo, o imediato fechamento da Cooperativa, porque hoje existem médicos que fazem cirurgias e recebem um valor X, da Cooperativa. Vamos assim imaginar: 1.900,00 um médico recebe para fazer uma determinada cirurgia. O outro médico, que também tem o CRM e que também está

apto para fazer a cirurgia, recebe 600,00 reais. Essa disparidade de valores que a Cooperativa faz tem que acabar. Então, uma das coisas, acabar com a Cooperativa. Segundo, falei com o General Barros ainda há pouco. O General Barros, em parceria com o governador Antônio Denarium, em parceria com o próprio comando da Secretaria de Saúde, disse que está prevista a inauguração imediata do Hospital de Campanha já para a semana que vem. Acredito, que na próxima segunda-feira, é um palpite que eu tenho porque o Exército brasileiro está trazendo, quarta-feira, agora, amanhã, um Hércules, que vai sair do aeroporto de Viracopos, lá em São Paulo, e virá para o Estado de Roraima lotado de EPI's. Para que os senhores tenham uma ideia, na sexta-feira, eu estava conversando com o Secretário de Saúde e com o Deputado Édio Lopes, que entrou em contato com o brigadeiro da aeronáutica, Brigadeiro Araújo, e deixou bem claro que vai disponibilizar um avião cargueiro para trazer todos os mantimentos que a saúde pública precisa para ser abastecida, agora, sexta ou sábado, um avião cargueiro fornecido pela aeronáutica. Nesse avião vão trazer medicamentos, material médico-hospitalar e os equipamentos necessários para a abertura do hospital de campanha. Terceiro ponto: o governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, está contratando mais quatro voos cargueiros para ficar fazendo transporte regular de todos os mantimentos, materiais e equipamentos que o estado precisar para atender à população. Diante desse cenário, vamos discutir também a questão das progressões apresentadas não só pelos profissionais da área de enfermagem, mas, também, pelos profissionais da área de saúde. Estamos convictos também de que o Hospital Coronel Mota deve reabrir o mais rápido possível para atender a baixa e a média complexidade, porque entendemos que isso é importante até para desobstruir as artérias do HGR. Outro ponto importante é que o Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde, na semana seguinte à abertura do Hospital de Campanha, que será inaugurado com 80 leitos de UTI, terá mais 170 leitos na semana subsequente, para que a população tenha a sua disposição 250 leitos, sendo 80 de UTI e 170 de leitos normais. O Governo do Estado está, também, através da Secretaria de Saúde, abrindo um caminho com hospitais particulares para preencher os leitos que necessitam para desobstruir os corredores do HGR, aqueles pacientes que estão ali, aqueles pacientes que estão nas cadeiras, aqueles pacientes que precisam de atendimento médico, independente da Covid-19 ou não, porque além da pandemia que estamos vivendo hoje, existem pacientes que precisam de imediata cirurgia ortopédica, de imediata atenção básica, de imediata atenção por parte da saúde e o secretário de saúde se prontificou a resolver isso. Além de tudo isso, está prevista para inauguração efetiva, a partir do mês de julho, mais 160 no bloco E do HGR. Isso são ações urgentes, além de mais 15 UTIs que serão instaladas no Hospital das Clínicas, que certamente haverá de ser refeito por uma nova gestão e por uma nova programação que a Secretaria de Saúde está colocando. Senhores, acredito que a saúde do Estado tende a melhorar, só depende de cada um de nós, desse momento que nós estamos vivendo, dessa união que nós estamos fazendo e desse caminho que nós estamos seguindo. Por essa razão é que eu quero parabenizar a ação eficaz do novo Secretário de Saúde e a atitude célere do governador do Estado e esse conjunto de ideias que temos aqui conectadas através da Assembleia Legislativa. Muito obrigado a todos os senhores e vamos agora para a Ordem do Dia. (Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental nº 017/2020, de veto total ao Projeto de Lei nº 023/20, de autoria do Deputado Jalser Renier, que "dispõe sobre a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços nas operações que especifica, e dá outras providências"; Mensagem Governamental nº 018/2020, de veto total ao Projeto de Lei nº 032/20, de autoria da Deputada Tayla Peres, que "garante abono de falta ao trabalho das servidoras e funcionárias públicas estaduais que tenham dependentes em creches e em frequência escolar até 10 (dez) anos de idade"; Projeto de Lei nº 068/2020, que "dispõe sobre a alteração na Lei nº 1.370, de 15 de janeiro de 2020, que dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2020-2023"; Projeto de Decreto Legislativo nº 005/20, que "reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, conforme solicitação do chefe do Poder Executivo do Município de Boa Vista, encaminhada por meio do Ofício nº 12812/20, de 14 de maio de 2020", de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2020, que "susta os efeitos do Decreto nº 28.781-E, de 12 de maio de 2020, que abre o orçamento fiscal e da seguridade social crédito suplementar por superávit financeiro em favor do Ministério Público do Estado de Roraima para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", de autoria de vários deputados; Requerimento nº 053/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 071/19 e alterada pela Resolução nº 050/19, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento por mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 06/06/2020"; Requerimento nº 054/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nª 002/20520, alterada pela Resolução nº 003/2020, requerendo prorrogação de prazo de funcionamento para funcionamento por igual período; Requerimento nº 055/2020, de 03/06/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 042/19, alterada pela Resolução nº 054/19, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 056/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 004/2020, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento; Requerimento nº 057/2020, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos da Resolução nº 041/18, alterada pela Resolução nº 044/19, requerendo prorrogação de prazo para seu funcionamento por 30 dias, a contar do dia 15/06/2020; Requerimento nº 060/2020, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos da Resolução nº 019/2019, requerendo prorrogação de prazo por igual para seu funcionamento; Moção de Pesar nº 044/2020, do Deputado Jalser Renier aos familiares do senhor Alcidino Vieira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 06 de maio de 2020, na cidade de Brasília-DF).

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto nº 017/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lida a Mensagem Governamental de Veto nº 017/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. A votação será nominal. Votando "sim", os senhores deputados mantêm o veto; votando "não", derrubam o veto.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** pede Justificativa de Voto. – Senhor Presidente, peço aos colegas que mantenham o veto.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Encerrada a votação. Dou por mantido o Veto Total ao Projeto de Lei nº 023/2020, por 10 votos favoráveis, 06 contrários e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental nº 018/2020 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lida a Mensagem Governamental nº 018/2020 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim", os senhores deputados mantêm o veto; votando "não", derrubam o veto.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** pede Justificativa de Voto. – Senhor Presidente, peço aos colegas deputados que mantenham o veto.

A Senhora Deputada **Tayla Peres** pede Justificativa de Voto. – Senhor Presidente, o senhor não me deixou defender meu projeto, mas voto pela derrubada do parecer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Encerrada a votação. Dou por mantido o Veto Total ao Projeto de Lei nº 032/20, por 15 votos favoráveis, 01 contrário e nenhuma abstenção.

Deputada Tayla, eu coloquei o Projeto em processo de votação e Vossa Excelência não se manifestou. Então, eu entendi que Vossa Excelência ..

A Senhora Deputada **Tayla Peres** pede Questão de Ordem. – Eu falei três vezes, Presidente, mas o senhor não me escutou.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quando já estava em votação. Aí, quando está em votação, eu não posso interromper porque a matéria já está pautada para votação. Tinha que ser quando a matéria estava para discussão. Por isso peço atenção dos senhores.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei nº 068/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei nº 068/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será nominal. Votando "sim", os senhores deputados aprovam o projeto; votando "não", rejeitam-no.

Eu faço uma consulta ao Plenário, entendo que é quase uma unanimidade entre os colegas. Eu consulto se todos concordam em fazermos votação simbólica. Aqueles que concordam permaneçam como estão e aqueles que discordam se manifestem. Como não há objeção de nenhum deputado, a matéria foi aprovada por unanimidade.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 005/2020, com sua emenda e o Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 005/20, com sua emenda e Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier -** Senhores deputados, me desculpem, mas, estou em uma discussão aqui com a equipe técnica sobre

esse Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Prefeitura, que pede 180 dias para que Boa Vista continue em estado de calamidade pública. No Estado, salvo engano, tivemos uma emenda de algum parlamentar, acho que foi do Deputado Jorge Everton, e, em conversa com a nossa assessoria técnica, esse Projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, o decreto de calamidade pública é válido por 180 dias. Todavia, nós apresentamos, no decreto de calamidade pública do Governo do Estado, salvo engano, uma emenda que justificava 90 dias de calamidade pública. Foi sua a emenda, Deputado Jorge Everton?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Sim, Senhor Presidente, foi minha a emenda ao projeto do governo, de 90 dias.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Então, consulto se o Plenário deseja fazer alguma emenda ao Projeto de Decreto Legislativo da Prefeitura, com relação à calamidade pública, que seja de 90 dias, nos moldes do Estado.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Senhor Presidente, eu apresento a emenda.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Emenda apresentada pelo Senhor Deputado Neto Loureiro. Essa emenda será modificativa ao parágrafo único do art. 1º. Só será modificado o termo de 180 para 90 dias. A matéria está em discussão.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós estamos votando com a emenda?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A senhora está discutindo o projeto?

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** pede Questão de Ordem. – Não, Presidente, eu não estou discutindo o projeto, é que, infelizmente, não são claras as informações. A emenda já foi votada e aprovada?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não, nós estamos votando primeiro a emenda apresentada pelo Deputado Neto Loureiro e, em ato contínuo, vamos votar o Projeto com a emenda. Consulto o Plenário se há alguém que queira discutir a emenda apresentada pelo Deputado Neto. Deputada Aurelina, estou vendo a senhora falar, mas não lhe ouço. Resolva o problema do seu áudio e me chame de novo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** para discutir a matéria. – Eu acho que está certa a emenda, até mesmo porque eu acreditava que a Lei que a gente aprovou no Estado, do estado de calamidade, teria que valer nos 15 municípios, já que é uma lei estadual. Então, não entendi por que esse Projeto aí, mas sou favorável.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Marcelo Cabral, alguma objeção?

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Não, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhores deputados, vamos agora para a votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Como não há objeção dos senhores deputados, a emenda modificativa apresentada pelo Deputado Neto Loureiro foi aprovada.

Vamos agora evoluir para a votação do Projeto de Decreto Legislativo com a emenda. Deputado Marcelo Cabral para encaminhar a votação.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** pede Justificativa de Voto. – Senhor Presidente, peço aos colegas que votem favorável ao projeto com a emenda.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Senhores deputados, alguma objeção quanto à orientação do líder do Governo sobre a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo com a emenda? Não. A matéria está em votação simbólica. Os deputados que concordam permaneçam como estão. Como não há nenhuma variação em relação ao voto dos senhores deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 005/20 está aprovado.

Deputada Aurelina, agora estou escutando Vossa Excelência.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem. – Não tem problema, Presidente, agora já passou. A estranheza que eu estava, como o Deputado Jorge Everton, é porque, em mais de 20 anos de Assembleia, nunca tinha visto a Assembleia ter que votar um projeto de calamidade pública da Prefeitura. Acreditava que todas as prefeituras aprovavam nas suas próprias Câmaras e não na Assembleia. Mas já passou e a gente vê depois.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Apesar da matéria ser preclusa, deputada, a Lei Complementar nº 101, exige que o projeto de decreto seja aprovado pela Assembleia e não pela Câmara e contempla também todos os municípios do estado, não só da capital como também do interior. Não só em Boa Vista, mas em todo o Estado de Roraima. Depois eu mando a Lei para a senhora.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu achei que o Governo do Estado fazia para todos os municípios, mas isso é novo para mim. Eu tenho a Lei, é a 101, eu vou olhar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2020 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2020 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra**– Senhor Presidente, gostaria de saber qual o parecer da Procuradoria?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O Projeto não teve parecer da Procuradoria, Deputada Catarina, somente o parecer da Comissão.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** –Senhor Presidente, gostaria, antes, de um esclarecimento. Ouvi muitos deputados mencionarem esse projeto desde o início desta Sessão e através do uso da Tribuna, enfim. Entretanto, em razão da importância dada a ele e da divulgação dessa matéria ter sido fornecida apenas em cima da hora da Sessão, lhe confesso que me gerou uma dúvida em razão da opinião apresentada pelos demais deputados. Foi citado muito do questionamento de uma abertura de crédito suplementar em um momento desnecessário, uma vez que não haveria necessidade da construção de um prédio para o Ministério Público em razão desse crédito poder ser usado para a saúde. Eu gostaria, se me pudesse ser esclarecido, onde está dizendo que esse crédito, essa suplementação de crédito que foi solicitada, que foi dada pelo governador através de decreto do Executivo, está dizendo que ele não pode ser aplicado pois vai ser remanejado para a saúde, porque essa informação não me foi repassada em nenhuma das matérias fornecidas. Então, com a informação que eu consegui, com o que eu consegui concluir e avaliar pelo pouco tempo que foi fornecido para nós, prejudica nossa votação, por isso peço que, sempre que possível, a matéria seja divulgada o quanto antes para que a gente possa manter com lisura e com real clareza as votações dos projetos aqui. Portanto, em razão do que eu absorvi, me esclareçam, se eu estiver errada, mas, conforme foi exposto por vários deputados aí, em que essa suplementação solicitada não seria cabível nesse momento, uma vez que poderia ser remanejada para a saúde, tendo ciência da PEC que aprovamos há uns 15 dias, que suspende que o Governo do Estado solicite crédito suplementar desde que seja destinado a saúde ou que o faça pela Assembleia para apreciar. Então, em momento algum do material que foi fornecido, por isso que perguntei qual era o parecer da Procuradoria para ver se lá haveria alguma fundamentação que dissesse que esse valor, que essa sustação hoje está sendo eficaz, está sendo com o objetivo de evitar algum gasto desnecessário podendo ser remanejado para a saúde, porque essa informação está obscura dentro do que foi falado, e, pela manifestação e pela confiança na fala dos demais deputados, eu confesso que fiquei confusa e gostaria desses esclarecimentos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Catarina, eu entendo o que a senhora falou, mas lhe confesso que não consegui entender o raciocínio de Vossa Excelência. Eu preciso que algum deputado me ajude no esclarecimento apresentado pela Deputada Catarina, pois não consegui entender. A senhora perguntou?

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – É sobre a sustação do efeito desse decreto, datado de 12 de maio de 2005. Nós o estamos sustando com o intuito de não fornecer, de congelar esse fundo do Ministério Público para que ele passe a ser utilizado pela saúde. É isso?

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não. Em verdade, eu tenho aqui um decreto que diz o seguinte: "Abre no orçamento fiscal e da seguridade social crédito suplementar com superávit financeiro em favor do órgão do Estado de Roraima para reforço de dotação constante na Lei Orçamentária vigente".

O que acontece com esse projeto? Quando chegar ao final do ano, esse dinheiro será devolvido aos cofres do Estado e o Estado poderá aplicar esses recursos diretamente na ação contra a Covid, uma vez que o dinheiro aplicado, o dinheiro do fundo, seja do Ministério Público, seja do Tribunal de Justiça, seja da Assembleia Legislativa, seja de qualquer outro ente, ele fica comprometido no final do ano caso haja um recurso extra dentro do seu próprio orçamento. Esse decreto está sustando esse ato e está devolvendo o recurso para o Estado fazer a utilização do dinheiro no tocante a questão humanitária da saúde ou qualquer outra coisa que especifique.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Presidente, seguindo a sua leitura aí, no mesmo decreto, o artigo segundo, ele trata do superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício de 2019. Então, não se trata do exercício financeiro de 2020, no qual o senhor acabou de mencionar.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Exatamente. Por isso que o recurso é do fundo, a equipe técnica acabou de me informar.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Então, esse valor já consta no fundo uma vez que foi saldo do superávit do ano de 2019. A gente não está falando do exercício de 2020.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Catarina, o Judiciário, recentemente, deu até o exemplo para todo mundo. Abriu mão de quatro milhões e meio do fundo que eles tinham, encaminhando o recurso direto para o Governo. O que os deputados estão fazendo dentro desse decreto é internalizando que esse recurso possa ser voltado para o Governo, para ser aplicado na questão da Covid. Se o Ministério Público entender que a matéria pode sofrer um ataque judicial, eles vão agravar como eles agravaram da ADI, ou seja, a única instituição que agravou daquela PEC que nós aprovamos, que proíbe remanejamento orçamentário para qualquer ente, para qualquer instituição oriunda de duodécimo. O único Poder que se manifestou através de uma ADI, que está hoje com o Desembargador Malett para decidir, já para ouvir a Assembleia nos próximos cinco dias, foi o Ministério Público. Então, no alcance da fala do Deputado Jorge Everton, ele fez e exemplificou algo muito lógico, porque, diante de uma pandemia, construir uma sede com um valor aproximado de 20 milhões de reais, mais 17 milhões para aparelhamento, totalizando 37 milhões, a senhora há de convir comigo que não é o momento certo de se construir sede sabendo que eles já têm uma sede própria. Então, essa foi a afirmação apresentada pelo Deputado Jorge Everton, defendida pelo Deputado Renan, pelo Deputado Evangelista, apresentada também pelo Deputado Renato e que teve a anuência da Deputada Betânia, quando se manifestou diante dos assuntos que estão sendo abordados agora como esse decreto legislativo. Continuando a discussão da matéria.

A Senhora Deputada **Catarina** – É louvável a ação do Ministério Público, mesmo que concedida através de uma versão do STF, que determinou que o valor destinado ao fundo fosse repassado ao Executivo, contando que o TJ ....

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não foi o Ministério Público que fez. Quem fez foi o Tribunal de Justiça e a PROGE

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Exatamente, por eles possuírem dois fundos. Existe um fundo que não foi utilizado, fundo esse com a mesma origem que estamos falando do Ministério Público. Não está se tratando, se questionando se o momento é de construção de imóvel ou se esse momento é para ser gasto na saúde. Acontece que na fala de todos os deputados que você mencionou, quando se trata de saúde é inadmissível e inquestionável qualquer ação, entretanto, foi mencionado por várias vezes que esse valor desse fundo seria aplicado na saúde. É esse o meu questionamento que, de certa forma, não ficou claro. Em momento algum foi falado, quando houver um saldo de superávit ...

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputada Catarina, ele não faz isso porque o dinheiro fica em um fundo só. Então, você não pode elencar os recursos uma vez que a determinação vai ser do próprio Executivo. Então eu acredito que o governador internalize como favorável que esse recurso tem que ir para a saúde. Agora, deixa eu entender o que a senhora está falando.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – O Governador vai querer que vá para a saúde. Em momento algum esse valor está destinado a ser completamente utilizado na saúde. Essa informação não está clara.

O Senhor Deputado **Renato Silva** – Mas ninguém falou isso. Ninguém falou isso. Eu citei isso, na questão da saúde, por que eu lembrei do ato que o Desembargador Mozarildo fez, de fazer uma doação do TJ, do dinheiro do fundo para a saúde. Se fosse para pedir que aprovasse um crédito suplementar para a construção de um prédio, por que eles não pedem um crédito suplementar para ajudar na saúde pública? O que foi questionado foi isso, que o momento é inadequado, mas eu não disse e nem meus colegas falaram que o dinheiro, a gente aprovando isso aqui, que o dinheiro iria direto para a saúde. Não ouvi ninguém falar isso. Eu também não falei isso.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** para discutir a matéria. – Por isso o meu questionamento, Deputado Renato. Porque foi falado sim que em um momento desses, a gente podendo destinar vários recursos para a saúde, que garantia que a gente vai ter que esse dinheiro vai chegar à saúde? É esse o meu questionamento. Não tenho objeção alguma de ser destinado à saúde. Se pudesse, destinava-o hoje. Mas, se tratando do superávit do exercício financeiro do balanço de 2020 e a gente não tem garantias de que esse dinheiro vai chegar à saúde. Não tenho objeção alguma de que ele seja para a saúde.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – A senhora então manifesta-se que o dinheiro continue de posse do Ministério Público e não que o Governo faça uso do dinheiro? É isso? Qual é a posição de Vossa Excelência para a pergunta que eu lhe fiz?

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Eu lhe confesso que eu ainda não consigo ser clara na resposta. O senhor não me esclareceu.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu entendi a dúvida da Deputada Catarina. Se eu não conseguir me explicar corretamente quero esclarecer que quando eu afirmo que o momento é inadequado, pois estamos vivendo uma pandemia onde é necessária uma maior atenção à nossa sociedade, precisamos comprar insumos, precisamos reativar as cirurgias que estão paradas, nós precisamos adiantar a reforma do HGR, nós precisamos finalizar, na verdade. Precisamos unir esforços nesta questão da saúde. O dinheiro, na minha visão, não só do fundo do Ministério Público, mas de todos os fundos que existem, quando se utiliza o dinheiro do orçamento. O orçamento é da Assembleia? É da Assembleia. Se ela precisa de um X valor durante o ano e ela não gastou esse valor do orçamento, a Lei determina que esse recurso volte para o Executivo. Existe uma prática corriqueira que o Ministro Marco Aurélio considera inconstitucional, de se pegar esse recurso que não se utilizou no orçamento, se jogar em um fundo para guardar e utilizar da forma que quiser, como está sendo feito agora para a construção de um prédio em um momento de pandemia. Se vai utilizar na saúde, na educação, na segurança pública nós temos que definir, mas, esse recurso, nesse momento, ser utilizado para a construir um prédio público, não é aceitável, quando temos pessoas nos corredores, em cadeiras plásticas, nas macas, no chão, sem espaço, morrendo nos corredores do HGR. Então, eu acho que é inoportuno. Entendo que nós temos sim que cancelar, aprovar esse decreto legislativo e cancelar o uso desse dinheiro nesse momento para a construção de prédio do Ministério Público. É essa a minha opinião.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Então, o que se está discutindo, na verdade, aqui, é que agora nós temos pessoas, vidas, sendo infectadas a todo momento pelo coronavírus. É um luxo nesse momento construir um prédio, podendo resgatar vidas. Sabemos da necessidade da saúde, não é surpresa para nenhum parlamentar independente, de ser de base ou não. Sabemos qual é a situação do Estado de Roraima hoje com relação à saúde. A Deputada Aurelina foi muito feliz em sua fala quando disse que parece até que fomos esquecidos. Então, destinar 37 milhões de reais para construir agora um prédio que não vai ter nem quem cuide desse prédio, porque quando passar essa pandemia ninguém sabe quem vai sobreviver, quando passar essa pandemia vai ser preciso contar os vivos para saber quem, de fato, morreu. Eu quero fazer uma pergunta à Deputada Catarina, se ela está do lado do povo ou do lado do Ministério Público? Gente, não se aguenta mais. É lamentável a situação que a gente tem vivido no HGR, estamos todos batalhando para que o hospital de campanha venha a funcionar, em uma batalha só para resgatar vidas, pois não aguentamos mais enterrar o nosso povo, os nossos mortos. Que construção de prédio! Ninguém vive de prédio construído não, isso aí em outro momento a gente vê, verifica como é que fica. Agora, a prioridade é salvar vidas e tirar o nosso povo da situação em que se encontram. Toda hora morre gente, não temos medicamentos e isso não é novidade para ninguém. Nós não temos cloroquina, não temos azitromicina, principalmente, nós não temos o cuidado do básico. A Prefeitura de Boa Vista não está fazendo o básico, o que acaba superlotando o HGR. Esse dinheiro tem que vir sim, tem que voltar para o fundo e tem que ir para a saúde, que é o setor mais vulnerável deste Estado neste momento. Uma vida não tem preço, Senhor Presidente. O que nós temos que fazer é isso. Deputada Catarina, responda: a senhora está do lado do Ministério Público, da construção de mais um prédio para servir de elefante branco ou da população deste Estado que está morrendo por falta de atendimento?

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Da população, deputada, da população.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Um momento, gente, não vamos polemizar. Deputada Betânia, termine sua fala.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Presidente, a questão aqui é a seguinte, é prioridade, depois se constrói uma, duas sedes, quantas forem necessárias, mas o momento é de calamidade pública, o momento é de dar assistência ao povo. Dou um exemplo a vocês da Igreja Evangélica aqui do Estado de Roraima, tem crente dentro? Tem membro dentro? Para que prédio? Prédio não, vidas. Vidas de um povo que está morrendo desassistido. Era só isso, Presidente.

O Senhor Deputado **Renato Silva**– Presidente, acho que temos que debater sem ofender ninguém, respeitando todos aqui. Acho que o senhor poderia colocar em votação e quem quiser votar a favor vota e quem quiser votar contra vota. Já são seis e meia da tarde e esse é o último projeto da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Renato, o Projeto está em discussão, eu não posso encerrar a discussão. Se os deputados quiserem que eu encerre a discussão, para mim, não há nenhum problema. Deputada Yonny, pode falar.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Senhores deputados, é estranha algumas ações de alguns nobres parlamentares porque, até semanas atrás, falavam que a questão da pandemia era algo fraco, algo que não era para dar importância, principalmente quando entramos com a questão da intervenção federal e hoje nós vemos esse aparato do Governo Federal

encaminhando toda a questão de estrutura e de insumo para o Estado através de hospitais conveniados para que, graças a Deus, seja aberto o Hospital de Campanha. O que muito me estranha é a Deputada Catarina, que não sabe de que lado ela está, se é do povo, se é do Governo, se é do Ministério Público, porque ela, principalmente sendo da Comissão de Direitos Humanos, era para estar defendendo o povo, Deputada Catarina. A senhora sempre se manifesta ao contrário quando é algo para beneficiar, principalmente agora que estamos tentando construir laços, construir pontes para que possamos ajudar o povo de Roraima que está morrendo. O povo está morrendo nos hospitais. Muito me estranha essas suas ponderações quanto ao assunto debatido. Muito me estranha saber que um parlamentar, quando estamos falando de salvar vidas, prioriza verba que já foi aprovada nesta Casa sobre essa questão de remanejamento nesse período de pandemia; falar em construção de prédios enquanto estamos em um momento de união, de salvar vidas, de prosperar e de que realmente esse dinheiro, como bem eu também entrei com requerimento solicitando que o dinheiro da FEMARH, que estava na questão da partição do Estado, fosse gasto e fosse empregado na saúde, que eu acredito que hoje é o nosso calcanhar de Aquiles aqui no Estado. Não adianta a gente só bater, só falar e não mostrar uma solução e sabemos que essa solução hoje no Estado é através da questão financeira. Então, quero aqui só deixar essa minha manifestação porque realmente é muito estranho o posicionamento de Vossa Excelência quanto ao que está sendo debatido.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Deputada Yonny. Eu queria que a gente respeitasse. Cada um aqui tem o direito literal de respeitar o pronunciamento do colega. Não interessa se o pronunciamento dele não agrada a todos. Nós temos que entender que nós somos uma democracia. O colega não pode ser desrespeitado porque ele tem uma opinião divergente. Então, eu queria, que dentro desse trabalho e dessa Sessão, a gente se mantivesse à questão do decreto e não da questão da posição A ou posição B do deputado. Não é essa a nossa intenção. Eu comungo da filosofia que eu queria que vocês discutissem dentro de um equilíbrio, com respeito aos colegas. A opinião apresentada pelos deputados tem que ser respeitada, a opinião da Deputada Catarina tem que ser respeitada, a opinião da Deputada Yonny tem que ser respeitada, a opinião de muitos outros, mas dentro de um equilíbrio que não deixe a nossa Sessão transcorrer de uma maneira pouco democrática. Então, Deputada Aurelina, fala a senhora, agora, por favor.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado Jalser, eu acho que você disse exatamente o que eu ia dizer. Opinião, cada pessoa tem a sua. Há poucos dias eu fui alvo de críticas nas redes sociais e na rádio porque eu disse que não era caso de intervenção federal e votei contra um requerimento. Isso me custou críticas terríveis nas redes sociais, rádio, televisão, depoimentos, quando eu falei com base no artigo 34 da Constituição Federal, dizendo assim: a Constituição Federal, no caso do que estava sendo feito o pedido naquele momento, não caberia intervenção no Estado de Roraima, porque eu estou há 24 anos na Assembleia e tenho a obrigação de saber quando é que uma intervenção federal cabe. Eu fui criticada, foi um terror. Você está de parabéns. Tem que respeitar a opinião de outros, sim. Cada um procure depois, se quiser, estude, veja. Do mesmo jeito, na semana passada, nós fomos alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, onde ele diz assim: "orçamento é competência exclusiva da União". Nós tivemos reduzido o valor de nossas emendas que foram aprovadas à nossa Constituição do Estado. Então, eu queria pedir, deputado, eu não sei se posso ainda, eu não estou muito por dentro no assunto de hoje, mas, se eu puder pedir vistas aí para analisar melhor essa questão, eu gostaria de pedir.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Continua em discussão a matéria. Deputada Lenir com a palavra.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, eu quero pedir desculpas porque, porque onde eu estou faltou energia, mas eu não poderia deixar de falar sobre a importância desse decreto legislativo. Eu já votei aumento de orçamento para o Ministério Público na outra legislatura. Creio que Ministério Público é uma instituição importantíssima para a nossa sociedade, mas o momento é de excepcionalidade. Eu concordo que tenha vista, a urgência é tão grande que nós temos que ver imediatamente esse decreto para que a gente possa ter recurso e empregar na saúde. Realmente o Hospital Geral não tem leito, têm pessoas que estão ficando em cadeiras. Então, precisamos de mais recursos para o Estado empregar na saúde. Em outra oportunidade, nós vamos agraciar o Ministério Público com o outro prédio, que não é urgência; urgência é tratarmos da saúde. Está de parabéns o Tribunal de Justiça pela sensibilidade de devolver recursos e ajudar o Poder Executivo. Então, eu já parabenizo as pessoas que defenderam esse decreto legislativo, como vi os nomes do Deputado Renato Silva, Deputado Jorge Everton, Deputado Evangelista e todos os demais que defenderam de forma imediata esse decreto. Sou favorável que a gente vote agora, de forma imediata.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Deputada Lenir. Vamos encerrar a discussão. Não havendo mais deputado que queira discutir, nós vamos encerrar a discussão.

Deputada Aurelina, não cabe pedido de vistas quando a matéria já estiver em discussão. Então, o pedido de vistas de Vossa Excelência foi precluso. Então vamos encaminhar para a votação. A votação será nominal. Votando "sim", os senhores deputados aprovarão o projeto; votando "não", o rejeitam.

Lembrando que os senhores terão até um minuto para, querendo, justificar seus votos.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** pede Justificativa de Voto. – Eu voto sim, Senhor Presidente. Eu gostaria de justificar o meu voto. Meu questionamento foi para garantir o conhecimento adequado em uma votação, com coesão, confirmação. Acreditando que não foi mencionado e acreditando na boa política do Estado de poder aplicar esses recursos de superávit sobrados na saúde, na educação e na segurança, como bem mencionou o Deputado Jorge Everton, então eu voto sim, nesse sentindo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a chamada dos senhores deputados para a votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** procede à chamada. – Senhor Presidente, a matéria recebeu 14 votos sim, 01 voto não e 01 abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Por 14 votos sim, 01 voto não e 01 abstenção, dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 53/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 53/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 54/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 54/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 55/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 55/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 56/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 56/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 57/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 57/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 60/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o Requerimento nº 60/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar nº 64/2020.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido da Moção de Pesar nº 64/2020).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado

Senhores deputados, temos em mesa a Resolução nº 020/2020, que "altera a Resolução nº 003/19, que designa a composição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para o biênio 2019-2020, de autoria da Mesa Diretora, nomeando o Deputado Eder Lourinho para compor a CPI da Saúde, em razão da saída do Deputado Soldado Sampaio; para tratar da inclusão em comissões do nome do Deputado Marlon da Miragem, temos a Resolução nº 021/2020, que "designa parlamentar para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 041/2020 e alterada pela Resolução nº 044/2020 para investigar possíveis irregularidades existentes em contratos licitatórios, no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde – SESAU"; e da Resolução nº 022/2020, que "designa parlamentar para compor as Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no ano de 2020".

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Presidente, só para eu informar aos colegas que entrei em contato com a delegada especializada referente à denúncia feita pelo Deputado Renan. Entrei em contato com o Delegado-Geral da Polícia Civil, Everton. Realmente, o crime em tela corre em segredo de Justiça. A delegada disse que está à disposição caso os deputados queiram conversar com ela, que ela pode ir até a Assembleia, que seria uma honra para ela ir até a Assembleia, mas sobre o crime, ela não vai poder falar, porque está sob segredo de justiça. Então, ela incorre em algum crime. Ela me explicou que está sim em apuração o fato narrado, que a investigação desse tipo de crime requer uma apuração mais delicada, precisa de provas robustas e ela está fazendo isso, está trabalhando e buscando disso. Está à disposição. Eu me comprometi em buscar informação e eu estou trazendo imediatamente para que os colegas tenham conhecimento.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Senhor Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de salientar e solicitar que a matéria fosse apresentada com um pouco mais de clareza e de tempo, para que possamos ter, realmente, uma boa produtividade nas votações. O meu questionamento apresentado foi para sanar dúvidas. Não sou sabedora de todas as informações e jamais me omitirei em perguntar por vergonha, quando quiser saber se a informação é correta ou não. O meu papel é votar, é discordar, estamos no parlamento justamente para isso. Então, assim, quanto mais tempo hábil a gente puder ter para apreciar as matérias, tenho certeza que a qualidade da votação será outra. Então, fica esclarecido que eu gostaria que estivéssemos um pouquinho mais de tempo para que recebêssemos o material e tivéssemos uma boa produtividade nas votações, em razão de serem matérias diversas e diferentes. Que teremos sempre que respeitar a opinião do outro. Seguindo o seu conselho mencionado no sentido de que não devemos ultrapassar o limite do respeito, mas para não deixar minhas colegas, Deputada Yonny e Deputada Betânia, sem resposta, eu gostaria de dizer: sim, eu sou povo de Roraima, sou população e eu sou base. Minha definição de Estado é definida, minha postura é única e uma só. Então, para não deixá-las sem respostas, por isso eu vim mencioná-las nas minhas explicações pessoais, porque o meu lado é definido e a minha defesa é correta, independente de estar certo ou estar errado. Minha sinceridade sempre vai conhecer. Não se preocupem com o meu posicionamento, sigam cada uma com o seu trabalho. Acredito que a união sim vai fortalecer o nosso Estado, mas, munida desse tipo de pensamento, infelizmente não será possível. Eu me coloco à disposição para sanar qualquer dúvida em relação à minha pessoa, ao meu trabalho, não me furtarei em responder. Só isso mesmo, Presidente. Obrigada!

A Senhora Deputada **Tayla Peres** – Eu quero dar boa noite a todos. Quero começar parabenizando a Deputada Catarina Guerra. Não se sinta atacada, o seu discurso foi grandioso. Tenho conhecimento da grande deputada que você é. Parabéns! Coisa ruim é votar em um projeto que não estamos entendendo, que tenhamos dúvidas, então, você está muito certa em ter pedido vista. Eu acho que na hora da sua discussão você não soube se expressar direito, você estava querendo explicações e, na verdade, você estava querendo vistas, mas desde já, quero lhe parabenizar e dizer que você é uma grande deputada e faz muito dentro desta Casa.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Só um minuto, Deputada Tayla. Em nenhum momento a Deputada Catarina pediu vista a essa matéria. Só para que a senhora se oriente.

A Senhora Deputada **Tayla Peres –** O que eu falei, Presidente, não foi que ela pediu vista, foi que ela não soube falar direito e que, na verdade, ela estava pedindo vista, mas que ela não falou isso. Por isso que eu falei. Eu quero também trazer hoje aqui um assunto sobre a Covid, que está sendo muito debatido, mas que eu não ouço falar sobre o impacto que dá psicologicamente na cabeça das pessoas. Eu estou com Covid agora e, assim, isso impacta o nosso psicológico. Muita gente vê na TV e nos meios de comunicação notícias ruins sobre a Covid. Sabemos que é um vírus ruim, que ninguém conhece, é um vírus novo, que temos que ter cuidado. Vou fazer um apelo para todos os deputados, para que possamos usar nossas redes sociais para dar mais tranquilidade para a população, porque não está tendo atendimento psicológico, não está tendo atendimento psiquiátrico. Então, que possamos usar nossas redes sociais também para estar amenizando essa dor, para estar dando tranquilidade para a população que, muitas vezes, está com esse vírus e, por não saber para onde recorrer, ficam desesperados, ficam pensando que vão morrer. Então, que todos nós possamos usar os nossos meios de comunicação para isso também, para dar esse apoio, essa primeira palavra às pessoas que estão com a Covid, que, quando descobrem, precisam, no primeiro momento. E, também desejar as boas-vindas ao novo deputado que está aí com a gente, dizer para ele se sentir abraçado e que pode contar comigo nesta Casa. Obrigada, Presidente! Era só isso.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros –** Eu só quero deixar bem claro, Deputada Catarina, que eu me preocupo sim com o seu posicionamento assim como me preocupo também com o posicionamento dos demais colegas e o que eu estava falando era justamente sobre a necessidade de todos nós parlamentares voltarmos a nossa missão para socorrer as vidas, as pessoas. Então, era isso que eu estava defendendo e pelo povo, eu vou sempre defender. Eu não tenho nada pessoal com a nobre deputada. A questão que estava em dúvida e que eu estava me referindo era, justamente, para todos nós parlamentares voltarmos a nossa visão para a pandemia, para o momento crítico que nós estamos atravessando. Só era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Renan Filho –** Eu só queria parabenizar o Deputado Jorge Everton pela atenção e, mais uma vez, dizer que isso não é nada político, não é nada pessoal. Quem me conhece sabe que eu não tenho postura para ficar atacando ninguém, denegrindo ninguém, pelo contrário, eu sou uma pessoa que procura apaziguar o clima quando está exaltado. Uma vez ou outra a gente não consegue manter essa rotina, porque isso me causou um certo incômodo por ser uma pessoa próxima a mim. Independente da pessoa que seja, de quem seja, eu acho que quem comete um ato absurdo como esse tem que ser penalizado. Integrando a fala do Deputado Jorge Everton, ao dizer que não tem muito a averiguar, não, tem o depoimento da pessoa. Eu não quero fazer o papel da delegada, mas ela tem que ouvir, chamar os envolvidos, inclusive, um dele é, infelizmente, avô da vítima. Só tem uma pessoa que é vítima nessa história, a criança. Então, obrigado, Presidente, obrigado às mulheres desta Casa, por defenderem os interesses dessa criança. Não vamos deixar o crime que aconteceu com aquela criança, que foi violentada por três menores de idade, fique impune. As pessoas estão assistindo aquele vídeo, muitos doentes, para se beneficiarem como forma de prazer e isso está errado, que a Comissão divulgue. A gente não pode banalizar o crime com conotação sexual, principalmente com criança. Então, Presidente Jalser, muito obrigado. Marlon, mais uma vez seja bem-vindo, um grande abraço e fiquem com Deus.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, eu quero dar as boas-vindas ao Deputado Marlon da Mirage, desejar que ele se sinta bem entre nós. Nós estamos à sua disposição para auxiliá-lo, dar às mãos a Vossa Excelência. Seja bem-vindo a esta Assembleia Legislativa. Senhor Presidente, quero falar sobre o fato colocado nas redes sociais sobre a aproximação do grupo da maioria, liderado pelo eminente Deputado Coronel Chagas e outros deputados, de que nós não estarmos no enfrentamento com o Poder Executivo e termos essa aproximação com o governador. Eu acho que a Assembleia acertou. É hora de respeitar a independência dos poderes, a autonomia dos poderes, hora de darmos as mãos, de estarmos lado a lado para salvarmos as vidas. Não é hora de desavenças, é hora de paz. Nós não sabemos nem quem vai escapar da pandemia. Então, Vossa Excelência, como liderança, está de parabéns. Sei que se eu tivesse perguntado, Vossa Excelência não iria querer que eu tocasse nesse assunto, parece que ninguém tem coragem de falar, mas eu tenho. Achei acertado dar às mãos ao governador, buscar entendimento e eu tenho certeza que o papel da Assembleia é esse, é fazer com que a sociedade entenda que nós fiscalizamos sim, mas também devemos dar as mãos aos poderes para que juntos possamos enfrentar a pandemia e salvar a vida das pessoas. Eu ia falar hoje, me inscrevi, mas, infelizmente, falou energia aqui e não pude. Parabéns a todos os articuladores desse pacto de paz em prol da sociedade de Roraima.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente, quero também parabenizar Vossa Excelência pela sensibilidade que teve de fazer essa união e parceria com o Governo do Estado para salvar vidas. A Assembleia tem sim como ajudar muito o Governo, dar governabilidade

ao Estado. Agradeço e, em nome de todos os colegas, parabenizo Vossa Excelência por essa sensibilidade de nós estarmos juntos, unidos, em um só objetivo, que é ajudar o Estado de Roraima a sair dessa dificuldade. Parabenizar aqui o Marlon, dar as boas-vindas a você, Marlon. Na Assembleia Legislativa, tenho certeza que você vai ser um guerreiro que vai contribuir muito conosco e vai contribuir com o Estado de Roraima, com esta Casa, que é a casa das discussões saudáveis para o engrandecimento do Estado de Roraima. Para encerrar, Presidente, quero fazer um pedido a Vossa Excelência. Eu tenho duas Moções de Pesar e, na próxima Sessão, eu gostaria que Vossa Excelência as colocasse na pauta para serem lidas. Uma é do cunhado do Senador Mecias e outra é do nosso saudoso advogado, o Doutor Alcir da Rocha. Gostaria, também, de lembrar a Vossa Excelência, e fazer das palavras da Catarina as minhas, e pedir a Vossa Excelência que os projetos a serem votados na Ordem do Dia, que fossem enviados, com antecedência, para termos conhecimento e ficarmos aptos a votar. Obrigado, Presidente! Obrigado a todos! Boa noite!

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Quero comunicar aos deputados estaduais que o Doutor Júnior Vieira está assumindo a Superintendência Geral da Assembleia Legislativa. Portanto, a partir de agora, o Doutor Júnior é o Superintendente Geral desta Casa. Qualquer dúvida que um deputado tenha, pode se dirigir ao próprio Doutor Júnior.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para dar as boas-vindas ao Deputado Marlon, desejar sucesso nessa nova caminhada. Tenho certeza que veio motivado com muitos projetos e ideias. Dizer que pode contar com o Deputado Chagas, pode contar com o PRTB aqui na Assembleia Legislativa. Também, Presidente, requerer de Vossa Excelência que seja incluído na Ordem do Dia da próxima Sessão da Assembleia o nosso projeto de lei que reduz a mensalidade de escolas particulares. Há um entendimento já, diversos deputados se posicionaram nesse sentido, é um projeto de autoria minha, do Deputado Jorge Everton e do Deputado Jeferson. As restrições que tinham já foram sanadas nesse ponto. Então, eu solicito a Vossa Excelência a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão. É um projeto que já está aguardando há dois meses a deliberação em Plenário. Era isso, e desejar a todos um bom final de tarde e que possamos nos encontrar em breve.

O Senhor Deputado **Marlon da Mirage** – Queria aproveitar mais uma vez e agradecer a todos que se manifestaram. Obrigado, Coronel Chagas, o senhor sabe que eu tenho uma admiração pelo seu trabalho, pelo jeito como conduz a sua vida. Obrigada, Lenir, Tayla Peres e também a Catarina que não se manifestou, mas você sabe que minha família tem um carinho especial por você, temos muita admiração.

Eu queria aqui confessar para vocês que eu estou muito surpreso. Estava curioso e ansioso para esta primeira Sessão. Eu tinha uma outra visão de como era a nossa Assembleia, e estou muito satisfeito com o comprometimento de todos, com a experiência da Deputada Aurelina, do nosso Presidente também. Obrigado pela oportunidade. Daqui para frente a gente vai se inteirar mais ao trabalho, vai se inteirar um pouco mais das comissões. Obrigado por tudo, de coração, pela ajuda que todos têm me dado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier –** Obrigado, Deputado Marlon, que Deus abençoe seu trabalho e sua missão. E, não havendo mais nada a tratar, às dezenove horas, dou por encerrada a Sessão.

Participaram da Sessão Remota os senhores deputados e as senhoras deputadas: **Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalser Renier, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Marlon da Mirage, Neto Loureiro, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva, Tayla Peres** e **Yonny Pedroso**.

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 028/2019

Em: 15/07/2020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. º 001/2020

Convoco os Senhores Parlamentares, Membros desta Comissão: **Gabriel Picanço**, Vice-Presidente; **Lenir Rodrigues,** Relatora**, Nilton SINDPOL** e **Marlon da Mirage,** Membros**,** para reunião **extraordinária** desta Comissão, no dia 21 de julho de 2020, terça-feira, às 10h, No Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, deste Poder, para deliberar o parecer da Senhora Relatora.

Dep. Coronel Chagas
Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
***PROCESSO Nº:* 112/2018**
ACORDO Nº: **055/2020**
OBJETO: **O PRESENTE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TEM POR OBJETIVO A CONCESSÃO DE DESCONTOS NOS SERVIÇOS OFERTADOS PELO DEPARTAMENTO REGIONAL DO SESI/RR, NAS UNIDADES DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E LAZER, BEM COMO OS SERVIÇOS OFERTADOS NO CENTRO DE ATIVIDADES DO TRABALHADOR (CAT) WALDIR PECCINI, COM A CONCESSÃO DE DESCONTOS CONFORME TABELA DEFINIDA PELO COOPERANTE CONCEDENTE.**
PARTÍCIPES:
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - ALE/RR
CNPJ: 34.808.220/0001-68
- SERVIÇO SOCIAL DA INSDÚSTRIA – SESI/RR
CNPJ: 03.786.915/0001-62
DATA DA ASSINATURA: **06/07/2020**
VIGÊNCIA: **06/07/2020 a 06/07/2021**
PELA ALE/RR: **ALCIDINO VIEIRA JUNIOR – Superintendente Geral**
PELO SESI/RR: **ALMECIR DE FREITAS CÂMARA – Superintendente do SESI/RR**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº: **009/2018**
PROCESSO Nº: **695/2017**
OBJETO: **PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES.**
CONTRATANTE: **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**
CNPJ: **34.808.220/0001-68**
CONTRATADA: **INSTITUTO AMAZÔNIA**
CNPJ: **05.158.585/0001-96**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01.101.01.031.0001.2011/33.90.39-101**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores**
DATA DA ASSINATURA: **15/07/2020**
VIGÊNCIA: **17/07/2020 ATÉ 17/07/2021**
PELA CONTRATANTE: **ALCIDINO VIEIRA JUNIOR**
PELA CONTRATADA: **PAULO HENRIQUE DE CASTRO**

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 3521/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar TATIANA CRISTINA SALES DA SILVA, Matrícula 23747, CPF: 753.608.532-04, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo IV CAA-8**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº3522/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD

e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar VICENTE DE PAULA NUNES DE SOUSA, Matrícula 13862, CPF: 576.304.452-53, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo III CAA-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3523/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WANDERLAN MOURA DE SOUZA, Matrícula 224007, CPF: 998.626.462-68, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo I CAL-4**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3524/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NONATO DA SILVA SANTANA, CPF: 358.646.134-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3525/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PEDRO HENRIQUE RODRIGUES LIMA, CPF: 010.202.052-37, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3526/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAFAELLA SALVADOR DOS SANTOS, CPF: 017.732.852-54, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3527/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SILVIANY GUIMARAES DA SILVA, CPF: 686.965.232-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretaria Parlamentar FS-8**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3528/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear SOLANGE DO NASCIMENTO DA SILVA, CPF: 064.180.293-56, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-9**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3529/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear TAYMENNE MELLANY FERRO MACIEL, CPF: 012.041402-35, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-6**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3530/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear THAIS CRISTINA GARCIA DE OLIVEIRA, CPF: 763.734.602-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-5**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada

no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3531/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VIVALDO FERREIRA RODRIGUES JUNIOR, CPF: 016.491.232-05, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-9**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016..

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2020.

Boa vista - RR,15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3532/2020-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANDRE LINCOLN SANTOS BRITO, matrícula 22005, CPF: 828.884.002-78, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear ANDRE LINCOLN SANTOS BRITO, matrícula 22005, CPF: 828.884.002-78, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos retroativos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3533 /2020-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar IEDA ANDRADE DE BRITO, matrícula 23760, CPF: 382.899.542-04, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo V CAL-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear IEDA ANDRADE DE BRITO, matrícula 23760, CPF: 382.899.542-04, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo IV CAA-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos retroativos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3534 /2020-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROBERTO DOS SANTOS LIMA, matrícula 22002, CPF: 839.861.202-97, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo IV CAA-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear ROBERTO DOS SANTOS LIMA, matrícula 22002, CPF: 839.861.202-97, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo V CAL-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos retroativos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3535/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADRIANA RODRIGUES DA SILVA, CPF: 129.263.626-25, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo I CAL-4**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3536/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AMANDA LUISA DE SOUZA SILVEIRA, CPF: 791.279.832-34, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo Especial I CAL-1**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3537/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AMANDA LUISA MOTTI DE OLIVEIRA ELIAS, CPF: 152.098.566-58, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo III CAA-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3538/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDREIA CAVALCANTE LIMA, CPF: 667.707.502-87, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial II CAA-2**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 16 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3539/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANGELA LUCIO BARBOSA, CPF: 526.125.892-87, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo VI CAA-10**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de julho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3540/2020-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BERNARDO LARAY PACHECO JUNIOR, CPF: 851.994.942-87, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo III CAA-7**,** integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de junho de 2020.

Boa vista - RR, 15 de junho de 2020.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E SERVIÇOS

EDITAIS E LICITAÇÕES

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2020
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº: 02/2020
PROCESSO Nº: 0631/2019

O Superintendente de Compras e Serviços da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 16.223-E, de 07 de outubro de 2013, torna público os preços registrados no PREGÃO supracitado, oriundo do PROCESSO em epigrafe, cujo objeto Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vídeo conferência, com locação de equipamentos e provimento de comunicação entre as unidades da ALE/RR, conforme especificações e condições a serem estabelecidas no Termo de Referência. Valores unitários em reais (R$) discriminados a seguir: 1ª colocada - **RIZOLMAR A. DE OLIVEIRA - EPP (CNPJ N° 07.872.397/0001-50).** Valores unitários em reais (R$) discriminados a seguir do lote único: Itens 1=R$ 7.200,00; 2=R$ 500,00; 3=R$ 14.900,00; 4=R$ 500,00; 5=R$ 3.810,00; 6=R$ 1.000,00; 7=R$ 500,00; 8=R$ 18.126,89; 9=R$ 500,00; 10=R$ 4.180,00; 11=R$ 1.000,00 e 12=R$ 500,00 com valor total anual estimado de R$ **3.647.218,76**. A Ata de Registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

Boa Vista-RR, 15 de julho de 2020.

Alexsander Balico
Superintendente de Compras e Serviços Interino
Matrícula 19.404

